

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

SANDRA APARECIDA DE SOUZA

**“EL TERRIBLE ANARQUISTA” JOSEPH JUBERT: POR
ENTRE RASTROS, MEMÓRIAS E HISTÓRIAS**

Itatiba
2016

SANDRA APARECIDA DE SOUZA – R.A. 002201401012

**“EL TERRIBLE ANARQUISTA” JOSEPH JUBERT: POR
ENTRE RASTROS, MEMÓRIAS E HISTÓRIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães

Itatiba
2016

309.381.2 (81) Souza, Sandra Aparecida de.
S718t “El terrible anarquista” Joseph Jubert: por entre
rastros, memórias e histórias / Sandra Aparecida de
Souza. -- Itatiba, 2016.
179 p.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-
Graduação *Stricto Sensu* em Educação da
Universidade São Francisco.

Orientação de: Maria de Fátima Guimarães.

1. Jubert, Joseph. 2. Processo crime. 3. Movimento
operário. I. Guimarães, Maria de Fátima. II. Título.



UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM EDUCAÇÃO

Sandra Aparecida de Souza defendeu a dissertação "EL TERRIBLE ANARQUISTA": POR ENTRE RASTROS, MEMÓRIAS E HISTÓRIAS aprovada no Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco em 22 de fevereiro de 2016 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães
Orientadora e Presidente

Profa. Dra. Maria Elena Bernardes
Examinadora

Profa. Dra. Luzia Batista de Oliveira Silva
Examinadora

*Em memória do professor
francês e anarcossindicalista Joseph
Jubert pela trajetória de lutas e conquistas!*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelas conquistas e, especialmente, pelas pessoas maravilhosas que tem colocado no meu caminho.

Registro minha imensa gratidão à querida orientadora Prof.^a Dra. Maria de Fátima Guimarães pelo incentivo, carinho, paciência e ensinamento.

Às Prof.^a (s) Dra. (s) Maria Elena Bernardes, Luzia Silva, Maria Silvia Hadler por aceitarem fazer parte da banca que julgaria o meu trabalho e pelo cuidado com que o avaliaram, assim como, pelas suas valiosas contribuições.

Ao colega e doutorando Marcelo Vicentin pela leitura cuidadosa do meu trabalho e sugestões.

Meus profundos agradecimentos à Universidade São Francisco, em especial, à Prof.^a Dr.^a Iara A. A. Fernandes por me conceder esta oportunidade, visto que para mim, este curso foi mais do que uma conquista, foi um presente.

Aos Profs. Drs. Luiz Carlos Barreira e Marcus Aurélio Taborda pelas preciosas sugestões de leitura e ao Prof. Dr. Rodrigo Camargo de Godoi pelas sugestões referentes aos acervos documentais importantes para a pesquisa.

Meus sinceros agradecimentos aos meus pais, Manoel e Therezinha, e à Manu que são os amores da minha vida, ao meu irmão Donizete, aos irmãos e professores da família Valdir (pelo incentivo e apoio), ao Alexandre (pelas discussões), à Conceição (por cuidar de mim enquanto eu só tinha olhos para a pesquisa) e à Silvia (pela correria para me ajudar, inclusive quando perdi parte da pesquisa), à minha cunhada Sônia que, para mim, sempre foi um exemplo.

Ao André, meu querido, por fazer parte da minha vida, pelo incentivo e apoio.

A todos os pesquisadores que passaram pelo CDAPH, porque, de alguma forma, contribuíram para a realização do meu trabalho. Aos colegas de trabalho: Nicolino, Izidoro e Samanta, pela paciência e amizade.

A todos os colegas do mestrado (Andréia, Alex Salgado, Clélia, Claudino, Augusta, Amália, Thiago, Marina e Wesley).

Às queridas amigas: Marcela, Miriam, Valéria e Ana, pela longa data de amizade e por entenderem a minha ausência; agradeço, também, aos queridos amigos Rogério e Josenei.

E, por fim, às professoras da minha infância Idris, Úrsula e Astrid, das quais eu guardo boas lembranças.

Ladrões

*“Conheci um rapaz que um certo dia
depois de muitos dias, sem ganhar,
se fez ladrão sem querer, sem estudar,
somente por que a fome lhe exigia.*

*Cavava a terra tanto que podia
caval-a menos, – pôr se a descansar,
se porventura o dono, ao lhe pagar,
lhe pagasse o dinheiro que devia.*

*Os donos tais rodeios, mexericos
praticavam nos salários aos vilões,
que os vilões sofrem mais atritos.*

*E disto saltam forte as conclusões:
nem todos os ladrões são homens ricos;
– mas todos homens ricos são ladrões”.*

Araújo Pereira

(A VOZ DO TRABALHADOR, 15/1/1913,
n. 23, p. 3).

*“Quem ha conhecido a Verdade,
tem por dever proclamar-a alto e
firme, sem contemplação alguma
para os preconceitos”.*

F. Laurent

(A VOZ DO TRABALHADOR, 1/4/1914,
n. 51-52, p. 1).

RESUMO

Nesta pesquisa, privilegiei a trajetória do professor anarquista Joseph Jubert, em Bragança e segui seus rastros até Sorocaba e Bauru, cidades do interior do estado de São Paulo. Identifiquei, na singularidade de sua trajetória, ações que vieram ao encontro de potencialidades que ampliaram meu olhar para a história da educação. Potencialidades imbricadas no movimento operário que estimularam, para além de uma visão oficial e afeita ao universo escolar, um olhar atento para as tensões e conflitos ancorados em dissonantes concepções do que era educar e percepções do que significava ser professor. Para tanto, parti de um processo-crime (1911), em que Jubert foi citado como réu em decorrência da distribuição de um Boletim da Liga Operária, denunciando as precárias condições de vida dos colonos nas fazendas de café da região, na relação com outras fontes primárias do período, que me levaram a descobrir que ele foi preso em Sorocaba, em 1913, e me permitiram segui-lo até Bauru (1915). O recorte temporal da pesquisa situa-se no período posterior à Proclamação da República (1889), acolhendo a consolidação das relações de trabalho assalariado, matizadas por significativas manifestações e greves operárias até 1920. Os objetivos da pesquisa foram rastrear, cotejar e analisar possíveis concepções de educação e de professor mobilizadas nas fontes primárias pesquisadas, na relação com o modelo educacional dos grupos escolares, tomado como exemplar pelo governo republicano paulista em detrimento de outras possíveis alternativas para a educação. Problematicar e analisar como o professor Jubert e suas ações foram apresentados no decorrer do processo (1911) do Poder Judiciário à comunidade. E identificar se Joseph Jubert foi citado pelos periódicos bragantinos da época e obras de memorialistas locais, visando cotejar as possíveis referências à sua trajetória, ações em Bragança, com notícias e informações acerca dos professores que atuavam no primeiro grupo escolar da cidade, o Doutor Jorge Tibiriçá. Para atingir tais objetivos, priorizei a análise de fontes primárias periódicas (jornais, almanaques, anuários e revistas) e de processos-crime (1911), bem como, fiz a revisão bibliográfica da história de Bragança, da imigração, da instrução pública e também do primeiro grupo escolar de Bragança e da instrução libertária nos princípios de Ferrer, buscando aportes sobre o movimento operário e anarquista, no período, considerando as questões mais amplas da história da educação brasileira na modernidade. Esta pesquisa justifica-se pela inexistência de outras que privilegiem esse tema e objetivos, até o presente momento na cidade, bem como, possibilitará um olhar mais abrangente acerca dos possíveis imbricamentos da história da educação com o movimento operário brasileiro, no período, contribuindo, também, para a construção de conhecimentos históricos sobre Bragança Paulista. O referencial teórico desta pesquisa assenta-se, sobretudo, nas contribuições de E. P. Thompson, C. Ginzburg e W. Benjamin.

Palavras-chave: Joseph Jubert – Processo-crime – Movimento Operário

ABSTRACT

In this research, we have highlighted the history of the anarchist teacher Joseph Joubert in Bragança and follow their tracks to Sorocaba and Bauru, cities in the state of São Paulo. Identified, the uniqueness of its history, actions that came to meet potential that increased my look at the history of education. Potential imbricated in the labor movement that encouraged, in addition to an official view and accustomed to the school environment, a closer look at the tensions and conflicts anchored in dissonant conceptions of what was to educate and perceptions of what it meant to be a teacher. Therefore, I left a criminal case (1911), in which Jubert was quoted as defendant due to the distribution of a Bulletin of the Workers League, denouncing the precarious living conditions of the settlers in the coffee plantations of the region in relation to other primary sources of the period, which led me to discover that he was arrested in Sorocaba, in 1913, and allowed me to follow him to Bauru (1915). The time frame of the research lies in the period after the proclamation of the Republic (1889), welcoming the consolidation of employment relationships, nuanced by significant demonstrations and workers' strikes until 1920. The research objectives were to track, collate and analyze possible designs education and teacher mobilized in the researched primary sources in relation to the educational model of school groups, taken as exemplary by the Paulista republican government at the expense of other possible alternatives for education. Discuss and analyze how the teacher Jubert and his actions were presented in the process of the course (1911) the judiciary to the community. And identify whether Joseph Jubert was quoted by bragantinos periodicals of the time and works of local memorialists aimed collate the possible references to its history, actions in Bragança, with news and information about teachers who worked in the first school group in the city, Dr. Jorge Tibiriçá. To achieve these objectives, prioritized the analysis of periodic primary sources (newspapers, almanacs, yearbooks and magazines) and process-crimes (1911) as well, did a literature review of the history of Bragança, immigration, public education and also the first school group of Bragança and the libertarian education on the principles of Ferrer, seeking contributions on the workers and anarchist movement in the period, considering the broader issues of the history of Brazilian education in modernity. This research is justified by the absence of others that favor this theme and objectives, until now in the city, as well as enable a more comprehensive look about possible connections the history of education with the Brazilian labor movement, in the period, contributing, also, for the construction of historical knowledge of Bragança Paulista. The theoretical framework of this research is based, above all, the contributions of E. P. Thompson, C. Ginzburg and W. Benjamin.

Key words: Joseph Jubert – Criminal Process – Labor Movement

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Pequenas observações.....	30
Figura 2 - Serviço sanitário do estado de São Paulo.....	32
Figura 3 - Propaganda do sabonete de Reuter.....	33
Figura 4 - A cidade denominada Bragança Paulista, situada no interior de São Paulo, localiza-se a 80 km da capital, na Rodovia Fernão Dias, entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, o mapa da região.....	38
Figura 5 - Capa que acolhe o processo-crime 1911, colocada posteriormente.....	45
Figura 6 - Capa do processo-crime, 1911.....	46
Figura 7 - Boletim distribuído aos colonos (versão em português) entranhado no processo-crime (1911).....	49
Figura 8 - Boletim distribuído aos colonos (versão em italiano) entranhado ao processo-crime (1911).....	50
Figura 9 - Planta do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá	65
Figura 10 - Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá.....	66
Figura 11 - Alunos do Grupo Escolar Jorge Tibiriçá uniformizado.....	67
Figura 12 - Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá em fase de construção, s/i data, fotógrafo desconhecido. Aproximadamente de 1906.....	73
Figura 13- Trabalhadores da Indústria Matarazzo – São Paulo, 1900.....	83
Figura 14 - Trabalhadores da Indústria Textil Santa Basilissa.....	84
Figura 15 - Operários adultos e crianças.....	85
Figura 16 - Alunas do Grupo Escolar Jorge Tibiriçá.....	104
Figura 17 - Alunos do Grupo Escolar Jorge Tibiriçá.....	104
Figura 18 - Lidgerwood – máquina para beneficiar café.....	112
Figura 19 - Foto do professor Joseph Jubert.....	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Presidentes eleitos da Câmara entre 1890 e 1920.....	43-44
---	-------

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	9
LISTA DE TABELAS.....	10
INTRODUÇÃO	12
1. DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES ÀS TRAMAS DO PROCESSO-CRIME CONTRA JUBERT	24
1.1 Modernidade	24
1.2 O Sistema de Trabalho e a Imigração	34
1.3 Bragança: Uma Cidade do Interior Paulista	38
1.4 O Processo-crime de 1911 Contra Joseph Jubert	44
2. QUE EDUCAÇÃO? QUE ESCOLA? QUE PROFESSOR?.....	61
2.1 O Projeto Republicano de Educação (1890 – 1920)	61
2.1.1 O Grupo Escolar de Bragança	70
2.2 Anarquistas e Anarcossindicalistas	75
2.2.1 Movimento operário.....	78
2.2.2 A instrução libertária: Francisco Ferrer.....	89
2.3 Joseph Jubert: Um Professor às Avessas?.....	94
2.3.1 O professor Joseph Jubert na contramão do professor sacralizado pelos periódicos locais	103
3. A TRAJETÓRIA DE JOSEPH JUBERT	110
3.1 A Imprensa: As Conexões Nacionais e Locais	110
3.2 Jubert Processado pelo Padre Leonardo em Bragança	116
3.3 Joseph Jubert em Sorocaba e a sua Prisão.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
FONTES.....	156
REFERÊNCIAS	157
ANEXOS	163
CRONOLOGIA.....	176

INTRODUÇÃO

[...] uma análise mais apurada sempre porá em evidência esse vínculo essencial, esse cordão umbilical que liga a história feita ao seu historiador, a começar pela escolha do assunto. Mas a escolha é apenas o começo, o que conta é a maneira como a delimitamos, a orientamos e compreendemos como a realizamos (LOPES, 2004, p. 20-21).

Nesta pesquisa¹, privilegiei a trajetória do professor francês e anarquista Joseph Jubert, em Bragança², cidade do interior paulista, nas primeiras décadas do século XX. Tal escolha se deu porque identifiquei, em sua trajetória, ações singulares que vieram ao encontro de potencialidades que ampliaram meu olhar para a história da educação, para além de uma visão oficial e afeita tão-somente ao universo escolar. Potencialidades imbricadas no movimento operário que estimularam um olhar mais atento para as tensões e conflitos ancorados em dissonantes concepções do que era educar e percepções do que significava ser professor. Para tanto, parti de um processo-crime de 1911 em que Jubert foi citado como réu.

De acordo com tal processo, teria chegado ao conhecimento da autoridade policial de Bragança, no dia 19 de dezembro de 1910, a denúncia

[...] mediante representação verbal de diversos agricultores deste município, que – José Jubert, Benedicto Rizzi, Julio Gonçalves da Silva, Luciano Candido Ribeiro e José do Patrocínio – fizeram, hontem, durante o dia, profusa distribuição, nesta cidade, do “boletim” que adiante se vê, escripto em português e italiano, [...] e dirigido aos colonos deste município; “boletim” esse que – diz-se longe de constituir uma propaganda em prol de justos interesses do operariado, não passa de uma manobra fraudulenta, que, illudindo a boa fé dos colonos e explorando-lhe as paixões ruins, visa inconfessavelmente, desviar-os dos estabelecimentos que estão empregados, se não o incitamento á greve, para a perturbação dos serviços agrícolas e, portanto, da vida econômica do município [...] (PROCESSO-CRIME, 1911, p. 5-6).

¹ Fiz a opção por manter a grafia original das fontes.

² Passou a se chamar Bragança Paulista em 1944.

³ Expressões ilegíveis.

Esse fato, até então, desconhecido na história local, levantou algumas questões, após o término da leitura do processo, quem era Joseph Jubert, como se deu sua formação, quais teriam sido a trajetória e as ações esperadas de um professor nos primeiros anos da República no país e se a trajetória e as ações de Joseph Jubert destoariam da trajetória e das ações daqueles professores afeitos ao projeto educacional paulista carregado pelos grupos escolares. E, em caso afirmativo, perguntaria por que destoariam.

- Quem era Joseph Jubert?
- Como se deu sua formação?
- Quais seriam a trajetória e ações esperadas, de um professor nos primeiros anos da república no país?
- A trajetória e ações de Joseph Jubert destoariam da trajetória e ações daqueles professores afeitos ao projeto educacional republicano paulista, carregado pelos grupos escolares? Em caso afirmativo, por quê?

O professor Joseph Jubert foi indiciado como responsável pela greve dos colonos nas fazendas de café da região de Bragança no processo-crime de 1911. Ele foi acusado de distribuir um boletim que incitava a greve e atentava contra a segurança pública. Pontuo que tal greve não faz parte da história oficial da cidade nem de obras publicadas pelos memorialistas locais até agora pesquisadas. Existe um silenciamento sobre o fato de que “[...] cerca de 1.000 colonos de meia dúzia de fazendas, na região de Bragança, ficaram paralisados por vinte dias e conseguiram um pequeno aumento de pagamento” (HALL, 1989, p. 10).

É digno de menção que, pelo menos até dois anos atrás, havia pouquíssimas referências à Liga Operária, ao professor e às manifestações ou greves do período, seja em livros, seja em almanaques, anuários, relatórios ou trabalhos acadêmicos publicados em Bragança e relativos à cidade; entre as referências, uma na tese de Bueno (2007), outra em um livro de Guimarães (2013) e as encontradas em dois artigos de Hall (1989; 2011).

Inicialmente, pesquisaria, privilegiadamente, o processo-crime relativo à distribuição do Boletim (1911), por ser o primeiro processo aberto contra Joseph Jubert em Bragança. Mas, depois de alguns meses de levantamento, diante de algumas notas publicadas pelo jornal *A Lanterna*, localizei mais três documentos do Poder Judiciário da Comarca de Bragança, depositados no CDAPH – Centro de Documentação e Apoio

à Pesquisa em História da Educação-USF, tais como: Alvará de licença-crime para queixa-crime, de autoria do padre Leonardo Gioiele⁴ e réu Joseph Jubert (1911), traslado dos autos-crimes por injúrias impressas, autor padre Leonardo Gioiele, réu Joseph Jubert (1911) e Apelação (1911) de Joseph Jubert contra a queixa-crime. Por isso, esses processos também passaram a compor o *corpus documental* a ser pesquisado por mim. Por último, após ler um artigo de Hall (2011), que trazia a perseguição das autoridades locais ao secretário da Liga Operária, Benedicto Cardoso, indivíduo parcialmente desconhecido nesta pesquisa foi que localizei o quinto documento pesquisado: o inquérito (1911) contra Benedicto Cardoso.

Nessa perspectiva, pressupus que a trajetória de Jubert iria ao encontro de uma história da educação que ultrapassava o cotidiano escolar, com propostas educacionais conflitantes em relação ao modelo proposto pelo estado, posto que, sua trajetória se correlacionava a outros aspectos da história sociocultural do país; dentre os quais, priorizei o movimento operário. Em vista disso, julguei pertinente questionar por que Jubert se declarava, no processo, ser professor e se o fato de ele ser professor teria trazido singularidades à sua trajetória e às suas ações.

O recorte temporal desta pesquisa situa-se num momento de pós-consolidação da República (1889) e de relações de trabalho assalariado matizadas por significativas manifestações e greves operárias (BATALHA, 2000; HALL, 1989; PINHEIRO, 1978) até 1920. Ainda no contexto das relações trabalhistas conflitantes, o Brasil vivia um momento de intenso processo de imigração para as fazendas de café paulistas, em particular, para as da região bragantina⁵. Ressalto que, naquele momento, foi necessária a intervenção dos governos europeus no processo de imigração subsidiada, dado o grau de exploração e condições precárias de trabalho com os quais os imigrantes confrontavam-se. Segundo Hall (1989, p. 8),

O governo italiano, finalmente, foi levado em 1902 a proibir a emigração subsidiada para São Paulo [...]. Por algum tempo, os fazendeiros voltaram-se para as fontes ibéricas (Portugal e

⁴ Foi vigário da Paróquia de Bragança, foi vice-presidente em 1906, 1908 e 1910 da escola noturna que o Centro Católico manteve, foi vice-presidente do Asilo de Mendicidade e da Igreja de S. Vicente de Paula, inaugurados em 1908 (ALMANACH BRAGANTINO, 1914, p. 24-25).

⁵ “[...] povoações com quem limita” Atibaia (26,6 km), Itatiba (22,2 km), Amparo (38,8 km), Socorro (38,8 km), São José de Toledo (27,7 km), Santa Rita [Extrema] (22,2 km), Santo Antonio da Cachoeira (22,2 km) e São Paulo (66,6 km) (ALMANACK DE BRAGANÇA, 1900, p. 118).

Espanha) de mão de obra barata. Em 1910, porém, o governo espanhol seguiu o italiano [...]. São Paulo, então, se empenhou seriamente na importação de trabalhadores japoneses, e, em anos posteriores, a migração interna serviu para assegurar mão-de-obra barata para as fazendas.

Momento que, mais tarde, será ilustrado pelas palavras de Pinheiro (1978, p. 137), quando alerta que

[...] a aparente descontinuidade da evolução operária no Brasil, na verdade, é um esforço de ocultação da sua presença [...] o estudo da classe operária (condição operária e movimento operário) é a chave para o entendimento da transição da história do Brasil no início do século XX.

Atentando para a situação política, sintonizada com transformações significativas da educação, foram delimitados como objetivos da pesquisa:

- Analisar as concepções de educação e percepções de professor mobilizadas nas fontes primárias pesquisadas, na relação com o modelo educacional paulista dos grupos escolares, em detrimento de outras possíveis alternativas para a educação;
- Problematicar e analisar como o professor Joseph Jubert e suas ações foram apresentados pelo Poder Judiciário à comunidade no processo-crime de 1911;
- Identificar se Joseph Jubert foi citado nos periódicos bragantinos da época e obras de memorialistas locais, visando, com isso, possíveis referências à sua trajetória e ações em Bragança;
- Comparar as notícias e informações do mesmo período acerca dos professores que atuavam no primeiro grupo escolar da cidade: o “Doutor Jorge Tibiriçá”.

Já no início desta pesquisa, me reportei à criação do primeiro grupo escolar de Bragança Paulista, o “Dr. Jorge Tibiriçá”, que foi um dos símbolos do projeto de modernização local empreendido por um determinado grupo de políticos bragantinos, no final do século XIX e início do século XX (MEDEIROS, 2013). Escolhi tal grupo como mote para analisar a concepção de educação e percepção de professor na época. Identifiquei que o professor do grupo era tido como aquele que seria capaz de formar

sujeitos dóceis, disciplinados e aptos ao trabalho desde que tivessem conduta ilibada e exemplar, de acordo com os preceitos das elites letradas urbanas.

Além disso, no rastro desses objetivos, me deparei com o possível imbricamento da trajetória e ações de Joseph Jubert com aqueles questionamentos vivenciados e apresentados por Edgar Leuenroth⁶, responsável pela publicação do jornal *A Laterna*⁷, que funcionou de 1901 até 1935. Esse periódico semanal se identificava como “anticlerical⁸ e de combate”; era publicado aos sábados e funcionou no Largo da Sé, num sobrado em São Paulo. O jornal *A Laterna* trazia artigos com críticas sarcásticas e mordazes àqueles que se opunham a tais causas como nos sugere o trecho a seguir:

Quando dizemos “conjura dos espanéficós” entendemos designar um corpo de carolas advogados, uns tristes bobos de sacristia, mais apegados á cera e ao sebo dos círios que a Savigny e a Mommsen, constituído ha tempos para perseguir, com as delações, os processos, aos destemerosos batalhadores do livre-pensamento [...] (A LANTERNA, 31/12/1910, n. 64, p. 1).

Era um jornal ligado à defesa das causas operárias. Em diferentes artigos, publicados ao longo de sua existência, denunciava as injustiças sociais e a violência dos fazendeiros contra os colonos, como se constata abaixo:

A greve dos colonos há já bastantes dias declarada em varias fazendas de café de Ribeirão Preto, ainda continua no mesmo pé. [...] imprensa directa ou indirectamente, [está] a tentar colocar os trabalhadores dos cafesais em situação antipática perante o publico que por ela se orienta. Sabe toda a gente a alta de preço teve o café, ganhando com isso os fazendeiros grandes fortunas. Entretanto as condições de salário dos colonos são as mesmas, com irrisórias e parcialissimas modificações, do tempo da baixa, enquanto a vida tornou-se muitissimo mais cara [...]. A polícia tem feito diversas prisões,

⁶ Nasceu em 1881, em Mogi Mirim-SP, e faleceu em 1968. Aos 12 anos, foi tipógrafo do jornal *O Comércio de São Paulo*. Sua primeira edição jornalística foi em 1897. Colaborou com alguns jornais. Em 1900, interessou-se pelo socialismo e foi atraído para o movimento anarquista (CATÁLOGO COLEÇÃO DE JORNAIS BRASILEIROS, AEL, guia 2009, p. 58).

⁷ Esse periódico foi fundado em 1911, na cidade de São Paulo. Na sua primeira fase, de 1901 a 1904, foi seu redator o advogado e jornalista Benjamim Mota. Esse jornal anticlerical defendia interesses de operários perseguidos pela repressão estatal. Já na sua segunda fase (de 1909 a 1916) e na terceira fase (1933-1935), estava sob a direção de Edgar Leuenroth (PERES, 2004, p. 18).

⁸ Em Bragança, também existiu o jornal *O Povo*, que se proclamava anticlerical, chegando a publicar 72 números; foi dirigido por Augusto Franco funcionou de 13 de maio de 1901 a julho de 1902 (ALMANACH BRAGANTINO, 1914, p. 47).

procurando amedrontar os trabalhadores [...] (A LANTERNA, 1º/5/1915, n. 190, p. 2).

É digna de menção a maneira como o periódico *A Lanterna* relatou acontecimentos ocorridos em Bragança. No processo de 1911, o Boletim anexo aos autos apresenta teor similar. Ainda, assim como naquele Boletim, o jornal *A Lanterna* defendeu também a instrução racionalista e o livre pensamento afirmando que “[...] as escolas populares que se esforçam por seguir os princípios das Escolas Modernas⁹ do grande Ferrer – é fazer obra boa, de inestimável alcance para a luta em prol da regeneração humana” (A LANTERNA, 10/7/1915, n. 281, p. 2). Nesse jornal, também localizei menção ao “Círculo de Estudos Sociaes Francisco Ferrer” (A LANTERNA, 4/2/1911, n. 69, p. 2).

Jubert ao escrever o artigo abaixo, evidenciou que a instrução preconizada por ele, estava ancorada nas ideias de Francisco Ferrer, defensor da instrução racionalista, pois enfatizou que

[...] a execução de Ferrer pelo jesuitismo hespanhol lança um raio de indignação entre os homens que se deixam guiar pela razão e os clarins de alerta são aos ouvidos da mocidade sã, as mais carinhosas começam a compreender que todas as religiões do mundo não perfazem uma boa [...] educação de seus filhos [...].
Joseph Jubert (A LANTERNA, 31/12/1910, n. 64, p. 2).

O periódico *A Lanterna* trazia várias referências a Joseph Jubert, dentre elas, a nota abaixo, que denuncia as ameaças sofridas por ele, registrando as tensões e conflitos vivenciados, inclusive, em Bragança:

Sobre nós e, principalmente, sobre o nosso amigo Joseph Jubert pesam graves ameaças de violências. Aos que costumam tudo resolver pela acção dos capangas responsabilizamos pelo que houver. Não pretendam repetir as aggressões covardes de que Bragança tem sido teatro porque desta feita o tiro lhes sairá pela culatra [...] (A LANTERNA, 21/1/1911, n. 67, p. 1).

Joseph Jubert, ao longo de sua vida, mesmo após ter deixado Bragança sob ameaça de prisão, continuou sua militância política através das páginas do jornal *A Lanterna*, como se pode observar com a denúncia de Eugenio Mariz, gerente da fábrica

⁹ Também chamadas de racionalistas ou livres.

(do Banco União) em Votorantim, pelo severo tratamento dispensado aos seus operários:

Jamais se viu um individuo tão odiado do povo como já se tornou esse gerente, á medida que foi se tornando milionário, [...] se a directoria não tomar providencias urgentes, [...] um movimento de reação, [porá] em perigo a fabrica, pois [...] os operários, feridos em sua dignidade, perseguidos em suas ideias, humilhados no seu brio, não podendo conter a sua indignação [...]. Sorocaba, 28-10-912.

Joseph Jubert (A LANTERNA, 2/11/1912, n. 163, p. 3).

Chamo atenção para a ameaça velada de Jubert, quando ele se refere à possibilidade de “[...] um movimento de reação” que poderia colocar em perigo a fábrica, posto que ela sugere resistência às injustiças e violências impostas aos operários.

Joseph Jubert, em outro artigo publicado na sequência, narra que, por pouco, ele e o companheiro Cerchiai¹⁰ escaparam da morte, provavelmente, após ter realizado a denúncia contra o gerente da fábrica:

Os operários da fabrica do Banco União podem julgar-se entre os mais infelizes[...]. Sob esse negro horizonte, no dia 20 de outubro, eu e o companheiro Cerchiai, fomos fazer uma conferencia comemorando o mártir Ferrer. Depois do eu ter usado da palavra, falou Cerchiai que, como uma chama vivíssima, difundia os seus raios pelos cérebros daquela massa ignora [...] com a sua palavra vibrante [...] abria os olhos já vendados pelo terror despótico do feudal gerente. A fascinação da sua palavra evidenciava-se de tal modo que o tirano gerente não deixou de tentar em condenal-o ao martírio da prisão... sem se esquecer da minha pessoa. E escapamos por um acaso de sermos ambos assassinados pelos bandidos Tarcisos e companhia [...]. Sorocaba, 11-11- 1912. Joseph Jubert (A LANTERNA, 16/11/1912, n. 165, p. 4).

É digno de menção que mesmo Joseph Jubert, sendo um defensor dos operários, ao se reportar à fala de Cerchiai, identifica, metaforicamente, a capacidade de iluminar como “[...] uma chama vivíssima”, através de “seus raios [os...] cérebros daquela massa ignora”, formada pelos operários. Aqui, as lideranças políticas apareceriam como detentores do saber para guiar as massas ignorantes?

¹⁰ Alexandre Cerchiai nasceu no dia 14 de Dezembro de 1875, na Pescia, cidade da província de Luca na Itália; participou de grupo socialista antes de chegar ao Brasil. Em 1901, foi para o Espírito Santo encontrar sua família que para lá imigrou. Já era reconhecido como anarquista pela polícia da Itália. Esteve à frente do jornal La Battaglia junto com Ristori (TOLEDO, 2004).

Jubert apresenta-se no movimento operário, atuando como anarcossindicalista ativo, lutando pelos direitos dos colonos, frente à exploração dos grandes proprietários de terras, apoiados pela imprensa liberal e pelo poder público. Ele sofreu intensas perseguições e ameaças em Bragança, deixando a cidade, praticamente fugido.

É nessas considerações iniciais que estão baseados os referenciais teóricos e metodológicos que orientaram esta pesquisa antes de avançar para o primeiro capítulo deste trabalho, indo ao encontro de Benjamin (1987, p. 224) quando propõe que “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”.

Refletindo sobre o que Benjamin propôs para atingir os objetivos da pesquisa, priorizei a análise de periódicos e processos do judiciário, nos quais rastreei indícios das concepções de educação e percepções de professor, encontradas em seus textos:

- O jornal *A Lanterna* (1911-1915), anticlerical e de combate, declaradamente anarquista, que mantinha denúncias do Clero, divulgava greves, promovia a comunicação entre os diversos grupos de trabalhadores;
- O jornal *A Notícia* (1905-1907), republicano liberal/conservador de Bragança, que trazia a voz de políticos, comerciantes, entre outros da elite letrada urbana;
- O jornal *A Voz do Trabalhador* 1908 (1-7), 1909 (8-21), 1913 (22-45), 1914 (46-65), 1915 (66-71), amplamente divulgado como forma de instrução para a emancipação do trabalhador; utilizava princípios anarquistas, entre eles, os dos anarcossindicalistas e revolucionários; mantinha uma efetiva comunicação entre grupos socialistas, ligas operárias, sindicatos e anarquistas em diversas cidades, estados e diferentes países; comunicava-se com o *A Lanterna* que também divulgava, amplamente, a instrução racionalista de acordo com os princípios de Ferrer;
- O jornal *Cidade de Bragança* (1897; 1908-1910) cujos princípios eram, notavelmente, parecidos com os do *A Notícia*, republicano liberal/ conservador, apareceu como representante das mais diversas vozes de grupos políticos locais;
- O jornal *Diário Español* (1913) que traz a nota citando Jubert quando sai da prisão em 1913, intitulando-o como terrível anarquista;

- O jornal *O Correio Paulistano* (1911-1913), que funcionava em São Paulo e dialogava com o jornal *Cidade de Bragança*;
- Os almanaques bragantinos (1900, 1914) e os anuários bragantinos (1902, 1904) organizados por grupos da elite letrada;
- As revistas: *Careta* (1914, 1915), *Ilustração Paulista* (1912) e *O Malho* (1909) – de circulação nacional – foram os primeiros periódicos multifacetados que trouxeram diferentes assuntos, tais como: política, economia, cultura, propagandas entre outros.

Para além das fontes periódicas, priorizei, analisei cinco documentos do Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança, custodiados pelo Centro de Documentação e Apoio à História da Educação (CDAPH) da Universidade São Francisco. Os documentos¹¹ do Judiciário pesquisados foram:

- O processo-crime de 1911 contra Joseph Jubert graças à distribuição do Boletim;
- O alvará de licença-crime para queixa-crime de padre Leonardo Gioiele de 1911;
- O traslado dos autos-crimes por injúrias impressas de 1911, cujo autor foi também o padre Leonardo Gioiele e o réu, Joseph Jubert;
- A apelação n. 5.433 de 1911;
- E o Inquérito policial de 1911 contra Benedicto Cardoso.

Fiz, também, a revisão bibliográfica da história de Bragança e da história do primeiro grupo escolar, o “Dr. Jorge Tibiriçá” (BUENO, 2007; FRANCESCHI, 2013; GUIMARÃES, 2013; ISHIZU, 2009; MEDEIROS, 2013) recorrendo a autores que me ajudaram a identificar os conflitos e tensões dentro de uma história local tão afeita às memórias que sacralizavam apenas o que era visto como civilizado, legal e moderno, na

¹¹ Alvará – Provisão especial no qual o juiz autoriza, aprova ou confirma certo ato, estado ou direito. Apelação – Sentença apelada é a decisão com a qual parte não se conformou, apelando para superior instância. Inquérito policial – Conjunto de atos, investigações, diligências, exames e interrogatórios, ou instrução, que a autoridade policial realiza, reduz a escrito e autua, com o fim de averiguar ou desvendar o crime comum de que tomou conhecimento, e descobrir o seu autor, ou apurar a responsabilidade do indiciado. Traslado dos autos – Alteração no auto judicial (DIREITO VIRTUAL).

perspectiva das elites urbanas. Fiz, também, uma revisão mais ampla de questões da história da educação pertencentes ao período focalizado na pesquisa (NAGLE, 1964; CARVALHO, 2000; FARIA FILHO; VIDAL, 2000; KUHLMANN JR, 2001; VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, 2001; MORAES, 2003; VIEIRA, 2007; TABORDA, 2008, 2012; TEIVE; DALLABRIDA, 2011). Essas questões me permitiram entender que diferentes projetos educacionais são propostos por diferentes segmentos sociais naquele contexto sociocultural e que, necessariamente, não se voltam para os mesmos objetivos. Fiz, ainda, uma revisão bibliográfica do movimento operário anarquista e da instrução libertária com o intuito de situar a trajetória e ações de Joseph Jubert (PINHEIRO, 1978; GHIRALDELLI JR., 1987; HALL, 1989; BATALHA, 2000; D'ANGELO, 2000; GUARDIA, 2010; MORAES et al., 2011).

Além disso, busquei contribuições teóricas nas obras de Benjamin (1985, 1987, 2012), Ginzburg (1989), Le Goff (1996), Hobsbawm (1989) e E. P. Thompson (2002), quando tais autores despertam o meu interesse no que tange à construção da história e do diálogo com as diferentes fontes documentais, considerando-se a cultura como

[...] um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, [...] é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, como invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto (THOMPSON apud TABORDA, 2008, p. 152).

Ainda, me aproximo de Taborda quando alerta que a

[...] experiência – uma categoria que por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento (THOMPSON apud TABORDA, 2008, p. 155).

A opção de priorizar alguns autores, sobretudo Benjamin e Thompson, foi fundamental para escrever este trabalho, pois tais autores me levam a entender que não lidamos com a história, mas, sim, com histórias, nem com a memória, mas, sim, com memórias, porque lidamos com diferentes visões de mundo, que acolhem a alteridade, a

polissemia, a polifonia, e que a história lida também com a barbárie, portanto, com conflitos e tensões.

Esses autores reconheceram a pluralidade no que diz respeito aos diferentes gêneros, raças, classes, culturas, origens presentes na história. Diante disso, procurei aguçar minha atenção não aceitando, passivamente, as memórias, monoliticamente, registradas nos documentos, interrogando-as e, por vezes, contestando-as, indo, com isso, ao encontro de Le Goff, quando propõe que

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo (1996, p. 548).

Procurei, também, fazer uma reflexão sobre uma questão relativa ao trabalho e, nesse sentido, reporto-me a Adret (apud SILVA, 1996, p. 8) quando propõe que

A sociedade atual tem um interesse vital em que a questão do trabalho não seja discutida. Para evitar todo debate, ela nos inculcou todos os tipos de bons princípios. A duração do trabalho, em particular, aparece determinada com o rigor de um dado natural. Diminuir o horário diário de 8 horas, fixado há mais de cinquenta anos, parece tão inconcebível quanto reduzir o número de dias do ano, quanto mudar o número de horas que conta o dia. O trabalho, na sua natureza e duração, repetitivo, entediante, consumidor de vida, aparece hoje como inevitável.

Como podemos observar nas palavras de Adret apud Silva (1996), versões hegemônicas da história influenciam a sociedade até os dias atuais. Os discursos que foram disseminados, os textos, as fotografias, enfim, os diferentes suportes de memórias possuem força para evocar e mobilizar, no presente, relações de poder passadas, (Guimarães, 2013), se as analisarmos ingenuamente.

Nessa perspectiva, fui ao encontro de Le Goff (1996) quando pontua que esquecimentos e silêncios da história são reveladores dos mecanismos de manipulação da memória coletiva. Nesse caso, o silêncio em torno de Joseph Jubert e do movimento operário em Bragança foi o mote da minha pesquisa, considerando-se que é a construção de uma dada memória.

Mas, em minha perspectiva teórica, a memória e o modelo de educação estiveram em disputa naquele dado momento. Dessa forma, a memória se constitui a partir de uma disputa de poder, de uma disputa de poder político; as tensões e as relações de forças estavam presentes a todo tempo no diálogo com as fontes. Sendo assim, tão importante quanto identificar o silêncio, é saber perscrutá-lo e propor uma narrativa (BENJAMIN, 1987).

A par das considerações anteriores, penso que esta pesquisa justifica-se pela inexistência de pesquisas locais que privilegiem essa temática e tais objetivos até o presente momento, bem como, possibilitará um olhar mais abrangente para as possíveis junções da história da educação com o movimento operário brasileiro, no período.

A temática desta pesquisa também é relevante porque me motiva a pensar sobre questões conflitantes daquele contexto sociocultural que parecem persistir em nossos dias, tais como: “ A desigualdade econômica é a causa de todos os males que afligem a humanidade (Dr. Luciano Soto)” (1º/3/1913, n. 26, p. 1) e “ [...] o capitalismo é a força exploradora, que denigra [e], que corrompe e rebaixa a dignidade humana, nutrindo-se com o sangue dos trabalhadores [...]” (1º/3/1913, n. 26, p. 3). Ainda, sua temática me atravessa e sensibiliza quando leio este pensamento de Vitor Hugo “Do inferno dos pobres é feito o paraíso dos ricos”(15/3/1913, n. 27, p. 1). Essas foram apenas algumas das ideias do jornal *A Voz do Trabalhador*¹² identificadas nesta pesquisa, que, de alguma maneira, penso, referendam e justificam este trabalho.

A par das considerações feitas acima e dos objetivos da pesquisa, organizei este texto em três movimentos distintos: no primeiro, contextualizo a sociedade, a cidade, a imigração e o processo-crime contra Jubert. No segundo movimento, trago concepções de educação e percepções de professor mobilizadas nas fontes privilegiadas. No movimento seguinte, traço a trajetória de Joseph Jubert em Bragança cotejando-a com os periódicos, o traslado dos autos-crimes por injúrias impressas (1911), movido pelo padre Leonardo na cidade de Bragança e o momento em que Jubert parte de Bragança para Sorocaba, bem como, sua prisão, resultado de outro processo que lhe é movido, em Sorocaba, pelo advogado Octávio Guimarães.

¹² Funcionava na Rua do Hospício, n.º 156 (sobrado), Rio de Janeiro, publicado quinzenalmente. Assinatura trimestral 1\$000 (Hum mil réis) ou avulso 100 (Cem réis), subscrição voluntária permanente. Órgão da Confederação Operária Brasileira, coleção fac-similar de 71 números, 1908-1915, prefácio de Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Centro da Memória Sindical, 1985.

1. DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES ÀS TRAMAS DO PROCESSO-CRIME CONTRA JUBERT

1.1 Modernidade

O período privilegiado na pesquisa passou por transformações sociais e econômicas significativas, tais como: o impacto da Abolição da escravidão, a proclamação da República, a imigração, a transição do sistema de trabalho, a urbanização e o crescente número de manifestações e conflitos entre os trabalhadores e seus empregadores, numa relação direta com a economia, principalmente, no que se referia à agricultura, à cafeicultura e à industrialização.

Essas transformações, por sua vez, carregaram mudanças nos “[...] hábitos e costumes cotidianos [n]o ritmo e intensidade dos transportes, comunicações e do trabalho [...]” (SEVCENKO, 1998, p. 11). Por isso, fui ao encontro de Thompson (2002, p. 282, p. 304), quando alerta que, antes do avanço e consolidação do capitalismo,

“O padrão de trabalho sempre alternava momentos de atividade intensa e de ociosidade quando os homens detinham o controle de sua vida produtiva”, desta forma salientando que “[...] não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura”.

O período, que ficou marcado por rápidas transformações e desenvolvimento tecnológico, abarcou também grandes problemas, tais como: guerras, conflitos, greves, além das “ambiguidades do progresso” pois,

Se a chegada de um novo século sempre fez sonhar, talvez tenha sido o fim do século XIX o que melhor concretizou esse tipo de utopia. As exposições universais passavam a demonstrar didaticamente o progresso e a imaginar o amanhã; os mapaeamentos e inventos olhavam para os impasses do presente, mas de esguelha miravam o século seguinte; a “sciencia” impunha-se como forma de redimir incertezas (COSTA; SCHWARCZ, 2000, p. 11).

De acordo com Kuhlmann Jr. (2001, p. 28), nesses eventos, “[...] a catalogação e pesquisa dos recursos naturais foi considerada como a contribuição do nosso país para

a modernidade e o progresso: o exótico era tomado como objeto de ciência”. Para Perrot (apud KUHLMANN JR., 2001, p. 25),

Esse grande espetáculo que o capitalismo oferece ao mundo, essa ‘vitrine’ gigantesca que celebra as maravilhas da Indústria e das Grandes Fábricas, catedrais da nova humanidade, desempenharam um papel decisivo na formação de uma mentalidade técnica e na difusão de uma ideologia da Ciência e do Progresso.

Segundo Benjamin (1985, p. 35-36), “As exposições universais transfiguram o valor de troca das mercadorias. Criam uma moldura em que o valor de uso da mercadoria passa para segundo plano. Inauguram uma fantasmagoria a que o homem se entrega para se distrair”, ou seja, o consumismo vira necessidade, e a busca incessante torna-se algo atraente.

Mas o progresso quanto ao uso de novos materiais e tecnologias também possibilitou a criação de armas; os aviões, por exemplo, para além do transporte aéreo, também serviram como instrumentos de guerras. A Primeira Guerra Mundial – que ocorreu no período de 1914 a 1918 – foi um dos maiores desastres da história universal, mas, segundo Benjamin

Não havia nada de anormal nisso. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela guerra de material e a experiência ética pelos governantes (1985, p. 198).

No Brasil, surgem os periódicos, as revistas multifacetadas, coloridas, com imagens e circulação de propagandas, tais como eletrodomésticos, remédios, veículos, fogões a gás, dentre outras. E de acordo com Benjamin (1985, p. 58), desde esse período, “Difícilmente a história da informação pode ser escrita separadamente da história da corrupção da imprensa”. Ele também nos explica que

A notícia precisava de pouco espaço; ela, e não o artigo de fundo nem o romance de folhetim, é que ajudava o jornal a ter uma aparência nova a cada dia, mediante uma esperta variação na paginação, no que residia, aliás, uma parte da sua atração. Precisava ser constantemente renovada: boatos da alta sociedade, intrigas do mundo teatral, mesmo “o que você precisa saber”, constituíam as suas fontes prediletas. Desde os primeiros momentos já se podia perceber essa elegância

barata que se torna tão característica do folhetim [... na Europa] (BENJAMIN, 1985, p. 58).

Sobre tais ideias, reporto-me a Le Goff (1996, p. 539), quando propõe que, no século XX, “[...] com a escola positivista, o documento triunfa’. Temos a revolução documental. Mas, de que documento, ele trata? Sobretudo, o textual e de cunho oficial. Quando privilegio os periódicos para além dos processos, aponto meus procedimentos de pesquisa no pressuposto de que

A chegada do século do século xx parecia anunciar mais do que uma simples mudança no calendário; tratava-se de adentrar um novo tempo, que deixava para trás o passado monárquico e escravista. A nascente produção fabril, o crescimento do setor de serviços, as levas de imigrantes, a nova paisagem técnico-industrial que se delineava em algumas cidades, os avanços nas comunicações e no letramento da população, preocupação do governo republicano recém-instalado, justificavam o otimismo, regados com os lucros das exportações. Velocidade, mobilidade, eficiência e pressa tornaram-se marcas distintas do modo de vida urbano e a imprensa, lugar privilegiado da informação e sua difusão, tomaram parte ativa nesse processo de aceleração (LUCA, 2005, p. 137).

Amparado nesse contexto sócio cultural, o governo republicano apostou na implantação dos grupos escolares como modelos exemplares de escolas. O analfabetismo, tido como problema nacional, seria sanado graças aos grupos escolares. Seus professores seriam os agentes dessa mudança voltada ao progresso e à modernização do País. Em virtude disso, é que me aproximei das concepções e percepções de professor mobilizadas nas fontes pesquisadas.

Em especial, detive-me na análise das percepções do primeiro grupo escolar de Bragança: o “Doutor Jorge Tibiriçá”, contrapondo-se às ações e a trajetória do professor anarcossindicalista Joseph Jubert.

Para além das discussões sobre educação, civilidade, no período, outro tema fortemente discutido na época foi: a eugenia¹³. A imigração que contribuiria com a mão de obra, substituindo os escravos, também possuía o objetivo do branqueamento das raças, pois a miscigenação entre brancos, negros e índios seria uma das principais causas da degeneração da população brasileira.

¹³ Ramo da Genética, criado por Francis Galton, que teve como objetivo estudar as condições que permitiriam que se melhorasse as qualidades físicas e morais dos indivíduos, para garantir gerações futuras sadias, especialmente, no que diz respeito ao controle social do matrimônio.

Nesse contexto é preciso fazer referência ao eugenismo, que se constitui como uma questão social, já que

[...] o conceito de evolução [era] portador de um forte conteúdo ideológico. Parte das justificativas para o fracasso da ideologia burguesa, teoricamente liberal e igualitária, “deslocava a culpa das evidentes desigualdades humanas da sociedade para a natureza”. Reacionária, naquele tempo “a biologia não era só potencialmente a ciência da direita política como também a ciência dos que desconfiavam da ciência, da razão e do progresso” (TABORDA, 2012, p. 72).

Mas, entre os próprios eugenistas, era possível perceber que estavam divididos, posto que, havia aqueles que

[...] acreditavam que as condições do homem e da sociedade poderiam ser melhoradas *apenas* através da melhoria genética da espécie humana – por meio da concentração do incentivo às estirpes humanas de valor (em geral identificadas com a burguesia ou com as raças adequadamente coloridas, como a “nórdica”), e da eliminação das indesejáveis (em geral identificadas com os pobres, colonizados ou estrangeiros impopulares). [E alguns] deixavam alguma margem às reformas sociais, educação e mudanças ambientais em geral (HOBBSAWM apud TABORDA, 2012, p. 72-73).

Ainda sobre a questão racial no nosso país, novamente me reporto a Kuhlmann Jr. (2001, p. 29-30), pois, de acordo com ele, nos materiais enviados para as exposições internacionais, pelo Brasil, foi possível identificar tensões entre o que se apresentava como “civilizado” e “exótico”, já que:

O nosso “exótico” mostra [va] um cenário colorido e chamativo que ofusca[va] as chocantes desigualdades sociais. Estas se justificariam pelo país ser selvagem, pelo índio e o negro comporem uma raça impura. Concepções autoritárias com vestes científicas, como a eugenia – preconizava o melhoramento da raça –, iriam ganhar um espaço cada vez maior em nosso país, como solução para se atingir o progresso. Mais do que atraso, o que se evidencia[va] é uma sociedade com alto grau de exclusão social.

Certamente, a política sobre imigração, no Brasil, em seu início, trouxe matizes das ideias eugenistas. Trouxe, também, alguns temas candentes desse contexto, pois, foi a partir dessas transformações no Brasil, recém-saído da Monarquia e do sistema

escravocrata, rumo à consolidação de relações de trabalho assalariado, na recém-criada República, que a imigração veio somar-se ao conjunto de questões sociais que mobilizaram muitos intelectuais, políticos e lideranças de vários grupos, face à precariedade de vida dos trabalhadores e suas famílias. E, nesse contexto, o crescimento do perigo potencial e o vigor das manifestações populares e greves que se alastravam pelo país afora – incluindo as cidades do interior paulista, com destaque para Bragança, que teve especial relevância, nesse período da história – passaram a compor o núcleo de preocupações dos republicanos, como podemos observar pela trajetória do professor francês e anarcossindicalista Joseph Jubert.

Para Costa e Schwarcz (2000, p. 11), “[...] não há como esquecer que a escravidão deixava, ainda, marcas evidentes no cotidiano local. Não se passa impunemente pelo fato de ter sido a última nação a abolir o cativeiro, já que até maio de 1888 era possível garantir a posse de um homem por outro”.

No confronto entre algumas correntes que desejavam pôr abaixo a Monarquia e estabelecer a República, as ideias de grupos republicanos ora se imbricavam e ora se contrapunham. Como consequência, Sevcenko (1998, p. 14) nos mostra que “As bases de inspiração dessas novas elites eram as correntes científicas [como] o darwinismo social, o inglês Spencer, o monismo alemão e o positivismo francês de Auguste Comte”. Logo, tais correntes estavam no rol das que alimentaram o projeto republicano, pois

A idéia das novas elites era promover uma industrialização imediata e a modernização do país “a todo custo” [...]. Paradoxalmente essa classe de argêntios de moralidade dúbia se transformaria, junto aos cafeicultores do Sudeste, nas principais bases sociais e econômicas de sustentação da elite científica e tecnocrática inspirada no rígido racionalismo positivista (SEVCENKO, 1998, p. 15).

O problema é que o projeto de modernização dessas elites não incluía práticas e saberes populares, ainda que, de acordo com Costa e Schwarcz (2000, p. 11), “Na corte carioca conviviam, da mesma maneira, realidades distintas: os elegantes saraus com seus costumes à francesa, e as festas populares, que deixavam as ruas coloridas entre tantas congadas, reisadas, batuques, entrudos e procissões”.

Situação que não era distinta do que ocorria em muitas cidades brasileiras, guardadas as devidas proporções. E no esteio da modernização, algumas práticas e

saberes populares foram perseguidos e proibidos, enquanto outros, aos poucos, foram sendo deixados de lado, como exemplos do nosso atraso cultural, restringindo-se, paulatinamente, apenas aos pequenos e distantes lugarejos e às comunidades rurais.

Os recém-libertos (população negra) acostumados ao trabalho braçal foram expulsos das casas e fazendas onde viviam. Na então capital do País, a cidade do Rio de Janeiro, parte significativa dessa população ocupou os velhos prédios dos centros da cidade. Para Costa e Schwarcz (2000, p. 27), “O que ficou conhecido no Brasil como ‘regeneração’ ocorrida no Rio de Janeiro, pareceu fazer parte de outras localidades no mundo”. Contudo, o que ocorreu lá foi:

[...] a expulsão da população pobre que habitava os casarões da região central: era a ditadura dos “bota-abaixo”, que demolia residências e disseminava as favelas, cortiços e hotéis baratos [...]. Consequência dessa cenografia foi a Revolta da Vacina (COSTA; SCHWARCZ, 2000, p. 29).

Nesse sentido, vou ao encontro de Guimarães (2013, p. 115), quando escreve sobre Bragança e propõe que “A modernização do espaço urbano significava endossar os valores da civilização [...]”. É preciso atentar para o seguinte fato: muitos dos filhos dos grandes comerciantes e fazendeiros locais que foram estudar na Europa e nas grandes capitais do País quando retornam para suas cidades, no interior dos estados, tendem a ocupar cargos públicos nas câmaras municipais, no executivo e judiciário. Eles trazem concepções de progresso, civilidade e cultura permeadas pelas experiências vividas no exterior, marcadas pelo urbanismo e saneamento básico. Por isso, com muita frequência, podemos encontrar, em algumas cidades do interior do País, projetos de remodelação urbana acontecendo muito próximos do que acontecia no Rio de Janeiro e São Paulo, que, por sua vez, se inspiram no que acontecia na Europa, em particular, em Paris.

E ainda dez anos após a “regeneração”, podemos observar, na nota da figura 1 de 1915, como um cidadão da elite carioca se sentia incomodado com a presença de pessoas das classes populares perambulando pelas ruas do Rio de Janeiro na tentativa de obter seu sustento. Pontuo a presença de uma ideia em voga, naquela época: a questão da “criança abandonada”, como uma questão social, de foro policial, cuja solução estaria na “educação”.

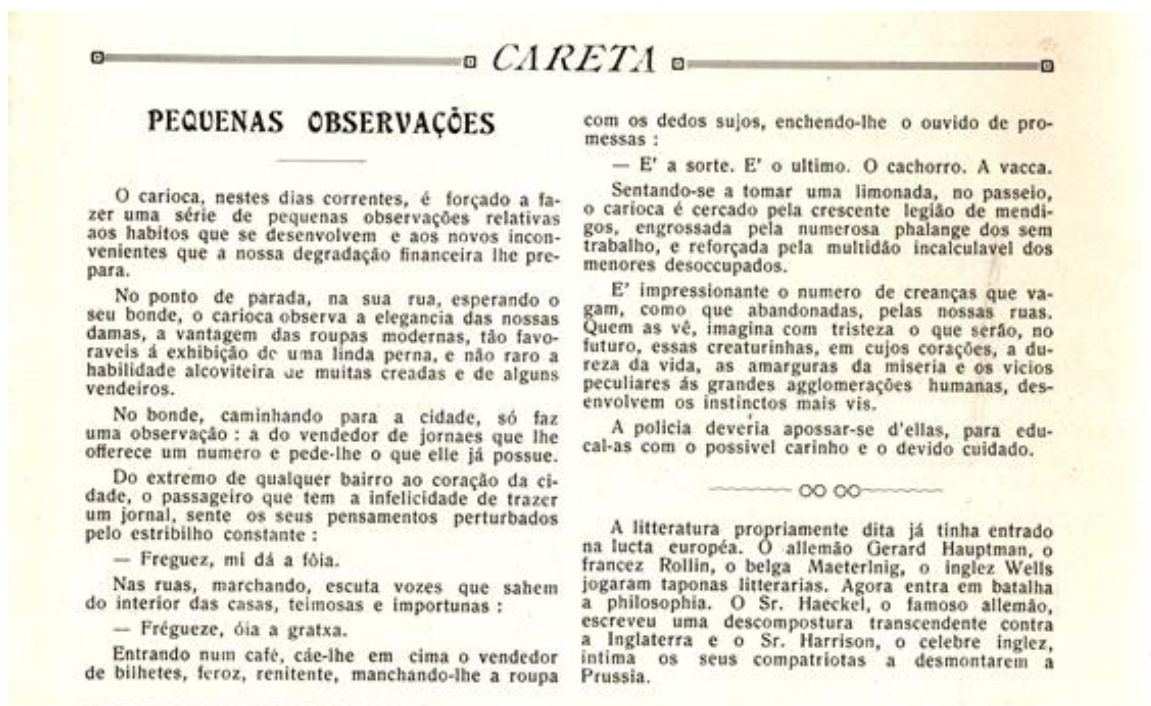


Figura 1. Pequenas observações, 16x10 cm

Fonte: *Careta*, 2/1/1915, ano V, n. 341, p. 14.

Pelo que li nos periódicos bragantinos, não era muito diferente do que ocorria em Bragança. Nesta cidade, também é possível notar o preconceito quando lemos os jornais e encontramos este tipo de notícia: “Somos informados ter fallecido tras-ante-ontem, o preto em quem foi descarregada uma formidável pancada, com um peso, pelo italiano Angelo de tal” (CIDADE DE BRAGANÇA, 12/12/1895, n. 12, p. 1). Nota-se que o italiano não tem sobrenome para o jornal, da mesma forma que o negro não tem nem o primeiro nome divulgado, tendo sido chamado apenas de preto, ou como nesta nota com o título *Gatunagem ousada*, em que é possível perceber que, em se tratando de roubo, o nome do negro aparece conforme se verifica abaixo:

Na sexta-feira ao meio dia, passava pela sapataria do sr. Paschoal Cuoco o preto Ignacio quando os seus olhos cobiçosos avistara um sacco repleto de sapatos. Aquillo foi uma tentação para o preto que andava descalço, deparando-se uma ocasião propícia de arranjar calçados para muito tempo [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 15/12/1895, n. 13, p. 1).

Como se a informalidade do trabalho e a falta de emprego que levaram pessoas a terem que encontrar maneiras lícitas ou ilícitas de sobrevivência não fossem um dos

resultados da passagem do trabalho escravo para as relações de trabalho assalariado e da imigração, pois, de acordo com Cunha (2005, p. 84),

A transformação dos escravos em trabalhadores assalariados era dificultada tanto pelo preconceito dos fazendeiros, que não conseguiam imaginar o trabalho regular e produtivo sem a pressão do chicote, quanto pela rejeição dos próprios libertos em permanecerem nas mesmas condições do escravo.

E como um dos aspectos dessa questão, Costa e Schwarcz (2000, p. 37) propõem que “Os pobres e o ex-escravos representa[va]m uma minoria nas fábricas e vaga[va]m pela cidade atrás de biscates: [como] carregadores, carroceiros, vendedores ambulantes, lavadores de roupa”.

Para além de todos os conflitos deixados pela escravidão, e, também como contribuição para entendermos o processo de imigração, retomo a questão do higienismo para exemplificar a complexidade daquele contexto sócio- cultural. É possível, na nota abaixo, do jornal *Correio Paulistano*, de janeiro de 1901, flagrar como o poder público começava a se organizar em São Paulo para enfrentar os problemas de higiene. A nota se refere ao extermínio de ratos, transmissores de doença, e às casas onde esses animais seriam incinerados. A imagem causa certo impacto se lembrarmos de que, poucos anos à frente, tivemos nos campos de concentração nazistas, as câmaras de gás.



Figura 2. Serviço sanitário do estado de São Paulo, 20x16 cm

Fonte: *Correio Paulistano*, 1/1901 – CDAPH.

Trago uma imagem encontrada, entre as várias propagandas que começavam a ser disseminadas nos periódicos da época. Essa, em particular, é do sabonete *Reuter* (fig. 3), que faz menção ao higienismo, mas, também, insere tal produto no contexto de mercadoria. O texto critica os órgãos públicos por não se responsabilizarem pelas condições de higiene da população. Diante de tal fato, tomei esse impresso como um artifício da modernidade. Como se pode observar, trata-se de um homem sujo com mosquitos à sua volta. É interessante perceber como uma questão social de higiene pública é apropriada para estimular o consumo de uma mercadoria e, ainda, como a imagem do pobre aparece atrelada à sujeira e falta de higiene, pontuando que a falta de higiene também agrega à imagem da pobreza a ideia de perigo, visto que a falta de higiene colabora para a disseminação de doenças e a ocorrência de epidemias.

QUE ASCO...!



Se a Junta da Hygiene Municipal fosse mais zelosa no cumprimento de sua delicada missão, não deveria consentir que nas bellas ruas do muito culto e civilisado Rio de Janeiro se dessem scenas como aquella que está representada na nossa artistica estampa.

Não é bastante, e até cremos que é absolutamente inutil fixar cartazes como o de "E' prohibido escarrar na calçada", que a cada instante se burla e até nas barbas e com grande paciencia dos proprios representantes da autoridade, que se riem d'este mandamento, como de muitos outros do mesmo decalogo.

A solução d'isto seria instituir um corpo de varredores humanos, e assim como se recolhem ebrios da rua, recolher "sujos" e leval-os á força a um balneario especial, atal-os a um poste e deitar-lhes em cima alguns barris d'agua, por meio de um aspersorio, friccionando-lhe o corpo, ainda que fôsse mesmo com papel de lixa, porem tudo

isto acompanhado, principalmente, de uma boa profusão de bom sabonete.

Naturalmente que o sabonete indicado para essa regeneração corporal, não poderia ser outro senão o celebre Sabonete de Reuter, que, ainda que aparentemente um pouco degradado em suas funcções elegantes por este infimo e pouco esthetico serviço, seria o unico capaz de exercer efficazmente esta função caritativa, não encorporada nas Obras de Misericordia, pois ao lado de "Dae de beber a quem tem sede", "Dae de comer a quem tem fome" etc., deveria fazer-se uma que dissesse: "Ensaboar bem o porco, fazer-lhe a barba e raspar-o bem até lhe sahir a pelle..."

Depois vestil-o com roupas limpas e hygienicas, e fazel-o ganhar, trabalhando, não só para obter o pão de trigo de cada dia, como tambem para obter o Sabonete de Reuter, primeiro regenerador da sua saude e de seus costumes.

Figura 3. Propaganda do sabonete de Reuter, 23x16 cm

Fonte: *Careta*, 9/5/1914, ano VII, n. 307, p. 26.

Nessa perspectiva, retomo o que pontuei sobre a figura 1, no que tange à “criança abandonada” e à preocupação de que o poder público deveria se responsabilizar, “apossar-se” dessas crianças e educá-las. Na figura 3 ainda, faz-se referência à criação de um “grupo de varredores humanos” que, assim como aquele que recolhe os ébrios, recolheria os sujos. Emerge, em tal contexto sociocultural, um poder público ao qual é atribuído o direito de “segregar” diferentes segmentos sociais que, de alguma maneira, destoam daquilo que se entende por uma sociedade civilizada, moderna e saudável.

1.2 O Sistema de Trabalho e a Imigração

[...] o tempo está começando a se transformar em dinheiro, o dinheiro do empregador (THOMPSON, 2002, p. 272).

O processo de imigração no Brasil está imbricado na história do movimento operário. Para Hall (1989, p. 3), “Enquanto as fazendas de café pudessem funcionar predominantemente com mão-de-obra escrava, era difícil obter a imigração subsidiada pelo Estado em larga escala”. Para alguns autores, “Os fazendeiros paulistas não se voltaram para o imigrante porque acreditavam na virtude ou na maior rentabilidade do trabalho, mas porque a alternativa do escravo desaparecia e era preciso dar uma resposta ao problema” (FAUSTO apud CUNHA, 2005, p. 84).

Nem todos os imigrantes conseguiam embarcar para o Brasil, visto que alguns não preenchiam os requisitos que lhes eram exigidos no período (HALL, 1989).

De acordo com o *Cidade de Bragança*, o recenseamento feito até 31/12/1890 identificou que a população do Brasil era de 14.333.915 habitantes; em São Paulo, havia 136 municípios com 1.584.758, sendo 708.011 homens e 676.712 mulheres (CIDADE DE BRAGANÇA, 9/9/1897, n. 194, p. 1). A par de tais números, é significativo que, “Até maio de 1887, entre 60.000 e 70.000 imigrantes tinham sido empregados em estabelecimentos agrícolas em São Paulo [...]. Esse número já excedia os 50.000 escravos que, segundo a estimativa no período, eram utilizados nas fazendas de São Paulo” (HALL, 1989, p. 5). Esses números atestam que a presença de imigrantes em São Paulo era grande. Entre os italianos,

Alguns [...] viajaram a pé, cruzando a maior parte do norte da Itália sob um rigoroso inverno, para tomar os navios que em Gênova prometiam passagens grátis para Santos prometiam passagens grátis para Santos [...]. Eles eram trazidos ao Brasil para um único propósito: fornecer mão-de-obra barata para as fazendas de café. Como observou um deputado de São Paulo, logo depois da abolição: “precisamos de braços (...) no intuito de aumentar a concorrência de trabalhadores e mediante a lei da oferta e procura, diminuir o salário”¹⁴. O Secretário da Agricultura não era menos franco ao descrever a resolução do governo de importar trabalhadores em tais quantidades: como afirmou, as fazendas se tornariam “bastante saturadas, aponto de estabelecer-se o equilíbrio entre a oferta e a procura de

¹⁴ Anais da Câmara, 1888, V, p. 323, apud HALL, 1989.

trabalhadores”. E acrescentou, de maneira igualmente cândida, que este método era muito mais prático do que a coerção que, “além de contrária à liberdade individual (...) produzirá efeito diametralmente oposto, criando por parte dos governos dos países emigrantistas, proibição à vinda de seus nacionais”¹⁵ (HALL, 1989, p. 5).

De acordo com o levantamento realizado por Pinheiro (1978, p. 138) sobre a imigração no Brasil, nota-se que

Os italianos constituíam a maioria nos diversos ramos industriais do Estado de São Paulo; entre os portuários os portugueses e espanhóis eram mais numerosos. Os dados escassos estatísticos e os depoimentos dos contemporâneos deixam claro que, dos anos 1890 até pelo menos 1920, os imigrantes estrangeiros e seus filhos, nascidos no Brasil, constituíam a maior parte da classe operária urbana em São Paulo e Santos, e a maior parte do proletariado no Rio de Janeiro.

Hall destacou parte do depoimento dado, em 1902, por Adolfo Rossi (um funcionário do governo italiano), no qual, ao comentar a exploração dos colonos pelos fazendeiros, ele afirma que “Achar um patrão humano e razoável era [...] uma combinação muito rara, algo como ganhar um prêmio na loteria” (BOLLETINO DELL’EMIGRAZIONE apud HALL, 1989, p. 6).

Em 1902, a imigração subsidiada para São Paulo foi proibida pelo governo italiano, e, em 1910, o governo espanhol procedeu da mesma forma. Esse fato foi destacado por Jubert no Boletim distribuído aos colonos em Bragança, em que se lê: “Contra esse procedimento infame [...] toda a Europa latina, proibiram a emigração oficial para o nosso Paiz como um dos mais eloquentes protestos contra o vandalismo que impera nas fazendas do nosso Estado de São Paulo” (PROCESSO-CRIME, 1911, Boletim).

Os trabalhadores sofriam constantes maus-tratos, sem qualquer possibilidade de defesa. Um funcionário italiano, em 1908, declarou que duvidava da existência de qualquer registro do Judiciário¹⁶ que mencionasse o espancamento de um colono e a punição legal de um fazendeiro (HALL, 1989).

Relatórios e jornais italianos denunciavam vários casos de agressão contra colonos. Observadores do processo de imigração ficavam impressionados com as

¹⁵ Secretaria da Agricultura de São Paulo, Relatório, 1896, p. 80 apud Hall, 1989.

¹⁶ De fato, realizei um levantamento na listagem de processos no Fundo do Judiciário da Comarca de Bragança, que possui mais de 17 mil processos identificados no CDAPH, e não encontrei processos sobre agressões de fazendeiros a colonos.

condições de higiene, com a incidência de doenças mentais e alcoolismo entre os italianos (HALL, 1989).

Nas páginas dos periódicos locais, identifiquei inúmeras notícias trazendo referências ao alcoolismo, à violência e ao sofrimento dos imigrantes, como o caso do italiano Cataldo Bergantino, morador de Bragança que, de acordo com o jornal *Cidade de Bragança*, se suicidou porque estava com uma doença incurável, conforme se lê abaixo:

Suicídio

No bairro do Caethê e fazenda do sr. Arthur Siqueira, suicidou-se no dia 25 do corrente, às 9 horas da manhã, com um tiro de guarrucha no peito, o italiano Cataldo Bergantino, solteiro e de 24 anos de idade. A causa que levou o infeliz moço a esse acto de desespero consta que fora o seu estado doentio, que julgava incurável (CIDADE DE BRAGANÇA, 28/11/1909, n. 1457 p. 2).

Outro caso é do colono José Lúcio, também morador de Bragança, que tenta se suicidar.

Tentativa de suicídio

De antehontem para hontem, á meia noite, na fazenda do sr. Tenente coronel Jacintho Osorio de Locio e Silva, o colono José Lucio tentou suicidar-se, disparando um tiro de garrucha na boca. É ignorado o motivo que levou José Lucio a tentar contra a sua vida, a não ser a enfermidade de uma filha sua. O ofendido foi transportado para a Santa Casa, nesta cidade tendo o dr. Delegado tomado conhecimento da facto (CIDADE DE BRAGANÇA, 25/9/1910, n. 1542, p. 2).

No número seguinte do mesmo periódico, identifiquei outra nota que tratava de uma tentativa de suicídio que “[...] tem dado signaes de alienação mental o enfermo José Custodio da Cunha, que na noite de sexta feira [...] tentou suicidar-se disparando um tiro de garrucha na boca [...]” (CIDADE DE BRAGANÇA, 29/9/1910, n. 1543, p. 2). Suicídios ou tentativas sugerem experiências de desesperos, de sofrimento e opressão dos colonos que viviam nas fazendas de café, em Bragança. Observei, no período estudado, muitas ocorrências de suicídios, fato que merecerá ser aprofundado posteriormente. Maus-tratos e acidentes de trabalho também faziam parte da vida desses imigrantes:

Desastre

Ante-hontem, ás 8 horas da manhã, o sr. José Miari, achando-se trabalhando em serviço de pedreiro no edifício da fabrica de macarrão, do sr. Palmiro Orsi, sito a rua coronel Jacintho Domingues, lhe sobreveio uma syncope, levando porisso uma queda do andaime em que se achava. José Miari, em seguida, levantou-se um tanto machucado na cabeça, dizendo que aquilo não era nada. Dahi a momentos, repetiu-se o acesso, sendo então conduzido para a Santa Casa, onde faleceu 3 horas depois. O finado que era casado, contava 70 annos de idade, era italiano e residia nesta cidade há muitos anos (CIDADE DE BRAGANÇA, 28/7/1910, n. 1525, p. 2).

De acordo com um estudante de medicina daquela época, “[...] o problema da miseria não é uma ficção. Ele aí está hediondamente triste como chaga em puz. E vemol-o aumentar, dia a dia com o alcoolismo, a tuberculose, a avarioze, os flagelos da humanidade [...]” (A VOZ DO TRABALHOR, 15/8/1913, n.º 37, p. 2). Ainda, na sequência de seu artigo, essas mortes seriam consequência da sociedade moderna que “[...] vemos através desse negro espetáculo da vida do operário [...], [que] vejetam na penumbra tenebrosa da fome! A Renzo (idem, p. 2).

Esses imigrantes, praticamente expulsos, devido às condições enfrentadas em seus países de origem, chegaram aqui e se depararam com condições, se não piores, muito semelhantes aos lugares de onde vieram, para além da tensão a que foram expostos, em virtude da língua e cultura diferentes, entre outras questões. Ainda, os que ousaram reclamar seus direitos, através de greves, foram violentamente reprimidos pela polícia (MUNAKATA, 1981).

As leituras sugerem precariedade no trabalho rural, mas, possivelmente, existiram condições de trabalho um pouco melhores, tanto que o professor Jubert chegou a orientar os colonos, segundo o Boletim (anexo ao processo), para que “Podendo trabalhar sobre si, sempre é melhor do que ser escravo dos outros. Procurem, pois cafesaes de a meia” (1911, p. 6). Esse fato, contudo, não excluía as precárias condições de vida e trabalho a que grande parte dos colonos foi submetida, tampouco, os relatos de castigos físicos citados por Hall (1989).

Há ainda que se lembrar de que, segundo Hall (1989), Campos Salles, em 1896, afirmou que não era conveniente fazer dos estrangeiros proprietários do solo paulista. De fato, em 1905, entre uma população estimada de 800.000 italianos, apenas 5.000 eram proprietários de terra. Embora alguns imigrantes tenham conseguido poupar alguma coisa, o que transparecia, na realidade, é que esses imigrantes, na maioria dos

casos, mantinham, apenas, condições mínimas de subsistência, pois não tinham acesso à escolarização, a condições adequadas de moradia e alimentação. A exploração e a tensão eram grandes entre os colonos. Ainda assim, o número de fazendas de café só aumentava no Oeste paulista. Em 1901, aconteceu um fato gravíssimo: o fazendeiro Francisco Augusto Almeida Prado, quando caminhava, despreocupadamente, pelo seu cafezal, foi assassinado a machadadas e enxadadas em protesto à humilhação a que expunha os colonos. Um caso parecido aconteceu com o irmão do presidente Campos Salles, a diferença está na causa: esse crime foi motivado por uma tentativa de estupro contra a irmã do assassino (HALL, 1989).

1.3 Bragança: Uma Cidade do Interior Paulista



Figura 4. A cidade denominada Bragança Paulista, situada no interior de São Paulo, dista 80 km da capital, na Rodovia Fernão Dias, entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. Mapa da região.

Fonte: Google.

A cidade foi fundada no topo de uma colina, a 850 metros acima do nível do mar, em dezembro de 1763, com o nome de Vila Nossa Senhora da Conceição do Jaguary (MARTINS; LAURITO, 1943); passou a chamar-se Bragança, em 1856;

apenas em 1944, recebeu o nome de Bragança Paulista (FELIX, 2012). Localiza-se perto do sul de Minas; fez parte da rota dos tropeiros, o que movimentou a economia local.

Na primeira metade do século XIX, Bragança era o quarto município mais populoso da província, ficando abaixo apenas de São Paulo, Curitiba e Taubaté. Em 1876, contava com uma população de 11.623 habitantes, entre eles, 1.975 escravos, 29 eleitores e 380 casas. Produzia e exportava café, aguardente, arroz, feijão, milho, algodão, farinha de milho, num montante superior à produção das cidades de São Paulo, Guaratinguetá, Cunha, Taubaté, Mogi das Cruzes, Jundiaí, Franca, Capivari, Constituição (Piracicaba), Araraquara, Sorocaba, Itapetininga, Paranaguá, Santos e outras (MARTINS; LAURITO, 1943).

De acordo com Ishizu (2009, p. 52-53), no final do século XIX e início do século XX, a cidade de Bragança

[...] esteve inserida num contexto político e sócio econômico amplo pelo [qual] o Brasil passava. O café, em ascensão no mercado adaptou-se muito bem às condições de solo e clima favoráveis no sudeste do país (principalmente em São Paulo) e sua produção obteve grande êxito, aproveitando-se do fato de que o produto rapidamente ganhava terreno na cotação do comércio internacional.

É importante registrar que, no mesmo período citado acima, em Bragança, também temos a organização de algumas entidades, tais como:

[...] a fundação do Clube de Escravos (1881-1883[...], a formação de sociedades carnavalescas (A União Operária, a Comercial, o Bandinho do Olegário, dentre outras), a criação da Sociedade D. Italiana de Socorros Mútuos (1891), da Sociedade Italiana Fratellanza (1898), do Clube Artístico e Recreativo dos Operários (1896), do Teatro Carlos Gomes (1898), da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos (1900), da Sociedade Democrática Recreativa Italiana (1908), do Clube dos Permanentes, do Clube dos Operários (1908), do Clube dos Lavradores (1911) [...]. Bragança também contava com o Mercado Municipal (1887), o Matadouro (1898), o Hospital de Isolamento para Tuberculosos (1898), o Asilo de Mendicidade (1909) e o Sanatório para Preservação dos Filhos de Tuberculosos Pobres (1913) (BUENO, 1993, p. 8).

Destaco duas entidades, em particular: o Clube dos Permanentes, organizado por Operários, em 1908, e o Clube dos Lavradores. Perguntei-me quais seriam as diferenças entre ambas as entidades? Os parágrafos seguintes darão a resposta.

A primeira: o Clube dos Permanentes¹⁷. Foi organizado por operários, sob a presidência de Antonio Waldemar e como secretário, Arnaldo Diniz¹⁸ e inaugurado em 4/10/1908, mas, em agosto de 1911, deixou de existir. Até o presente momento, não localizei nenhum documento que registre uma relação entre esse clube e a Liga Operária. No entanto, ele parece ter deixado de existir após Jubert ter saído de Bragança rumo a Sorocaba, no exato momento em que ocorriam greves locais. Os sócios presentes em sua inauguração:

Adelino Pires, José Sicali, Josué Nazareno de Freitas, João Mendes Junior, Francisco P. da Silva, Pedro Vieira da Silva, Romeu dos Santos, Arnaldo Diniz, Antonio Waldemar, Francisco Leite, José Grafino, José Thomazini, Euclides Pereira, Adão Marques, Sebastião Ovidio, João Moreira da Silva, João de Bartholo, Amador de Aguiar, João Furquim Junior, Anselmo de Oliveira, Francisco Pedro Junior, Adjarme Diniz, João Gonçalves de Oliveira, Francisco Durvaliz, Dario de Souza, João Barboza, Attilio Centini, Braulio Maria, Benedicto Ferraz, Eugenio de Bartholo, Saverio Felix, Nicolau Rocca, José Bernardes Antonio Machado, Olimpio Marques, Joaquim Grafino, Antenor de Oliveira Leite, José Benedicto Bernardo Ferreira, Zacharias R. de Oliveira, Pedro Paulinetti, Antenor Carneiro, Benedicto Felix, Luiz Bertine, Benedicto Pedro de Oliveira e outros (ALMANACH BRAGANTINO, 1914, p. 89).

Talvez, o Clube dos Permanentes tenha deixado de existir por pressões políticas ou porque houvesse algum vínculo entre suas atividades e a presença de Jubert em Bragança. Temos, aqui, uma questão em aberto que poderá ser explorada em pesquisas futuras.

A segunda: o Clube dos Lavradores. Sua criação foi uma resposta dos fazendeiros às greves que estavam acontecendo nas fazendas locais. Foi fundado

[...] em 16 de julho de 1911, funcionou até 1912, foi organizado por cafeicultores em consequência da greve “que se déra em algumas fazendas do bairro da Bocaina deste. município” (p. 83). A primeira diretoria do clube foi composta dos seguintes cidadãos: presidente Arthur Siqueira, vice-presidente Norberto Barboza, 1º. Secretário Olímpio Barra, 2º. Secretário Luiz Leme Ferreira, tesoureiro José Ferraz Gonzaga Cintra e procurador João de Campos Damasio (ALMANACH BRAGANTINO, 1914, p. 83).

¹⁷ Mantém a corporação musical 15 de Outubro (ALMANACH PAULISTA, 1918, p. 303).

¹⁸ Fazia parte da banda 15 de Outubro, em 1920, (verso da foto da banda, fonte: Acervo CDAPH).

Para além da fundação dessas diferentes entidades, na época, tem-se a chegada da ferrovia (1884) e do telégrafo (1884) na cidade. Essas novidades representariam o avanço necessário para o progresso; a ferrovia, por exemplo, possibilitava um maior fluxo de pessoas indo e vindo, além da facilidade para o transporte de mercadorias. Em 1905, temos a chegada da energia elétrica em Bragança.

Diante desses fatos, tais transformações – extremamente relevantes – propiciaram a remodelação do espaço urbano, enquanto que, nesse mesmo período, cresciam as tensões e conflitos na cidade, conforme ressaltei depois de ter lido os processos-crime e de ter pesquisado os periódicos locais.

De acordo com Escolano (2001, pp. 30-34),

A cidade moderna é, na maior parte dos casos, um constructo gestado entre interesses e conflitos, apesar do qual o entremeadado de racionalidades e irracionalidades em que ela se materializa constitui uma parte importante, decisiva, do currículo não cursado, uma fonte silenciosa de ensinamentos [...]. O viajante que toma contato pela primeira vez com uma população, pode observar e nela diferenciar, ainda sem conhecê-la, a singularidade de certas construções.

Na área central urbana, localiza-se o prédio da igreja matriz e, em seu entorno, os prédios da prefeitura e do primeiro grupo escolar de Bragança, o “Doutor Jorge Tibiriçá” (1908). Tal localização e proximidade sinalizam uma valorização dessa área como referência para os prédios que acolhiam instituições do poder público e religioso da cidade. Essa área era ocupada também pelos casarões dos fazendeiros de café e dos grandes comerciantes locais e por algumas casas de porta e janela, habitadas por famílias locais menos abastadas.

A área central urbana de Bragança fica sobre um espinhaço; a cidade é íngreme. Nela, há água encanada; o esgoto e a iluminação chegaram antes do que nas demais áreas urbanas. A área mais baixa da cidade, sujeita, desde sempre, a enchentes, e as áreas nas encostas desse espinhaço acolhiam as camadas mais pobres da população. A área mais baixa também era cortada pela Estrada de Ferro Bragantina. Os bairros do Matadouro e do Lavapés acolhiam uma grande concentração de italianos e espanhóis que trabalhavam nas oficinas e fábricas próximas. É significativo que se atente para a localização do Jardim Público, da Santa Casa e do Cemitério, para, mais adiante, notar-se a singularidade das áreas nas quais se situavam algumas associações e, também, a ostentação dos proprietários das maiores fazendas de café em relação ao modo de vida

dos colonos, que reivindicavam melhorias. Trago o casarão em que morava o coronel Afonso Olegário Ferreira, um dos fazendeiros que acusou Joseph Jubert no processo de distribuição do Boletim, pois ele

[...] revela a fase rica da economia bragantina em fins do século XIX, favorecida pelo café e seu comércio. [...] Há uma diferenciação qualitativa das casas, para se distinguir a classe social dos moradores, e não mais quantitativa. [...] Muitos materiais, como as chapas galvanizadas e ferros utilizados na decoração da porta de entrada e outras ferragens, como os gradis da entrada, provavelmente foram trazidos de fora, importados via São Paulo, pela Estrada de Ferro Bragantina, da Europa. Assim também foram os lustres e demais mobílias e aparelhos sanitários esmaltados, do casarão. [...] o] atual Museu Municipal [...] (ISHIZU, 2009, p. 120-124).

A residência foi construída em um terreno de 1.666m², possuía jardim, dormitórios, *toilette*, gabinete, escritório, despensa, sala principal (visita e jantar), copa, banheiro, terraço, quintal, área de serviço, depósitos e acomodação para empregados (ISHIZU, 2009). O tamanho de sua residência só vem confirmar a ostentação desse coronel, que estava em segundo lugar entre os maiores produtores de café; só, ele possuía 248 mil pés, conforme se constata abaixo

“Arthur Rodrigues de Siqueira, 282 mil pés de café; Cel. Affonso Olegario Ferreira Pinto, 248 mil pés; José Vieira da Silva, 207 mil pés; Anna Emilia Ferreira Cintra, 185 mil pés; Francisco de Assis Gonçalves, 149 mil pés; Cel. Jacintho Osorio de Locio e Silva, 139 mil pés; Carlos Sarti (herdeiros), 139 mil pés; Antonio Manoel Gonçalves, 125 mil pés; José Ferreira Pinto, 125 mil pés; Cel. João Evangelista G. Leme, 117 mil pés; Felipe Rodrigues de Siqueira (herdeiros), 102 mil pés; João de Camargo Aranha, 100 mil pés; Norberto Ferreira; Norberto Ferreira Barbosa, 97 mil pés [...] (ALAMANACH PAULISTA, 1918, p. 301).

Além de sua residência, existiam, em Bragança em 1899, “elegantes palacetes”, tais como: “Do major Manoel Joaquim de Carvalho, Baroneza Itapema, Nicoláo Asprino, Octavio Ghuilard, tenente Felipe Siqueira, Norberto Barbosa, Capm. Nicoláo Barra, Bertolotti & Irmão, Joaquim Pereira da Costa, tenente José de Freitas Guimarães [...]” (ALMANACK DE BRAGANÇA, 1900, p. 153).

Mas, para além da plantação dos dez milhões de pés de café na cidade, o Almanach Paulista (1918, p. 292) também destacou que

Há também plantações de canna, e, em pequena escala, de algodão, uvas e fumo. A plantação de cereais é bem considerável, chegando para notável exportação. A criação de gado vacum, cavalar e muar, se faz em diminuta escala; a de gado suíno, porém, se faz em grande escala, sendo notável a sua exportação.

Abaixo, trago uma relação dos presidentes da Câmara, o período exercido por cada um deles e suas profissões que revelam que os mesmos fazendeiros que controlavam o poder financeiro, controlavam também a política. No período de 1890 a 1922, dos 13 presidentes da Câmara, apenas 2 não eram fazendeiros. Esses políticos eram os responsáveis pela “[...] elaboração de códigos de posturas, que regulamentavam o modo de viver na cidade, ligado estreitamente ao mundo rural e ao interesse dos grandes proprietários de terras” (ISHIZU, 2009, p. 36). Esse controle político é uma herança que vem da época do Império, período em que os fazendeiros já estavam no poder, pois, como informa Ishizu (2009, p. 145), “o Coronel Luiz Leme foi chefe do partido conservador durante o império e seus descendentes continuaram na política” até 1940.

Tabela 1. Presidentes eleitos da Câmara entre 1890 e 1920

Exercício do poder	Presidentes eleitos da Câmara	Profissão dos presidentes
1890 – 1891	Manoel Jacintho de Moraes e Silva	Fazendeiro
1891 – 1892	Satyro Zotico	Fazendeiro
1892 – 1896	Jacintho Osório de Locio e Silva	Fazendeiro
1896 – 1896	Manoel Chrisostomo de Almeida	Fazendeiro
1896 – 1899	Affonso Olegario Ferreira Pinto	Fazendeiro
1899 – 1901	Jacintho Osorio de Locio e Silva	Fazendeiro
1902 – 1904	Vicente Guilherme ¹⁹	Advogado
1905 – 1907	Antonio Felix D´Araujo Cintra	Fazendeiro
1908 – 1910	Francisco Antonio Pereira Paião Silveira	Sem registro
1911 – 1913	João Alves de Moraes	Fazendeiro

¹⁹ Esse advogado, juntamente com o Asprino Júnior, representou o padre Leonardo Gioile no processo contra Jubert.

1914 – 1916	Ladislau Gonzaga da Silva Leme	Fazendeiro
1917 – 1919	Ladislau Gonzaga da Silva Leme	Fazendeiro
1920 – 1922	Theófilo Francisco da Silva Leme	Fazendeiro

Fonte: ISHIZU, 2009, p. 55, 145.

1.4 O Processo-crime de 1911 Contra Joseph Jubert

Possivelmente, os motivos que levaram o professor Joseph Jubert às ações que resultaram no processo-crime movido contra ele foram as tantas injustiças sofridas pelos trabalhadores naquele período. O abuso era explícito: fazendeiros aplicavam multas arbitrárias, mantinham vendas dentro das próprias fazendas; os trabalhadores sofriam maus-tratos e até castigos físicos. A maior parte das fazendas possuía capangas e encarregados que se incumbiam de vigiar e impor as vontades dos fazendeiros. Esses trabalhadores não dispunham de recursos financeiros ou legais para se defenderem (HALL, 1989).

Sobre os problemas sociais, alguns periódicos operários da época traziam críticas contundentes:

As desigualdades sociaes, isto é, a divisão da humanidade entre ricos e pobres príncipes e camponeses, tyranos e escravos, sábios e ignorantes, governos e governador, não é um fato natural sancionado por uma divindade caprichosa e arbitraria, como inculcam ou pretendem inculcar os preceptores religiosos, eses aliados de todos os tyranos da terra, mas sim um produto derivado de certas e diversas circumstancias nas quais a força bruta dos músculos representou o principal papel [...] (A VOZ DO TRABALHADOR, 30/10/1909, n. 19, p. 1-2).

As denúncias que desencadearam o processo contra o professor Joseph Jubert foram duas: a distribuição do Boletim e a acusação de incitamento à greve, que continha orientações para que os colonos reivindicassem melhorias nas condições de trabalho.

PODER JUDICIÁRIO 19 11/167


SÃO PAULO

JUIZO DE DIREITO DA _____ COMARCA DE BRAGANÇA PAULISTA - SP.

CARTÓRIO DO _____ ° OFÍCIO _____

ESCRIVÃO(A) DIRETOR(A) _____

OBS: Panfletagem, pregando a organização dos colonos junto a Liga Operária de Bragança, criada em assembleia realizada em 04 de setembro de 1910, conforme Estatutos de fls. 21. Os fins da Liga, conforme seu estatuto e artigo 02, era "...obter a diminuição das horas de trabalho e o aumento dos ordenados de conformidade e em relação ao trabalho e lugar, assim como os melhoramentos Hygienicos, Técnicos e intellectuais e morais da classe", obter pagamento de ordenados no fim de cada mês, salário minimo, horário maximo, etc.

Comissão de elaboração- Joseph Jubert, Benedicto Antonio Ricci e João Buena-
parte.

Conselho Administrativo- Julio Gonçalves da Silva, João Buenaparte, Luciano
Candido Ribeiro.

Thesoureiro - Benedicto Antonio Ricci

Secretário - Joseph Jubert.

AUTUAÇÃO

Em _____ de _____

de mil novecentos e _____

autuo neste Cartório _____

que segue(m) e fiz este termo. Eu, _____ Esc., subscrevi.

Registro sob n.º _____

Livro n.º _____

Fls. _____

50.04.032
273-A

Figura 5. Capa que acolhe o processo-crime de 1911 (34x24cm)

Fonte: Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança Paulista, depositado no CDAPH – USF.



Figura 6. Capa do processo-crime de 1911, (34x24cm). Esse processo possui 72 páginas. Nele, encontram-se o Boletim que deu origem ao processo e os Estatutos da Liga Operária. Fonte: Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança Paulista, depositado no CDAPH – USF.

Esse processo, datado de 1911, pertence ao Poder Judiciário da Comarca de Bragança Paulista-SP; está depositado, sob custódia, no CDAPH-USF (caixa 167). Nesse documento, foi colocada uma capa (figura 5) antes de ser encaminhado para o CDAPH. Ela foi colocada para proteger o documento original, visto que se danificara pela ação do tempo.

E, nela, constam as seguintes informações:

obs: Panfletagem, pregando a organização dos colonos junto a Liga Operária de Bragança, criada em assembléia realizada em 04 de setembro de 1910, conforme Estatutos de fls. 21. Os fins da Liga, conforme seu estatuto e artigo 02, era “...obter a diminuição das horas de trabalho e o aumento dos ordenados de conformidade e em relação ao trabalho e lugar, assim como os melhoramentos Hygienicos, Técnicos e intelectuais e morais da classe”, obter pagamento de ordenados no fim de cada mês, salário mínimo, horário máximo, etc. Comissão de elaboração – Joseph Jubert, Benedito Antonio Ricci e João Buenaparte²⁰. Conselho Administrativo – Julio Gonçalves da Silva, João Buenaparte, Luciano Candido Ribeiro. Thesoureiro – Benedicto Antonio Ricci. Secretário – Joseph Jubert.

Na capa original, não é possível ler a identificação do tipo de auto, pois a página encontra-se rasgada. No entanto, como é um processo-crime, as partes citadas são “A justiça por seu promotor e Jose Jubert”²¹ e a data 19 de janeiro de 1911. Na sequência, temos o inquérito policial, datado em 19 de dezembro de 1910, pelo escrivão Olympio José de Oliveira.

Em seguida, encontra-se a sindicância policial na qual o delegado Azevedo Marques determina que fossem prestadas declarações sobre o ocorrido no dia 20 de dezembro de 1910, às 11 horas. O delegado explica que instaurou a sindicância por conta da distribuição do Boletim que incitava os colonos à greve e ao descontentamento, conforme segue abaixo:

²⁰ João da Silva Buenaparte foi presidente do Club Artístico e Recreativo dos Operários em 1898 e 1910, vice-presidente em 1900 e secretário em 1904, 1906 e 1907 ((ALMANACH BRAGANTINO, 1914, p. 104), alferes jurado, (idem, p. 167). Carpinteiro e construtor de obras (ALMANACK DE BRAGANÇA, 1900, p. 176). Fez parte da primeira diretoria do Centro Musical “15 de Outubro”, fundada em 1903 por José Benedicto de Oliveira (ALMANACK DE BRAGANÇA, 1914, p. 90).

²¹ Nesse momento, começam as divergências na escrita do nome do professor. Optei por manter a grafia original nas citações. E o nome Joseph Jubert, (encontrado nas notas dos jornais, assinados por ele mesmo) quando me refiro a ele, conforme tenho procedido desde o início da elaboração deste trabalho.

No dia 18 de dezembro, a uma hora da tarde [...] foram largamente distribuídos, nesta cidade e especialmente entre colonos e moradores dos sítios, pelo denunciado boletins escriptos em portuguez e italiano, contendo um amontoado de inverdades que procuram, illudindo aos colonos, desviál-os das fazendas desta comarca [...]. José Jubert assumi [u] a exclusiva responsabilidade da distribuição [...] o teor de taes boletins, [...] procura [va] sucitar de modo phantasticamente degradante e cruel a situação dos colonos neste município, chega-se a única conclusão de que constituem elles: “uma manobra fraudulenta visando o desvio dos colonos dos estabelecimentos em que se acham nos termos do art. 1º nº do dec. Fed. 1162 de 1890. [...] Não tendo o denunciado conseguido o resultado completo do fim visado com a publicação e distribuição dos alludidos boletins (houve, todavia, um começo de greve na fazenda “Boa Vista”) (1910, p. 2-3).

Seguindo adiante com a análise do processo, na página 7 do processo, encontrei, neste, entranhado o Boletim que foi distribuído aos colonos das fazendas, denunciando as precárias condições de trabalho e também orientando sobre o que fazer contra essa exploração. O documento também faz referência à proibição da imigração pelos governos da França, Espanha, Itália e Portugal.

As Figuras 7 e 8 trazem, na íntegra, o Boletim distribuído aos colonos das fazendas, que foi anexado, em uma página em branco do Processo-crime de 1911, tanto o texto em português como a versão em italiano, impressos na frente e verso do papel.

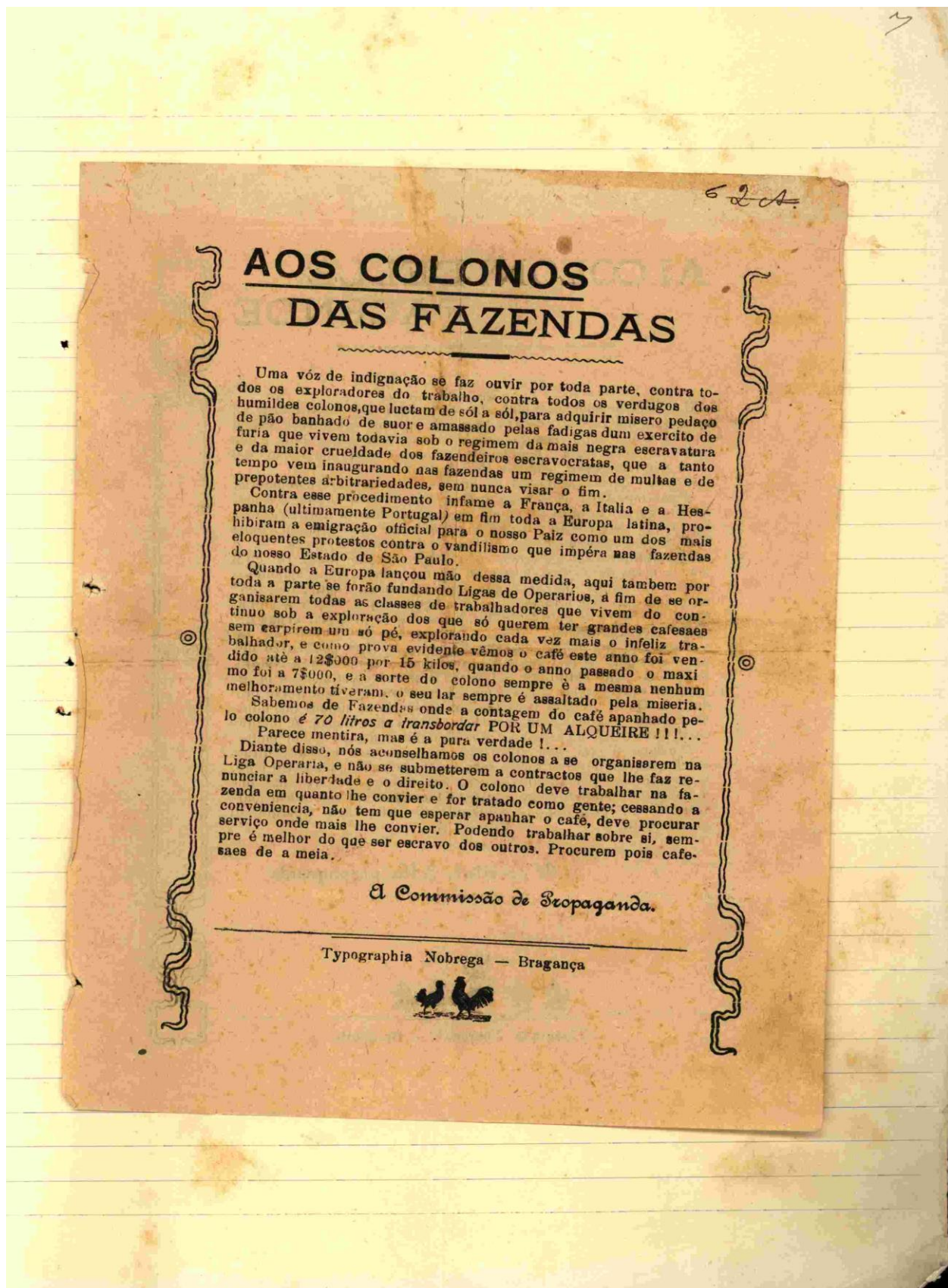


Figura 7. Boletim distribuído aos colonos, versão em português, entranhado no processo-crime de 1911, (24x17cm)

Fonte: Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança Paulista, depositado no CDAPH – USF.

AI COLONI DELLE FACENDE

Una voce di sdegno si alza da tutte le parte contra tutti gli esploratori del lavoro, contra tutti gli aguzini dei poveri coloni che lavorano dallo spuntar dell'alba fino alla sera buia come bestie da soma sotto é degenerati amministratori che fanno del tutto per farsi voler bene dei lori padroni.

Contro questa schiavitù ce un mezzo facile di combatterla: Organizarsi tutti nella Liga di Resistenza Operaia, che si é fondata in questa città di Braganza solo con il fine di aprire guerra senza quartiere contra a tutti i vigliacchi che si ingrassano colla vita sangue e col sudore dei lavoratori di qualunque spece.

Il caffè quest'anno é stato venduto fino a 12\$000 ogni 15 chili ma, la sorte del colono, é sempre la medesima come quando si vendeva il caffè a 5\$000, suggeto alla medesima condizione, senza ottenere un miglioramento di vita per se e per la sua famiglia. Continua essere sempre la bestia di soma, senza libertà, senza diritto e senza giustizia.

Tutti sapiamo che la necessità umana si soddisfá per mezzo della produzione. E la forza della produzione é L'uomo é la Natura. La prima legge naturale e il lavoro, la prima condizione é la libertà di tutti perche si possa mantenere l'armonia delle forze produttive. Questa libertà pero bisogna straparla ai signori facendieri che non vogliono conoscere solo che la sua libertà di mantenere il povero colono schiavo con umiglianti contratti e con multe.

Il colono d'oggi non deve piu sotomettersi a nessun contrato coi facendieri, deve entrare e salire nelle facende quando gli pare, e lavorare ove piu gli conviene e, farsi sempre pagare alla fine del mese; boicotando sempre tutte le facende ove i coloni son maltrattati. All'opera dunque, a organizzarsi nella Liga Operaia di questa città.

Il comitato della propaganda



«Tipografia Nobrega» — Braganza

Figura 8. Boletim distribuído aos colonos, versão em italiano, entranhado no processo-crime de 1911, (24x17cm)

Fonte: Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança Paulista, depositado no CDAPH – USF.

Na página 8 do Processo-crime de 1911, o escrivão da polícia Olympio José de Oliveira certifica que intimou, em 19 de dezembro de 1910, “Jose Jubert, Benedicto Ricci, Julio Gonçalves da Silva, Jose do Patrocínio e Luciano Candido Ribeiro”, porque faziam parte da Liga Operária local. As declarações foram prestadas ao delegado Joaquim Candido de Azevedo Marques nos dias 20, 22, 24, 25, 27, 31 de dezembro de 1910 e nos dias 1 e 2 de janeiro de 1911, em Bragança. Pode-se notar que as datas fazem parte do calendário festivo de final de ano: vésperas e dias de Natal e de Ano Novo, o que sugere a urgência e importância dada ao fato.

O primeiro a prestar declaração foi Júlio Gonçalves da Silva, seguido de outros envolvidos. Júlio, ao prestar depoimento, declarou ter 32 anos, ser casado, pedreiro, natural do estado de São Paulo e residente em Bragança, saber ler e escrever e informou que não tivera parte na distribuição do Boletim, cuja autoria só poderia ser de Jubert, e que, no seu modo de entender, o Boletim visava aconselhar os colonos a procurar, por meios lícitos, melhorias para suas condições de trabalho,

[...] que entretanto, discorda de certas ponderações feitas no mesmo boletim, e impugna qualquer alvitre de violência que, por ventura, se possa deduzir dos termos em que está redigido o dito boletim; que, os fins da ‘Liga Operária de Bragança’, a qual pertence, como já disse, constam dos Estatutos dessa sociedade, os quaes já foram fornecidos a esta delegacia (p. 9).

O segundo a prestar declarações foi Benedicto Antonio Ricci, com 44 anos, casado, ferreiro, natural da Itália. Informou saber ler e escrever, mas negou ter feito parte da distribuição do Boletim. Pelo que lhe constava, Joseph Jubert foi o único a distribuir o Boletim. Negou também a responsabilidade da Liga, porém, concordou com as informações contidas no Boletim, afirmando que este tinha

[...] por fim aconselhar os colonos deste município a pedirem aumento dos salários, em vista da grande alta do café e, portanto, da prosperidade da lavoura; [...] entretanto, pensa[va] de accôrdo com as ideas nelle contidas, sob o ponto de vista da péssima situação em que se encontram os colonos [...]” (p. 10).

O terceiro declarante foi José do Patrocínio, com 21 anos, casado, pedreiro, natural e residente em Bragança, que informou que sabia ler e escrever, mas negou também a participação na distribuição do Boletim e afirmou que ignorava saber quem o

havia elaborado, mas declarou que a distribuição foi feita por Joseph Jubert, exclusivamente, e que, como “mero trabalhador manual, o declarante não pode preocupar-se com assumptos cuja indagação sobreléva a sua competência intellectual, pelo que não pode dizer si concórda ou discórda da opinião e idéas expendidas no Boletim de que se trata [...]” (p. 11).

A declaração de José do Patrocínio chama a atenção porque relaciona a sua condição de trabalhador manual às limitações de sua competência intelectual para julgar opiniões e ideias defendidas no Boletim. Patrocínio se apropria de um discurso que era usado para discriminar o trabalhador manual e o ressignifica ao usá-lo como uma tática de defesa frente à autoridade policial.

O quarto interrogado foi Luciano Candido Ribeiro, com 28 anos, solteiro, marceneiro, natural e residente em Bragança, que disse que não sabia ler nem escrever e que lhe era estranho o fato do Boletim. Porém, entendia que o fim principal do Boletim era aconselhar os colonos a se associarem à Liga e tratarem de assuntos de seus interesses. Luciano se declarou analfabeto. Ele, também, parece utilizar-se do fato de ser “analfabeto” para se eximir da responsabilidade de coautoria ou distribuição do Boletim. Não sabia ler e escrever, no entanto, observem suas colocações:

[...] ele declarante nada tem haver com a autoria e distribuição do boletim de que se trata, as quaes pertencem exclusivamente à José Jubert, que igualmente, a “Liga Operária de Bragança”, da qual o declarante faz parte, é absolutamente estranha ao fato [...e] não se pode attribuir ao aludido boletim intuitos criminosos, como por exemplo: - o incitamento à greve dos colonos, ou a desvio dos mesmos colonos dos estabelecimentos aggricolos onde trabalham como si propala infundadamente, pois, o declarante conhece bastante José Jubert, podendo affirmar que ele só quer e praticá o bem (1911, p. 12).

Luciano, bem como os outros membros da Liga Operária, provavelmente orientado por Jubert, isentou-se da responsabilidade da distribuição do Boletim. O fato de ele não saber ler nem escrever poderia atestar a sua incapacidade de avaliar bem as ideias defendidas por Jubert. É relevante e oportuno lembrar que a maior parte dos colonos, dessa época, parece ter sido formada por analfabetos. Mas, com suas palavras, ele defendeu Jubert afirmando que ele só praticaria o bem, confirmando as más condições de trabalho a que estavam sujeitos os colonos.

No processo, os representantes do Judiciário trataram os colonos como sujeitos incapazes de avaliar, claramente, as implicações de seus atos e palavras, visto que, como já citado: Jubert, “[...] iludindo a bôa fé dos colonos e explorando-lhe as paixões ruins” (1911, p. 7), teria sido capaz de ludibriá-los estimulando-os a participar [...] da Liga Operária.

A elite letrada urbana tendia a reconhecer o atraso nacional enquanto fruto do analfabetismo, sobretudo da população formada por mestiços, negros e pobres. Ser professor parece ter distinguido Jubert dos demais, pois ele deteve o saber necessário para, após a leitura e escuta das acusações que lhe foram feitas nos autos, defender-se e contrapor-se por escrito e através da fala às demais partes citadas no processo.

Na sequência, prestou declaração Joseph Jubert, que informou ter 35 anos, ser solteiro, professor, natural da França, de nacionalidade brasileira, residente em Bragança. Declarou saber ler e escrever e informou ter recebido esse Boletim das mãos de um desconhecido, fazendo apenas a distribuição. Ainda declarou que a Liga Operária não tinha nenhum vínculo com o fato e que o Boletim visava, exclusivamente, aconselhar os colonos a se associarem à Liga Operária de Bragança, para que pudessem tratar de assuntos de seus interesses, ou seja, melhoria nas condições de trabalho; que não se tratava de uma manobra fraudulenta nem pretendia incitar os colonos à greve (p. 14).

Jubert demonstra, em sua declaração, familiaridade e traquejo com as leis e procedimentos da justiça, prestando declarações que inocentavam os demais e que o eximiam e também a Liga Operária de Bragança da autoria e responsabilidade pelo Boletim. Os envolvidos no processo que prestaram declaração negaram, em uníssono, o próprio envolvimento e o da Liga Operária no caso. Na leitura dos autos, parece que haviam combinado entre si tal procedimento.

Ressalto o fato de que é Jubert quem se identifica como professor, porque, no transcorrer de suas declarações, o fato de saber ler e escrever e a sua própria identificação mostram que tais atributos o diferenciavam dos demais trabalhadores envolvidos no processo-crime. Aparentemente, os atributos de Jubert revelam – além de um saber e de uma formação – sua competência intelectual para ter seu discurso e sua condição de interlocutor reconhecido. É possível que Jubert possuísse uma formação que lhe dava um conhecimento jurídico acima da média de seus companheiros operários, visto que abriu mão da presença de um advogado para defendê-lo.

Armando Nóbrega foi ouvido após Jubert. Declarou ter 28 anos, ser casado, artista, natural do estado de Minas, residente na cidade, saber ler e escrever, bem como ser o dono da tipografia onde foi impresso o Boletim solicitado pela Liga Operária de Bragança. Informou também que o autor e redator do Boletim foi Jubert, e que a entrega foi feita a Benedicto Ricci e o pagamento também efetuado por ele, tesoureiro da Liga. Afirmou ignorar se o Boletim tinha outros intuitos, além dos contidos nele. Ele se eximiu de responsabilidades porque apenas prestou um serviço, fez seu trabalho e por ele foi pago, cumpriu a lei de mercado, o da oferta/procura.

Em seguida, foram chamados a depor os acusadores de Jubert. O primeiro foi o fazendeiro Olympio Barra que se declarou lavrador, com 36 anos, casado, natural e residente na cidade, informando saber ler e escrever. Afirmou saber do Boletim por encontrá-lo nas mãos de um de seus colonos. Segundo ele, o colono recebeu-o de um desconhecido no dia 18 de dezembro de 1910. Nesse dia, Olympio encontrava-se na residência do coronel Afonso Ferreira, quando, ali, apareceram diversos lavradores²² da cidade, entre eles, o coronel Theophilo Leme, Norberto Barbosa, João Leme, que procuraram a autoridade policial solicitando providência legal contra a distribuição do Boletim (p. 18).

Para Olympio, a distribuição do Boletim não passava de uma manobra fraudulenta que iludia a boa-fé dos colonos e despertava-lhes paixões ruins, visando desviá-los do trabalho, incitando à greve e perturbando as atividades agrícolas e a economia da cidade (p. 18).

Theophilo Francisco da Silva Leme, com 55 anos, casado, lavrador, natural e residente no município, declarou saber ler e escrever e afirmou que, no dia 18, por volta das 13 horas, viu Joseph Jubert, Benedicto Ricci, Luciano Cândido Ribeiro e José do Patrocínio distribuindo o Boletim na rua do Comércio para transeuntes, em especial, para colonos e moradores dos sítios. Acrescentou o que Olympio disse no parágrafo acima, mas ignorava o fato de Julio Gonçalves da Silva ter participado da distribuição, embora já tivesse ouvido falar sobre sua ligação com a Liga Operária (p. 23).

Felippe Rodrigues de Siqueira, também lavrador, foi o seguinte a prestar declaração. Informou que estava com 65 anos, que era casado, era natural e residente na cidade que sabia ler e escrever. Acrescentou que tomara conhecimento do fato porque foi convidado a fazer parte da comissão de lavradores descontentes com o ocorrido.

²² No período, os proprietários de terras eram chamados de lavradores.

Disse que o Boletim não constituía propaganda em prol dos justos, que incitava, sim, os colonos à rebelião contra os fazendeiros, perturbando as atividades agrícolas e a vida econômica do município. Relatou que ignorava quem era o autor do Boletim e se a Liga teria relação com o fato, ou se ocorrera desvio de colonos de alguma fazenda do município (p. 25, 26).

Outro declarante foi Juvenal Ferreira de Cerqueira Leite, também lavrador, com 35 anos, casado, natural do estado e residente no município. Afirmou que sabia ler, escrever e tomou conhecimento do fato por ser

[...] público e notório nesta cidade, que no dia dezoito do mez de Dezembro passado, Jose Jubert, Benedicto Ricci, Luciano Candido Ribeiro, Julio Gonçalves da Silva e Jose do Patrocinio fizeram profusa distribuição pela cidade de um boletim anonymo, escripto em Portuguez e em Italiano e dirigido aos colonos deste município, que o declarante leu o boletim de que se trata, o qual, longe de constituir uma propaganda em prol de justos interesses dos colonos, não passa de uma manobra fraudulenta, que illudindo a boa fé dos colonos e explorando-lhes as paixões ruins, visa inconfessavelmente desviar-os das fazendas onde estão empregados, si não o incitando a greve para a perturbação dos serviços agrícolas e portanto da economia do município, que ignora[va] si os indigitados distribuidores do boletim em questão já conseguiram desviar colonos de alguma fazenda deste município [...], a Liga Operária de Bragança tem coparticipação na autoria e distribuição dos mesmos boletins (1911, p. 27).

Após essas declarações, foi chamado a depor Norberto Ferreira Barbosa, que informou ter 45 anos, ser casado, lavrador, natural do estado e residente no município. Deste, não tenho a informação se sabia ler e escrever, pelo fato de essa informação não constar no processo. Contudo, ele relata que,

[...] cerca de uma hora da tarde, achava-se o declarante no Mercado desta cidade, quando alli appareceram Benedicto Ricci e Jose Jubert, que começaram a fazer a profusa distribuição do boletim [...] que [...] indo à casa do Cel. Affonso Ferreira, alli encontrou diversos fazendeiros deste município, que commentavam o caso dos boletins, [...] os referidos lavradores [que] resolveram ir em comissão a casa da autoridade policial desta cidade, afim de, [...] perder-lhe providencias legaes contra o mesmo, pois [...] longe de constituir uma propaganda em prol dos justos interesses dos colonos, não passava de uma manobra fraudulenta que illudindo a boa fé dos colonos e explorando-lhes as paixões ruins, [...] que, de sciencia própria, não sabe si, além de Jose Jubert e Benedicto Ricci os demais indigitados distribuidores do boletim em questão distribuíram de facto tal boletim [...]. (p. 29, 30).

Nesse momento, percebe-se uma divergência entre as informações dadas pelos depoentes. O coronel Theophilo Francisco da Silva Leme afirmou que viu Joseph Jubert, Benedicto Ricci, Luciano Cândido Ribeiro e José do Patrocínio, por volta das 13 horas do dia 18, distribuindo o Boletim na Rua do Comércio para transeuntes, em especial, para colonos e moradores dos sítios, enquanto Norberto Ferreira Barbosa declarou que, às 13 horas, encontrava-se no mercado de Bragança, quando, ali, apareceram Benedicto Ricci e Joseph Jubert e começaram a fazer profusa distribuição do Boletim. O mercado municipal localizava-se na, então chamada, Rua do Mercado; já a Rua do Comércio era uma rua paralela à Rua do Mercado. Portanto, essas declarações eram divergentes.

Um aspecto a ser pontuado no processo, enquanto rito jurídico, é que tanto os réus quanto os acusadores trazem seus respectivos argumentos, de defesa e de acusação, em bloco. Os réus alegam que desconhecem a autoria do Boletim e o envolvimento da Liga Operária. Os acusadores alegam que a distribuição do Boletim não passava de uma manobra fraudulenta realizada por Jubert e os demais membros da Liga.

Tanto os réus quanto os acusadores tiveram uma fala uníssona, o que leva a presumir uma orientação e acordo prévio, sugerindo que ambos estavam afeitos à lida jurídica e sabiam que ideias e posturas deveriam assumir ante o poder policial.

Durante o Processo-crime de 1911, no dia 7 de janeiro de 1911, o delegado de polícia Azevedo Marques envia um documento à Comarca de Atibaia informando que Joseph Jubert mora em Bragança há mais ou menos 3 anos. Documento ao qual o delegado de polícia de Atibaia responde certificando que Joseph Jubert já tinha sido processado de acordo com o artigo 399 do *Código Penal*²³, em 18 de setembro de 1907.

Nesse momento do processo, Jubert é chamado de vagabundo contradizendo a nota no periódico: o *Cidade de Bragança*, em 17/02/1910, na pág. 3, onde se lia que Joseph Jubert tinha sido convocado para o alistamento eleitoral e identificado como cidadão. Logo, o reconhecimento da cidadania implicaria a ausência de crítica à situação vigente.

²³ DECRETO N. 1.490, de 18 de julho de 1907. REGULAMENTO CAPITULO I DOS PROCESSOS POLICIAES Artigo 1.º – Dizem-se processos policiaes: 1.º – Os que têm por fim obrigar a assignar termo de tornar occupação aos maiores de 21 annos que se acharem incursos, como vadios ou vagabundos, nas disposições dos artigos 374 e 399 do Cod. Pen. e do artigo 2.º do Decreto n. 145, de 12 de Julho da 1893 (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO).

As reclamações e as acusações dos coronéis tomam força com as notícias da imprensa local, que divulga notas de autoria anônima; notas em que a expressão “anarchia social” está muito próxima do significado de expressões como desordem, baderna e bagunça que, ainda hoje, parecem equivaler à expressão do senso comum: anarquismo.

O colono italiano, por exemplo, veio de um país adiantado e aqui tem sabido cumprir o seu dever, quer perante o patrão, quer perante a família. Aconselhem aos colonos a zelarem pelos seus direitos e a revoltarem-se quando sejam maltratados ou escravizados por seus patrões ou quando sofram qualquer injustiça; mas aconselhem também que esses colonos não sejam ingratos para os patrões que lhes estimam, reconhecem o seu trabalho e cumprem o seu contracto e aconselhem para que não abandonem o lar da família e o serviço e não venham servir de instrumentos para a anarchia social (CIDADE DE BRAGANÇA, 22/12/1910, n. 1567, p. 1).

Logo, a “anarchia social” seria contrária ao lema positivista da “ordem e progresso” defendido pelos republicanos liberais que negavam a luta de classes e tendiam, estrategicamente, colocar, na esfera das emoções e sensibilidades, as relações de trabalho, como fez o autor do texto, ao citar as noções de dever, patrões e família, pedindo aos colonos que não fossem ingratos, que reconhecessem que seus patrões os estimavam e cumpriam o contrato de trabalho. Essa consideração ganha maior vigor se relacionada com o trecho abaixo, extraído de um artigo intitulado *O trabalho*:

O trabalho é o creador das virtudes. A preguiça diz o provérbio, é a mãe de todos os vícios. O homem ocioso não é somente inútil; é funesto a sociedade, funesto a si próprio. Nada a fazer é impossível, quem não trabalha, quem não faz o bem, faz necessariamente o mal (CIDADE DE BRAGANÇA, 13/02/1910, n. 1479, p. 1).

A ociosidade, colocada com clareza na citação acima, já foi vista como vício, como mal. Por isso Jubert foi visto como vagabundo e processado em Atibaia por não ter trabalho fixo. Dessa forma, na nota acima, se preconiza o trabalho como bem maior. Mas, em contrapartida, se minimiza o direito ao tempo livre, que não é regido pelas leis de mercado. Sob tal perspectiva, convocar os colonos para a paralisação do trabalho significava ir contra a lógica de que o tempo vale dinheiro. Logo, a paralisação seria perda de tempo e dinheiro, sobretudo, dos fazendeiros (THOMPSON, 2002).

Retomando o Processo-crime, segue a declaração de João Francisco Salles, na qual ele diz que tem 40 anos, casado, natural e residente neste município, administrador da fazenda do coronel Affonso Ferreira. Também, diz também que sabe ler, escrever. Informou que, no dia 4 de janeiro, diversos colonos da fazenda Boa Vista recusaram-se a comparecer ao serviço, mantendo-se em greve por alguns dias, sem comunicar o motivo e que o movimento foi chefiado pelos colonos Eduardo Camasso e Pascoal Camasso, os quais, de acordo com Francisco, ameaçavam os demais colonos para não voltarem ao trabalho. O administrador disse ainda que esse fato foi premeditado, pois Eduardo e Pascoal já tinham se associado à Liga Operária, atribuindo o começo da greve ao Boletim, repetindo, na sequência, tudo o que os fazendeiros já haviam dito sobre os males vistos por eles no Boletim (p. 31-34).

Tendo em vista que, praticamente, todas as testemunhas da parte dos acusadores afirmam que a ação de Jubert, distribuindo o Boletim, se tratava de uma manobra fraudulenta que tinha como finalidade desviar os colonos do trabalho, vou ao encontro de Marx (apud Benjamin, 1985, p. 96), quando se refere ao trabalho na perspectiva burguesa, propondo que

Os burgueses têm boas razões para atribuir ao trabalho uma força criadora sobrenatural, pois precisamente da natureza do trabalho é que acaba resultando que o homem não disponha de nenhuma outra propriedade se não a sua força de trabalho, precisando, portanto, em todas as situações sociais e culturais, permanecer escravo dos outros homens, daqueles que conseguiram tornar-se proprietários das condições materiais e objetivas de trabalho.

Essa afirmação acima retrata, a meu ver, a mesma relação entre fazendeiros e colonos analisados nesta pesquisa. É importante salientar que, naquele período, não existiam leis trabalhistas para que fosse possível regulamentar as condições de trabalho dos colonos. Dessa forma, as propostas da Liga Operária, se fossem consolidadas, possivelmente poderiam representar, para esses trabalhadores, um pouco de segurança. Batalha (2000, p. 11), quando se volta para as condições de vida do operário, afirma que, nesse período,

No caso de doença, invalidez ou desemprego, o trabalhador que não contasse com um fundo beneficente da empresa, ou que não contribuísse por sua própria iniciativa para alguma forma de sociedade que fornecesse auxílios, via-se inteiramente desassistido e tinha sua

sobrevivência ameaçada em virtude da completa ausência de políticas sociais.

Após analisar o Processo-crime de 1911, instaurado devido à distribuição do Boletim em que Jubert, foi acusado, pontuo que foi necessário o caso passar por quatro jurisdições para que Jubert fosse absolvido, já que os juízes das três comarcas mantiveram o favorecimento aos fazendeiros, além do caso de parentesco com um dos acusadores na cidade de Bragança onde o juiz dr. Manoel José Villaça foi impedido de atuar no caso; o mesmo ocorreu com o dr. Pedro Tavares de Almeida, da comarca de Atibaia (nomeado dia 20/2/1911) e também com o juiz da comarca de Piracaia, dr. José Maximo Pinheiro Lima (nomeado em 2/3/1911).

Somente após a nomeação do juiz da comarca de Jundiaí, dr. Abeilard de Almeida Pires (13/3/1911), é que chegou-se à conclusão de que a denúncia era improcedente, uma vez que a acusação de desvio dos trabalhadores dos estabelecimentos em que estavam empregados por meio de força, ameaças ou constrangimentos, não ficou comprovada analisando-se o conteúdo do Boletim e tampouco pelos depoimentos das testemunhas. Em razão disso, em 24 de março de 1911, o juiz Abeilard absolveu Jubert da condenação que lhe foi imposta, o que legitima a descrença dele na justiça.

Os Estatutos da Liga Operária de Bragança²⁴, anexos ao Processo crime, foram aprovados em Assembleia Geral, em 4 de setembro de 1910, impressos pela Typographia Nóbrega em Bragança. São constituídos de 10 capítulos, da seguinte maneira:

I - Da Liga e seus fins (artigos 1 ao 4); II - Da admissão dos sócios (artigos 5 ao 7); III - Deveres dos associados (artigos 8 ao 15); IV - Direito dos sócios (artigos 16 ao 23); V - Da administração (artigos 24 ao 29); VI - Das assembleias gerais (artigos 30 ao 35); VII - Das representações (artigos 36 ao 39); VIII - Das eleições (artigos 40 ao 42); IX - Do estandarte, bandeira e distintivos (artigos 43 ao 45); X - Da moralidade social (artigo 46); Disposições gerais (artigos 47 ao 60).

²⁴ Os Estatutos contêm 20 páginas, incluindo capa, contracapa, frente e verso, com um formato retangular medindo 20,5x15. A capa possui a imagem de uma libélula no alto, um pombo-correio no centro, dentro de linhas retangulares ornamentais, e a imagem de uma pequena mosca fora das linhas; o verso da capa está em branco e na contracapa consta o prólogo dos Estatutos.

Após os capítulos, consta a data de 28 de agosto de 1910, Bragança, e na sequência, uma lista dos nomes que compunham a comissão que elaborou os Estatutos: Joseph Jubert, Benedicto Antonio Ricci e João Buenaparte (presidente do Club Artístico Recreativo dos Operários de Bragança); na sequência, vem o Conselho Administrativo com os nomes dos seus membros: Julio Gonçalves da Silva, João Buenaparte, Luciano Candido Ribeiro, Benedicto Antonio Ricci (tesoureiro) e Joseph Jubert (secretário); seguem duas folhas em branco e um formulário, contendo o número de matrícula com a informação: Esta caderneta pertence ao sócio que foi admitido na Liga Operária de Bragança, com a data a ser completada e espaços para as assinaturas do secretário e do tesoureiro, finalizando com a capa²⁵.

Nos laudos do Processo crime, se fazem referências a tal documento, mas, em nenhum momento, se esclarece como, quem e por que ele foi entranhado nos autos.

²⁵ Ver Anexo 1.

2. QUE EDUCAÇÃO? QUE ESCOLA? QUE PROFESSOR?

2.1 O Projeto Republicano de Educação (1890 – 1920)

A muitos desses pregoeiros do progresso seria difícil convencer de que a alfabetização em massa não é condição obrigatória nem se quer para o tipo de cultura técnica e capitalista que admiram e cujo modelo mais completo vamos encontrar na América do Norte. [...] a simples alfabetização em massa não constitui talvez um benefício sem par. Desacompanhada de outros elementos fundamentais da educação, que a completem, é comparável, em certos casos, a uma arma de fogo posta nas mãos de um cego (HOLANDA, 1963, p. 160).

Os republicanos viam a educação como símbolo do progresso e modernidade. A criação dos grupos escolares ocorria no momento em que a educação passava a ser vista como signo da civilização (KUHLMANN JR., 2001; BUENO, 2007).

Caetano de Campos, com o Decreto n.º 27, de março de 1890 promoveu a Reforma Geral da Instrução Pública, que recebeu o nome de Reforma Caetano de Campos, que tinha como objetivo manter a escola pública gratuita para todos, para além de obrigatória e laica²⁶. Caetano de Campos, nessa época, era diretor da Escola Normal. E foi pensando na institucionalização do modelo escolar paulista que colocou em primeiro plano a formação do professor.

A Reforma Caetano de Campos (1890), que orientou a remodelação do ensino paulista, tinha como foco o grupo escolar e o método intuitivo, no “[...] ensino seriado, classes homogêneas e reunidas num mesmo prédio, sob uma única direção, métodos pedagógicos modernos [...] e monumentalidade dos edifícios, em que a Instrução Pública se faz signo do progresso...” (CARVALHO, 2000, p. 226).

O método intuitivo foi considerado a base da educação moderna para as melhorias que ocorreram na educação em países como: Alemanha, Suíça e Estados Unidos. Mas eram necessários mestres e material didático para essa nova pedagogia.

²⁶ Que ou quem não pertence ou não está sujeito a uma religião ou não é influenciado por ela.

Buscaram, então, suprir essa necessidade fora do Brasil, importando pessoas e material adequado à nova maneira de ensinar. Defendia-se uma nova metodologia de ensino:

[...] uma arte da minúcia, da dosagem, da gradação, que se queria fundada na observação de cada situação, na concatenação minuciosa dos conteúdos de ensino pacientemente isolados e colecionados no cultivo de cada faculdade da criança numa ordenação que se pretendia fundada na natureza (CARVALHO, 2003, p. 28).

Nesse momento, a educação estava sendo vista como meta, porém, não era possível apenas ensinar, era necessário aprender a ensinar. Foi pensando nessas questões que especialistas e educadores propuseram novos métodos, processos de ensino, domínio dos métodos e a experiência da realização, ou seja, o aprendizado a partir da prática. “[...] essas iniciativas republicanas organizaram-se a partir da instituição da Escola Modelo. A escola em que se aprende a ensinar” (CARVALHO, 2003, p. 25).

Em São Paulo, os republicanos investiram na organização de um sistema de ensino modelar: “[...] a escola paulista é estrategicamente erigida como signo do progresso que a República instaurava; signo do moderno que funcionava como dispositivo de luta e de legitimação na consolidação desse Estado na Federação” (CARVALHO, 2000, p. 225).

Os grupos escolares foram criados pelo Decreto n.º 248, em 26 de julho de 1894, (REIS FILHO, 1998, p. 29), durante a segunda fase da Reforma da Instrução Paulista (REIS FILHO apud PINHEIRO, 2002). Tiveram início em São Paulo e, depois, se espalharam por todo o território nacional, fizeram parte da estratégia republicana voltada para a modernização do País e para a luta contra o analfabetismo no Brasil (BUENO, 2007).

A fundação do primeiro grupo escolar de Bragança e a construção de seu novo prédio são frutos desse sistema de ensino modelar.

Novo edifício do Grupo Escolar

Acham-se muito adiantadas as obras do novo grupo edifício do grupo escolar desta cidade. O edifício já está coberto e agora prosseguem os serviços de revestimento das paredes e assoalhamento. Naturalmente, a inauguração dar-se-á em 1 de fevereiro de 1909, por ocasião da reabertura das aulas (CIDADE DE BRAGANÇA, 3/5/1908, n. 1.294, p. 2).

A escola e o letramento ainda apareceram como símbolos de civilização e do progresso. Nesse momento,

O discurso civilizador valorizava a escola como sendo a agência destinada, por excelência, ao cultivo das grandes virtudes, ao fortalecimento dos espíritos, à formação do homem do futuro, o homem consciente. O homem civilizado, escolarizado, seria capaz de organizar a família em bases sólidas, simpáticas e justas, de acordo com as aspirações do progresso, em consonância com as normas científicas. [...] Havia uma busca [...] pelo ideário civilizador, pelo refinamento dos padrões sociais gerais. E isso impunha a necessidade de incorporação de um patamar mínimo de conhecimento que estava nos livros (NASCIMENTO apud BUENO, 2007 p. 73).

De acordo com Moraes (2003), dentre toda a diversidade que compôs os elementos sociais responsáveis por realizações na área da educação, pode-se considerar que a atuação mais significativa para a concretização desse projeto partiu do setor cafeeiro, pela força do seu capital; organizado pelo Partido Republicano Paulista (PRP), liderado por Prudente de Moraes, Cerqueira César e Júlio de Mesquita.

Por sua vez, o ensino racional preconizado por Francisco Ferrer previa trazer sentido às coisas, exaltar a percepção do indivíduo, fazer florescer a conexão dos pensamentos para que fosse possível comparar as ideias, de uma forma positiva, conhecendo as leis da natureza, da vida e do pensamento. O trabalho também aparece como uma necessidade de transformar o que está em volta, bem como a arte aparece como forma de moralizar o indivíduo. Através do ensino racional seria possível instruir trabalhadores e seus filhos inculcando “[...] a disseminação de ideias de libertação aos oprimidos através da ciência e ou da filosofia” (A VOZ DO TRABALHO, 15/10/1913, n.º 41, p. 1), e dessa forma, permitir-lhes superar as condições impostas pelas classes hegemônicas.

É possível observar nas propostas, tanto na de Caetano de Campos, como na de Ferrer, que os seus métodos ressaltam a observação, o aprendizado por meio da ação e da razão do aluno. Mas, neste momento, enfatizo a questão de Carvalho, sobre as propostas de Caetano de Campos, qual “é o cidadão que a República [tinha] o dever e o interesse de educar?” (CARVALHO, 2003, p. 30). Seria essa, também, a pergunta de Ferrer?

Apesar das propostas para o novo sistema educacional, os grupos escolares não eram escolas para massa. Os grupos iam ao encontro das ideias liberais, republicanas e

positivistas, propondo um repertório simbólico que procurava ordenar práticas e incutir valores da modernidade, posto que

A uniformização é um requisito da modernidade, pois à luz da razão teremos uma única verdade e uma única forma de alcançá-la. Não obstante, o cimento da nação não se daria, tão-somente, pela disseminação dos saberes científicos e das humanidades, mas sim pela ação do conjunto da escola na afirmação de uma nova forma de ver o mundo. Em outros termos buscava-se a internacionalização de determinados princípios, tais como: *identidade*, assentada sobre o civismo e a idéia de cultura nacional; *laborosidade*, a partir da íntima sintonia entre cultura e mundo do trabalho (indústria); *religiosidade*, concebida como princípio mobilizador da fé e da devoção às causas; *racionalidade*, nos termos de ações dirigidas a fins; e *sanidade*, como asseio e controle do corpo (VIEIRA, 2007, p. 394).

Segundo Escolano (2001, p. 28), “Não apenas o espaço-escola, mas também sua localização, a disposição dele na trama urbana dos povoados e cidades, tem de ser examinada como um elemento curricular”. Nessa perspectiva, tanto a localização dos grupos escolares, quanto a sua arquitetura, disposição e distribuição dos seus espaços internos e externos na relação com uma dada administração do tempo, acabam sendo tomados como elementos ordenadores, do espaço/tempo escolares:

[...] sempre pessoais e institucionais, individuais e coletivos, e a busca de delimitá-los, controlá-los, materializando-os em quadros de anos/séries, horários, relógios, campainhas, ou em salas específicas, pátios, carteiras individuais ou duplas, deve ser compreendida como um movimento que teve ou propôs múltiplas trajetórias de institucionalização da escola. Daí, dentre outros aspectos, a sua força educativa e sua centralidade no aparato escolar (FARIA FILHO; VIDAL 2000, p. 21).

É oportuno dizer que a arquitetura imponente dos grupos escolares representa “[...] um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância [...]” (ESCOLANO, 2001, p. 26). O estilo arquitetônico diferenciado também primava pela monumentalidade e volumetria, conforme podemos verificar abaixo:

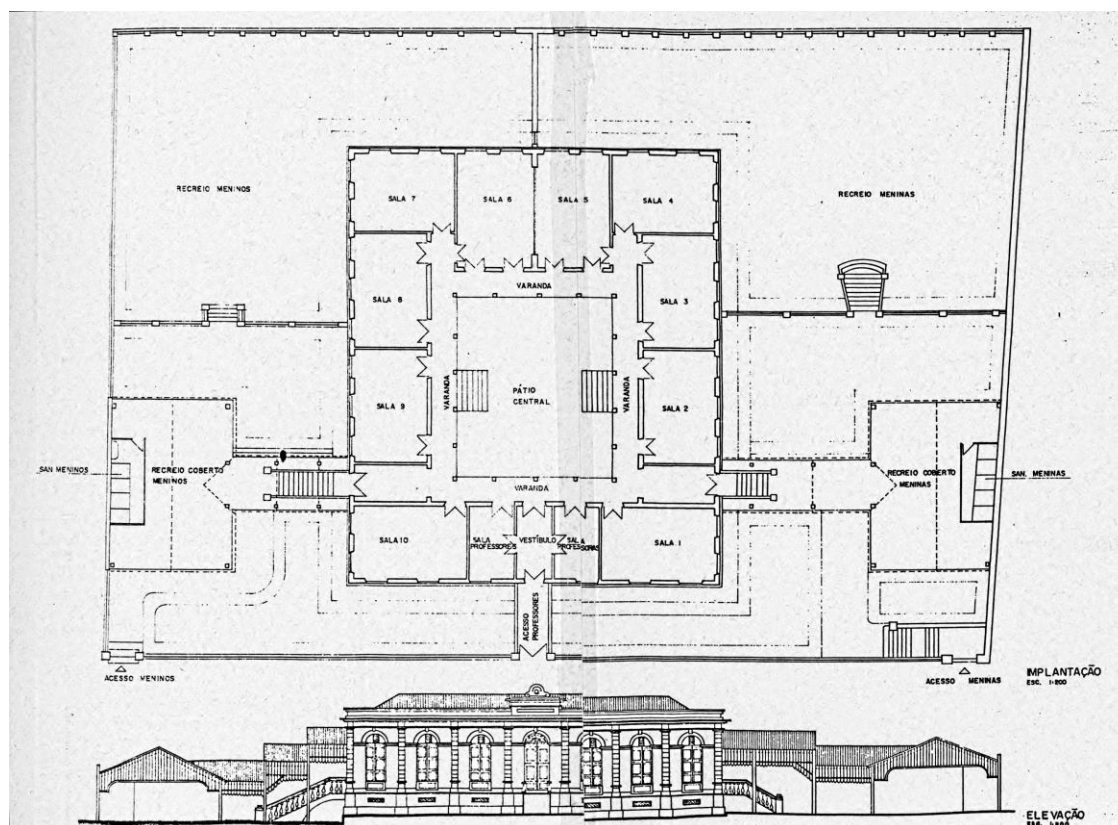


Figura 9. Planta do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá

Fonte: CDAPH.

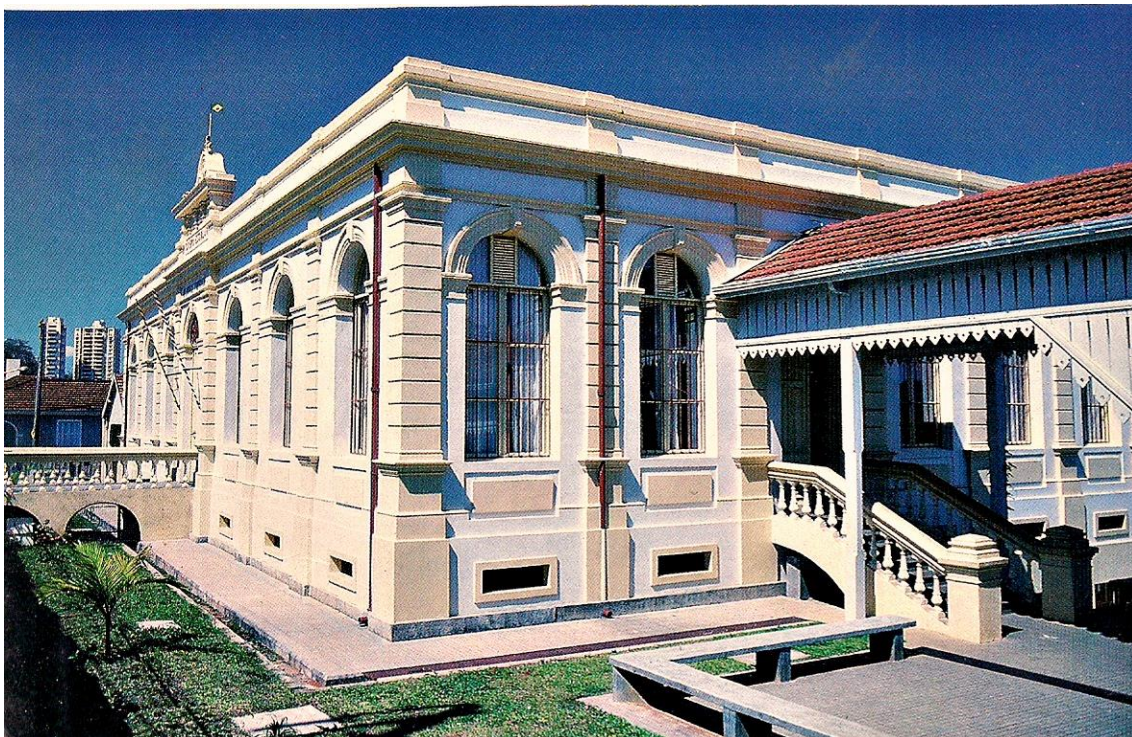


Figura 10. Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, s/i data, fotógrafo desconhecido.
S/I data Fonte: CDAPH.

De acordo com Faria Filho e Vidal (2000, p. 25), os grupos escolares representavam um rompimento dos republicanos com o passado do Império, o qual teria a função de diferenciar o aluno escolarizado, pois era um projeto para o futuro

[...] em que na República, o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma prática ordeira e progressista. [...] A rígida divisão dos sexos, a indicação precisa de espaços individuais a sala de aula e o controle dos movimentos do corpo na hora de recreio conformavam uma economia gestual e motora que distinguia o aluno escolarizado da criança sem escola.

Na figura abaixo, do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, em Bragança, é possível notar a postura, a higiene, a organização dos professores e alunos, sugerindo uma ordenação social, o controle dos alunos expresso na simbologia que o uniforme representava,

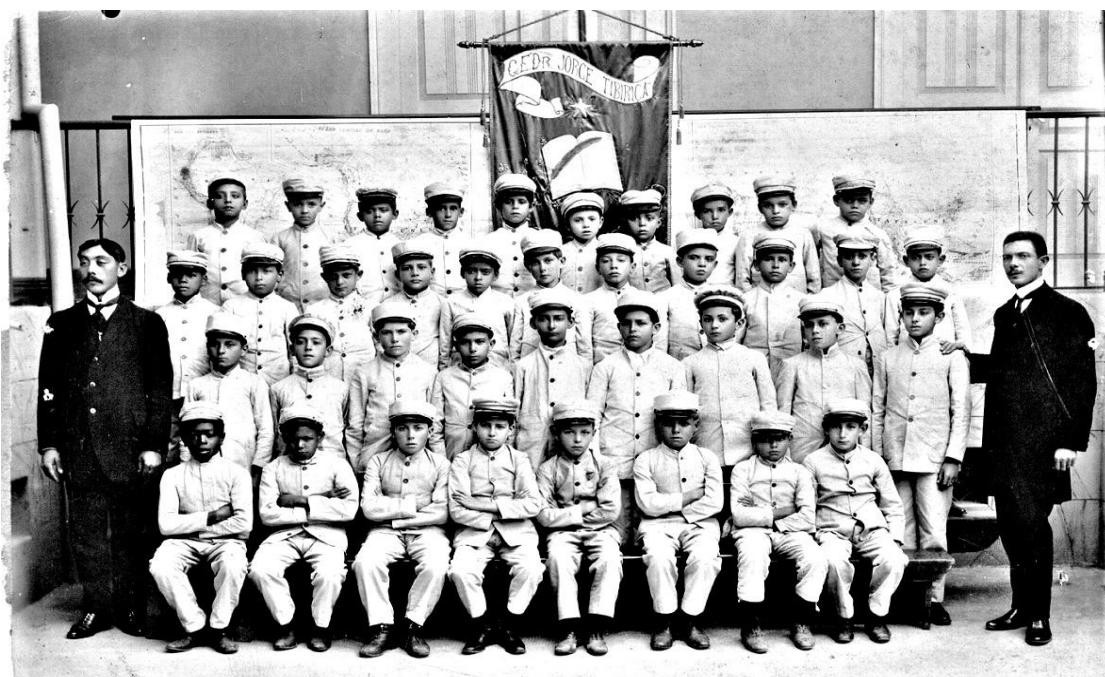


Figura 11. Alunos do Grupo Escolar Jorge Tibiriçá uniformizado.

Data 1911, fotógrafo José Abramo.

Fonte: Acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano

Embora os grupos escolares tenham se disseminado por todo o País, é preciso pontuar a aceitação de um cronograma escolar imposto e regido por uma racionalidade que destoava da rotina familiar e de um cotidiano de trabalho, muitas vezes, ainda afeito

às práticas rurais, o que gerou resistências e, em alguns casos, tensões, como sugere a citação abaixo:

Uns meninos alegam que vão primeiro ao açougue ou fazer outras compras, outros a distância e agora no inverno alunos há que chegam até as 8 horas e meia. Quando comparecem mais cedo, pedem permissão para sair antes da hora regimental a fim de levarem almoço aos pais que trabalham. Se eu me opuser, teremos de perder muita gente. Em todo o caso é o mesmo, porque a frequência de alguns não passa de fantasia (REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E NORMAL DO ESTADO DE MINAS, 1910 apud FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 27).

Em que pese o avanço do ensino, esse projeto torna-se excludente e seletivo, pois, de acordo com Hilsdorf (2002, p. 66),

[...] embora recebessem alunos das camadas populares, os grupos não são ainda escolas de massas: são espaços pensados para uma população trabalhadora já urbanizada e dedicados tanto à alfabetização quanto à doutrinação das suas crianças no culto aos símbolos e valores republicanos [... é somente] na década de 1910, quando essas escolas se abrem para contingentes populacionais não urbanizados.

Mas, ainda assim, alguns outros pontos merecem ser destacados, pois foi nesse período que ocorreu “a proibição de castigos corporais” (TEIVE; DALLABRIDA, 2011, p. 21) e também que o “[...] grupo escolar [passou a] oferecer número proporcional de matrículas para alunos e alunas” (idem, p. 164). Entretanto, não é possível afirmar que tenha sido um projeto democrático:

A exclusão das crianças deficientes físicos e mentais dos muros dos grupos escolares permaneceria até a extinção dos grupos escolares, ocorrido com a implantação da Reforma de 1971, que criou o primeiro grau. [...] (TEIVE; DALLABRIDA, 2011, p. 169).

Lembrando que a Lei n.º 21, de 27 de novembro de 1891, que estabelecia o regime eleitoral, impedia o voto de grande parte das pessoas, como se lê em seu Capítulo I, referente aos eleitores:

Artigo 2.º São eleitores os brasileiros natos ou naturalizados, maiores de vinte um anos, domiciliados no Estado, que se alistarem na forma da lei. Não podem alistar-se eleitores:

- 1º. Os mendigos;
- 2º. Os analfabetos;
- 3º. As praças de pret [pré] (soldado), exceptuados os alunos das escolas militares de ensino superior;
- 4º. Os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitos a voto e obediência, regra ou estatuto que importe renúncia da liberdade individual (LEIS E RESOLUÇÕES, 1891, p. 81-82).

Logo, o pobre e o analfabeto estavam impedidos de votar. Com o passar das décadas, com o avanço da escolarização no século XX, pobreza e analfabetismo passaram a significar a mesma coisa: discriminação. Essas duas situações, muitas vezes, na história deste País, serviram para legitimar a exclusão e a discriminação de amplas camadas da população quanto ao direito à participação política. Apenas em 1988, é que o analfabeto conquista o direito de votar.

É necessário olhar com atenção para esse fato porque a escolarização e alfabetização crescentes da população brasileira propiciaram o surgimento de certo menosprezo às práticas culturais e saberes transmitidos através da oralidade, passados de geração a geração, se contrapondo a Walter Benjamim (2012, p. 85), quando afirma que a experiência se liga à tradição, à oralidade e pressupõe o trabalho artesanal/camponês, como no caso

[...] do homem velho que, no leito de morte, revela aos filhos que há um tesouro escondido na sua vinha. Tudo o que tinham a fazer era cavar. Os filhos puseram-se a cavar, mas, do tesouro, nem sombra. Quando o outono chegou, porém, a vinha deu uma colheita como nunca se vira em toda a região. E foi então que os filhos perceberam que o pai lhes legara uma experiência: a bênção não está no ouro, mas no trabalho.

A experiência é tão importante quanto à escolarização, apenas, por estes não se reportarem ao universo da escrita e leitura, tão almejadas e valorizadas pelos liberais republicanos, não podem ser julgados como sinônimos de atraso e de falta de cultura.

2.1.1 O Grupo Escolar de Bragança

Para abordar a história do primeiro Grupo Escolar de Bragança, é necessário retroceder alguns anos antes de sua fundação, posto que, em 1902, na cidade, além do grupo escolar criado/fundado em agosto de 1897, existiam 21 cadeiras de instrução primária, três colégios e duas escolas noturnas²⁷ (ANNUARIO DE BRAGANÇA, 1902). A história do grupo escolar de Bragança tem suas raízes na Reforma conduzida por Caetano de Campos.

Esse grupo iniciou suas atividades quando o Sr. Cesário Motta foi o secretário do Interior. Sua origem se deu a partir das escolas isoladas (situadas no perímetro urbano) cujo inspetor era Raphael de Moraes Lima. Mais tarde, ele se tornou diretor do Grupo Escolar de Bragança, permanecendo nessa função até 1901. O grupo tinha por volta de 300 alunos (ANNUARIO DE BRAGANÇA, 1902).

O corpo docente inicial desse grupo era composto pelos seguintes professores: Herminia Villaça, Maria Paula Domingues Marcondes, Georgina Furquim Leme, Leonor dos Santos Costa, Henrique Gaspar Midom (diretor de uma escola noturna maçônica local), Theofilo Lopes da Silva, Arthur Ribeiro de Oliveira e Joaquim Pereira da Costa. (ANNUARIO DE BRAGANÇA, 1902).

Em 1901, no lugar do diretor Raphael de Moraes Lima, assume o cargo Francisco Napoleão Maia (ANNUARIO DE BRAGANÇA, 1902, p. 186).

Devido às condições precárias do prédio e pelo número excessivo de alunos, tanto seus pais como os periódicos locais começaram a solicitar a construção um novo grupo, conforme observamos, nas notas abaixo:

Entre nós há necessidade de um Grupo-escolar. O inspector literário, que procedeu o actual, deu alguns passos nesse sentido, mas não conseguiu. Confiamos agora no sr. inspetor que parece possuir as melhores disposições no sentido de impulsionar entre nós o ensino público; e não duvidamos que empenhara todos os seus esforços para que nesta cidade se estabeleça quanto antes este melhoramento [...]. A população escholar cresce de dia a dia, e hoje verifica-se que as nove cadeiras de ensino preliminar, para ambos os sexos, existentes na cidade, são insuficientes (CIDADE DE BRAGANÇA, 12/04/1896, n. 47, p. 1).

²⁷ Uma delas, maçônica, inaugurada em 1899 com 20 alunos (ANNUARIO DE BRAGANÇA, 1902).

Cumprido o seu dever. [Pois] Logo que se principiaram (sic) a fundar *grupos escolares* no Estado, pela extinta *Gazeta de Bragança* nos occupamos do assumpto, n'elle insistimos e insistiremos até que se obtenha o desejado melhoramento, de vantagens para Bragança, especialmente para a mocidade para os futuros cidadãos, que precisam [de] preparo intellectual para se tornarem úteis a si, à sociedade e á República (CIDADE DE BRAGANÇA, 5/7/1896, n. 71, p. 1).

Após alguns anos, durante a estada de Jorge Tibiriçá, (o então presidente do Estado de São Paulo) foi a Bragança com o propósito de inaugurar as instalações da rede de energia elétrica. Visitou o Grupo Escolar de Bragança e prometeu trabalhar em prol da construção de um novo prédio solicitado dada as péssimas condições do que abrigava o grupo escolar. (ALMANACH BRAGANTINO, 1914, p.17).

De acordo com Correa (apud ISHIZU, 2009, p. 105), o esse grupo escolar fazia parte de um projeto padrão destinado às escolas públicas do estado de São Paulo. Entre as cidades escolhidas, estavam: “[...] Pindamonhangaba, Caçapava, São Simão, Bragança, Itatiba, Santa Bárbara e Cajuru, de Van Humbeeck, que representavam as primeiras escolas implantadas no interior do estado paulista com um só pavimento”.

Em abril de 1906, a escola, por votação entre os professores, passou a denominar-se Grupo Escolar Doutor Jorge Tibiriçá. A escolha da denominação desse grupo não se deu de forma tranquila. Vejam adiante como um dos jornais locais se posicionou a respeito:

Ao saber que é resolução assente dar ao nosso grupo escolar o nome de dr. Jorge Tibiriçá, fiquei profundamente contristado [...]. Não porque os merecimentos do Dr. Tibiriçá sejam insuficientes, a ponto de não poder honrar com o seu nome um estabelecimento publico; longe de mim tal pensamento, mas paira em meu espírito, como uma mosca importuna, a idea de que se sua exc. não fosse presidente do Estado, o seu nome, pelo menos aqui, estaria a muito de há muito no numero dos esquecidos [...]. Em geral, é costume, nas cidades do interior, designar certas ruas, por nome de pessoas que tenham cooperado com seus esforços para o progresso local [...]. Mas que fez o dr. Tibiriçá por Bragança, para que se dê ao nosso grupo o seu nome? [...] cumpriu sua obrigação [...], um presidente não saberia condignamente merecer semelhante título se não protegesse a instrucción (A NOTÍCIA, 5/5/1906, n. 56, p. 1).

Félix (2012), Silva (2012), Franceschi (2013) e Medeiros (2013) detectaram tensões e conflitos na política local. Existiam duas frentes políticas, uma formada por gliceristas do Partido Republicano Federal (PRF), liderada por Francisco Glicério, que

defendia a corrente industrialista e dava apoio a Floriano Peixoto, e a outra formada por salistas do Partido Republicano Paulista (PRP), que defendia a corrente conservadora liderada por Jorge Tibiriçá e apoiava Campos Sales. Para os republicanos, o regime monárquico era atrasado e corrupto. A República, para eles, representava o avanço da civilização, o progresso e a modernidade.

O debate e a disputa pela denominação do grupo foram intensos, através dos periódicos locais, tais como: *O Guaripocaba* e *A Notícia*, ambos editados pelo glicerista local Manuel Carneiro. Por já ter o seu grupo político um candidato para ser homenageado, o professor José Guilherme recebeu essa distinção apenas com a criação do segundo grupo escolar, em 1944 (MEDEIROS, 2013; FRANCESCHI, 2013). Diante da escolha do nome do grupo escolar já definida, aderiu à homenagem ao Dr. Jorge Tibiriçá. Franceschi (2013, p. 81) comenta que, “Retomando a questão entre os oposicionistas (glyceristas) e situacionistas (salistas), havíamos destacado que na ‘queda de braço’ para a escolha do nome do primeiro Grupo Escolar, em 1906, a situação foi à vencedora”.

Nesse mesmo ano, no dia 15 de novembro ocorreu o lançamento da pedra fundamental do novo prédio, cujo estilo arquitetônico não agradou a todos. No entanto, o Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, fundado em 1908, teve sua edificação na área central da cidade, marcada pela monumentalidade, volumetria e ecletismo arquitetônico (MEDEIROS, 2013), como se pode observar a seguir:



Figura 12. Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá em fase de construção, s/i data, fotógrafo desconhecido. Aproximadamente de 1906.

Fonte: CDAPH.

A construção desse grupo escolar em local estratégico e valorizado pela trama urbana fortaleceu a percepção da necessidade da reordenação e modernização da área central da cidade. O novo prédio ficou pronto no final de 1908 e começou a funcionar em fevereiro de 1909. Como o edifício, esse grupo escolar passou por problemas técnicos; teve que suspender as aulas para realizar a “ [...] desobstrução do encanamento de exgottos na parte compreendida no respectivo edifício” (CIDADE DE BRAGANÇA, 11/3/1909, n. 1383, p. 1).

Em 1910, o grupo escolar teve anexado um número maior de escolas isoladas:

A da cidade, regida pelo professor Sr. João Baptista de Toledo Leme; A do bairro do Estação, regida pelo professor Sr. Theophilo Lopes da Sila; A do bairro do Matadouro, regida pelo professor Sr. Joaquim Theodoro da Silva; A primeira feminina da cidade, regida pela professora d. Anna Candida de Souza; A segunda feminina da cidade, regida pela professora d. Anna Ciqueira da Silva; A feminina do bairro da Estação, regida pela professora d. Philomena Sangirardi; A feminina do bairro do Matadouro, regida pela professora d. Maria Fuzaro (MEDEIROS, 2013, p. 83).

Notei, na sequência, outras notas com novas anexações de outras escolas isoladas e, passado pouco mais de um ano, os periódicos locais já traziam notícias da necessidade de um segundo grupo escolar, conforme observamos:

Assim conhecido o estado actual do nosso grupo escolar, á frente do que se acha um director dedicado, conclue-se que Bragança póde muito bem ser dotada em breve tempo de mais um outro igual estabelecimento, espalhando-se mais profusamente a instrucção entre a população infantil sempre crescente (CIDADE DE BRAGANÇA, 18/8/1910, n. 1.531, p. 1).

Pela divulgação feita pelos jornais, ficou evidente a necessidade de um novo grupo escolar como se vê: “foi lavrada hontem a escriptura pela qual a Camara Municipal de Bragança doou ao governo um terreno, no valor de 6:500\$000, para nelle ser edificado o prédio destinado a servir o segundo grupo escolar daquella cidade” (CIDADE DE BRAGANÇA, 28/12/1911, n. 1668, p. 2). Mas essa solicitação para a criação de novo grupo escolar só foi atendida muito tempo depois, no ano de 1944, com o nome de Grupo Escolar José Guilherme.

No mesmo contexto sociocultural, gliceristas e salistas se confrontavam pela hegemonia local, até mesmo na disputa pelo nome a ser dado ao grupo escolar como observamos em diferentes periódicos locais; encontramos artigos nos quais a escola é apresentada como signo da civilização e do progresso, espaço de construção do futuro do País.

As páginas do jornal *Cidade de Bragança* estavam repletas de notícias sobre o grupo escolar. Por elas, podemos tomar conhecimento da substituição do antigo diretor, que faleceu, pela Sra. Leonidia Furquim Leme, uma mulher ocupando o cargo máximo de uma escola pública conforme a notícia abaixo:

Grupo Escolar – Foi designada pela Secretaria do Interior a professora sra. D. Leonidia Furquim Leme, adjunta do grupo escolar desta cidade, para substituir o respectivo diretor, que tinha obtido licença. Fallecendo, entretanto, o mesmo director, antes de terminar a licença, ficará naturalmente a mesma professora no exercicio interino do referido cargo, até que seja nomeado o director effectivo (CIDADE DE BRAGANÇA, 1º/10/1908, n. 1.337, p. 2).

Destaco que o sobrenome da professora era Leme, mesmo sobrenome daqueles que se opuseram a Jubert durante o processo-crime.

Enquanto que, nesse mesmo momento, as precárias condições dos colonos nas fazendas de café de Bragança ganhavam proporções alarmantes e provocavam manifestações de descontentamento da população (GUIMARÃES, 2013).

2.2 Anarquistas e Anarcossindicalistas

Para situar alguns aspectos importantes do movimento operário no Brasil, contextualizei, aqui, as suas possíveis lideranças e correntes ideológicas e, ainda, procurei passagens da trajetória de Jubert que fossem ao encontro das ideias propostas pelos autores citados, uma vez que, de acordo com D'Angelo (2000), durante a primeira década da República, estavam à frente do movimento operário os socialistas, e somente a partir do início do século XX, mais especificamente, após o I Congresso Operário (1906). No Rio de Janeiro, é que os libertários passam a participar da liderança operária, ou seja, os anarquistas e os anarcossindicalistas.

A principal fase do anarquismo foi durante as duas primeiras décadas do século XX, quando esteve à frente dos grupos grevistas defendendo melhores condições de vida e trabalho para os operários. Eles agiam pressionando e cobrando os poderes públicos: federal, estadual e municipal. No Brasil, a organização dos movimentos se desenvolveu, sobretudo, sob a liderança de italianos e espanhóis (NAGLE, 1964). O movimento ganhava força e progredia no campo das lutas sociais:

“[...] conseguiu durante a Primeira República [...] razoável número de acordos e leis que favoreciam a massa operária; [...] os operários eram, em parte, recrutados na zona rural, cujos valores, idéias e costumes se chocavam com o nascente modo de vida urbano-industrial; era pequena a concentração do operariado, que trabalhava fundamentalmente sob as bases artesanais; eram precárias suas organizações e existia uma política de caráter privado e estatal que impedia a proposição adequada da questão operária; e a questão social era tida ou apregoadada como “questão moral” para se transformar, depois, em “questão de ordem pública”, isto é, em “questão de polícia) [...]. Apesar das condições desfavoráveis, a simples relação dos acontecimentos mais importantes e das lutas realizadas pelas massas operárias – em comícios, associações, periódicos – fornece os elementos para que se perceba o progresso alcançado, desde o começo do século, no campo das lutas sociais” (NAGLE, 1974, p. 37).

Na região de Bragança, houve uma grande concentração de italianos, seguidos de um menor número de espanhóis, e, ao menos no período pontuado nesta pesquisa, a

única liderança identificada foi a de Joseph Jubert; nasceu na França e veio para o Brasil ainda criança; um anarcossindicalista ativo.

Segundo Pinheiro (1978, p. 149), “O anarquismo, considerado como um movimento nascera com a Primeira Internacional (1864-1876), na Europa”. A partir de 1890, no Brasil, formaram-se núcleos anarquistas de diversas orientações, compostos, em sua grande parte, por imigrantes. Esses núcleos formados por italianos, espanhóis e portugueses foram responsáveis pelas publicações de diversos jornais no país. Jubert, nesse período mesmo, morando em Bragança, publicava artigos no jornal de São Paulo *A Lanterna*, e posteriormente, quando esteve em Sorocaba, também publicava artigos no jornal *O Operário*, além de manter contato com o jornal *A Voz do Trabalhador*, do Rio de Janeiro.

D’Angelo (2000) propôs que a via de atuação e disseminação anarquista, para além dos periódicos, se deu também através da realização de conferências, comícios, piqueniques, festas, peças teatrais nas quais eram divulgados o ideário de emancipação social e as táticas de resistência a serem adotadas, como os boicotes, greves, sabotagens, protestos, entre outros.

Na Europa, houve um distanciamento do anarquismo em relação ao movimento operário, até 1880, mas “[...] no Brasil o anarco-sindicalismo constituiu a corrente mais importante do movimento operário durante quase trinta anos” (PINHEIRO, 1978, p. 149), situação que é identificada, em Bragança, pela presença e liderança do professor anarcossindicalista francês Joseph Jubert.

O movimento era influenciado pela doutrina do sindicalismo francês que lutava contra o Estado visando à formação de nova base para a sociedade. “Os anarco-sindicalistas brasileiros se sentiam como parte de um movimento internacional e procuravam desenvolver laços de solidariedade com os movimentos operários da Espanha, Itália e Portugal” (PINHEIRO, 1978, p. 150).

Quando Jubert esteve preso em São Paulo, seus amigos e familiares divulgaram o fato, internacionalmente, para solicitar solidariedade, apoio e ajuda. Ao ler as publicações desse professor, por inúmeras vezes, deparei-me com ideias que conclamavam a solidariedade e a união entre todos os operários do Brasil e de outros lugares do mundo.

Existiam grupos que acusavam os anarcossindicalistas de reformistas e não revolucionários. Isso porque os reformistas tinham seus líderes vindos das classes

médias, enquanto que “[...] anarquistas foram capazes de apresentar líderes que eram verdadeiramente operários [...]” (PINHEIRO, 1978, p. 150). Antes de 1917, em todo o mundo, “O discurso anarco-sindicalista usava a linguagem comum da esquerda revolucionária (o marxismo nessa época, era associado à social-democracia alemã ou algo similar)” (PINHEIRO, 1978, p. 154).

Para Batalha (2000, p. 23-24), o anarquismo, no Brasil, começa em 1890: “O ideário comum dos anarquistas passava, [...] pelo antiestatismo, pelo federalismo, pela recusa da luta político parlamentar, pelo anticlericalismo e pela rejeição de qualquer forma de opressão sobre o indivíduo”.

De acordo com Munakata (1981), para o anarquismo, além de uma identificação com o liberalismo, devido à relação de trabalho ser um assunto privado que, por isso, não requer intervenção do Estado. A conquista da emancipação dos trabalhadores deveria ser realizada por eles próprios. Dessa forma, não reivindicavam leis trabalhistas, nem as apreciavam, porque defendiam uma representação direta.

Mesmo sendo contra a beneficência, os anarquistas não conseguiam ser indiferentes a fatos como: desemprego, doença, velhice, morte, prisão ou invalidez. Por causa disso, mantinham um fundo para greve, enquanto os sindicatos sem influência anarquista tinham, normalmente, serviços de beneficência (MUNAKATA, 1981). Sobre essa questão, vimos, claramente, a presença dos benefícios nos Estatutos da Liga Operária em Bragança.

Segundo Ghiraldelli (1987), o anarcossindicalismo foi a grande “ideologia” do movimento operário, pois anarquismo estava mais próximo dos círculos literários, e essas concepções libertárias não ficaram restritas apenas ao movimento operário, elas se estenderam aos grupos da classe média. Ressalte-se que é esse autor que apresenta o professor Joseph Jubert, ao movimento operário, como anarcossindicalista ativo.

Ghiraldelli (1987) vai ao encontro de Pinheiro quando afirma que o anarcossindicalismo recebe influência do sindicalismo revolucionário francês. As ideias preconizadas pelo Boletim e pelos Estatutos da Liga Operária de Bragança, bem como aquelas presentes nos artigos publicados por Jubert e nos depoimentos prestados à justiça, estavam de acordo as propostas anarcossindicalistas.

Para D’Angelo (2000), a década de 1910 foi marcada pela “grande efervescência da ideologia libertária (Ligas, Uniões, bibliotecas, conferências, palestras, Escolas Anarquistas, Universidade Popular)”. Essa afirmação vai encontrar eco em

autores mais adiante, que identificam outras classes entusiasmadas com a educação libertária, para além dos anarquistas.

Ainda para D'Angelo (2000, p. 166), os italianos eram, praticamente, vistos e tratados como anarquistas. Ao analisar o I Congresso Operário Brasileiro, que ocorreu em 1906, no Rio, ela verificou que “a organização operária deve [ria] ser federativa e não centralizada; o sindicalismo deve [ria] ser a resistência e não assistencialista; contra as visões reformistas dos agentes da Igreja e do Governo”, pois a ação da classe operária deveria ser direta. As greves lideradas por Jubert, em 1911, foram um “instrumento” dessa ação direta em Bragança.

2.2.1 Movimento operário

Inicio esta parte do meu trabalho focalizando o contexto em que estava inserido movimento operário trazendo alguns aportes teóricos. Para tanto, recorro a Hobsbawm (1989, p. 2). Para ele, formação da classe operária foi

[...] um fenômeno histórico novo. Certamente, sempre houve pessoas que trabalhavam e que era a maioria, do mesmo modo que os pobres sempre constituíram a maioria das populações do mundo. Mas a classe operária é um fenômeno novo. A razão principal disso é que o capitalismo foi o primeiro modo de produção na história que criou uma grande quantidade, uma massa crescente de seres humanos sem acesso aos meios de produção. Por tal motivo, esses homens foram obrigados a ganhar sua vida pelo trabalho assalariado, trabalhando para os que monopolizam esses meios de produção.

A respeito da organização do movimento operário, me valho da afirmação feita por Pinheiro:

“[...] a aparente descontinuidade da evolução da classe operária no Brasil, na verdade, é um esforço de ocultação da sua presença”. Nesse sentido, “[...] se criam condições para uma compreensão integrada das classes dominantes e das classes trabalhadoras” no início do século XX (PINHEIRO, 1978, p. 137).

Como ocorreu até a presente pesquisa na história de Bragança Paulista. Realizei um levantamento rigoroso em trabalhos de memorialistas locais e não localizei referências a Jubert e aos anarcossindicalistas na cidade. Apenas nos periódicos locais e

nos processos-crime da comarca, encontrei referências a eles e às greves. Por isso, é que acredito que as lutas, disputas, tensões e conflitos promovidos pela classe operária foram, tanto quanto possível, silenciados.

A classe operária, nesse momento, era composta por imigrantes europeus, “[...] os italianos eram preponderantes até 1902: de todos os italianos registrados como havendo entrado no Brasil de 1822 a 1930, acerca de 74% haviam imigrado antes de 1903[...]”. Depois dos italianos, em quantidade, se destacavam os espanhóis e os portugueses (PINHEIRO, 1978, p. 138).

Em decorrência de todo o processo de exploração nas fazendas de café, parte dos colonos fugiu do país, porém, um grande número deles saiu em busca de trabalho em São Paulo, onde passam a viver em condições precárias de subsistência e sujeitos a crises de desemprego. Foram esses imigrantes que deram origem à primeira geração da classe operária.

Nesse momento, militantes reclamavam da falta de experiência e do individualismo, devido a interesses econômicos entre os imigrantes, porque, embora existissem líderes com experiência política, estes não foram incentivados a entrar e permanecer no Brasil. A grande maioria dos imigrantes era formada por homens e mulheres vindos da zona rural de seus países de origem. O movimento também enfrentou outras dificuldades, tal como “As hostilidades entre os vários grupos nacionais criaram barreiras graves para a coesão e organização da classe” (HALL, 1989, p. 11).

O movimento operário acabou se fragilizando pela repressão severa a que foi submetido e pelo fato de os imigrantes não se relacionarem bem entre si, nem estabelecerem alianças com outros grupos sociais, o que resultou na expulsão, do país, de 556 deles, no período de 1907 a 1921 (HALL, 1989).

Para Hobsbawm (1989, p. 4), “A revolução industrial estabeleceu um modo de produção sumariamente adaptado ao emprego de uma classe de assalariados [...]. Desse modo, formou-se uma classe operária a partir de dois núcleos [...] assalariados [...] e líderes operários”.

Segundo Batalha, durante a Primeira República, os trabalhadores não podiam contar com o Estado porque as indústrias de grande porte – ferrovias, portos e indústrias de tecelagem – tinham-no como seu aliado:

Prisões arbitrárias, expulsões de estrangeiros sem processo regular, invasões de domicílio, espancamentos, empastelamento de jornais, aprisionamento em lugares inóspitos da Amazônia, mortes em manifestações são algumas das práticas adotadas pelo Estado. [...] No caso de repressão a movimentos grevistas, a importância e o porte da indústria era determinantes (BATALHA, 2000, p. 13).

Nada diferente do que ocorreu ao professor Jubert. Em Atibaia, foi processado como vadio ou vagabundo, em Bragança, tentaram incriminá-lo por incitação à greve, perturbação da ordem, calúnia, difamação, até que, em Sorocaba, conseguiram sua prisão e mantiveram a tentativa de expulsá-lo do país.

Ainda de acordo com Batalha (2000, p. 15), na perspectiva da organização operária no período republicano, houve o aparecimento de entidades ligadas ao movimento operário de apoio aos trabalhadores, mas essas entidades se diferenciavam das beneficentes, pois se posicionavam como um movimento de resistência, sobretudo, a

[...] última década do século XIX e os primeiros anos do século XX presenciaram o surgimento de uma forma de associação de novo tipo: o sindicato operário. Voltados para a “ação econômica”, os sindicatos enfrentavam questões como a jornada de trabalho e as condições de trabalho, os salários, a forma de pagamento etc. Essas novas organizações surgiram com as denominações mais diversas: associação, centro, grêmio, liga, sociedade, união e, até mesmo, sindicato. Com frequência, na denominação havia a qualificação “de resistência”, para enfatizar sua diferença com relação às sociedades mutualistas, consideradas “beneficentes”.

Pinheiro corrobora Hall e Batalha, quando aborda a repressão dos operários, destacando: a regulamentação instituída pelas empresas, a falta de legislação trabalhista, a rigorosa disciplina (quanto a erros e horários), a falta de descanso semanal (no caso de os empregadores não acharem necessário), ausência de férias, de direito à licença-saúde remunerada, exploração de menores, agressões físicas, bem como dá devida importância a tais fatos citando Leonardi:

[...] assistimos ontem à entrada de cerca de sessenta pequenos às 19 h na sua fábrica da Moóca. Essas crianças, entrando àquela hora saem às 6 da manhã. Trabalham pois, onze horas a fio, em serviço noturno, apenas com um descanso de 20 minutos à meia noite! O pior é que elas se queixam de que são espancadas pelo mestre de fiação. Muitas nos mostraram equimoses nos braços e nas costas. Algumas apresentam mesmo ferimentos produzidos com uma manivela. Uma

há com as orelhas feridas por continuados e violentos puxões. Trata-se de crianças de 12, 13 e 14 anos (LEONARDI apud PINHEIRO, 1978, p. 148-149).

Igualmente, sobre a violência citada por tais autores anteriormente, tive a confirmação delas, lendo a notícia abaixo:

O Sr. Oliveira Lima, delegado do Brasil no congresso dos americanistas reunido em Berlim, telegrafou ao sr. barão do Rio Branco, comunicando que a mesa daquele congresso não tomou conhecimento de uma proposta do Sr. Frish para que se solicitasse do governo do Brasil não continuar a permitir os actos deshumanos que ali são inflingidos aos bugres. A meza do congresso, justificando o seu procedimento afirmou que ella só tem a tomar conhecimento de questões científicas e não políticas. O proponente também affirmou que dos mesmos maús tratos sofrem os colonos alemães. Protestaram contra essas imputações o delegado brasileiro Von Iehring²⁸ e outros professores de Berlim (CIDADE DE BRAGANÇA, 20/9/1908, n. 1.334, p. 1).

Para além da exploração e violência, o período pesquisado convive com

A transmutação da percepção privilegiada do tempo em íntima relação com a natureza, em tempo que é sinônimo de dinheiro e de produtividade na modernidade, deu-se no processo de avanço do capitalismo industrial e de suas respectivas estratégias de controle das classes trabalhadoras, o que garantiu a maximização da exploração da mais-valia e o rápido crescimento urbano (GUIMARÃES, 2013, p. 31).

²⁸ Hermann von Ihering (1850-1930) foi o primeiro diretor do Museu Paulista. Estudou medicina, a partir de 1868, nas Universidades de Viena, Göttingen e Berlim. Doutou-se, com tese sobre Paleontologia e Zoologia dos moluscos, pela Universidade de Göttingen, em 1876, e nessa mesma instituição, tão logo concluiu o doutorado, tornou-se professor-assistente no Instituto de Zoologia. Em 1879, transferiu-se para a Universidade de Leipzig como Privatdozent de Zoologia. Chegou aos trópicos em 1880. Residiu, inicialmente, em São Leopoldo (RS) dando seguimento às suas pesquisas, coletando, inclusive, várias espécies para o British Museum. Em 1883, nomearam-no para o posto de naturalista viajante do Museu Nacional. Desempenhou essa função residindo em várias cidades orladas pela Lagoa dos Patos, região onde conseguiu formar e organizar coleções paleontológicas, zoológicas e arqueológicas. Em 1894, ‘entronizou-se’ na direção do Museu Paulista, cargo que ocupou por vinte e um anos. Depois de sua demissão do Museu Paulista, em fins de 1915, convidaram-no para organizar um museu regional em Blumenau, Santa Catarina, o que não se concretizou por falta de recursos. Esteve no Chile, trabalhou no Museu de La Plata e lecionou Zoologia na Universidade de Córdoba, Argentina. (FERREIRA, 2009b, p. 63).

As mudanças advindas de tal transmutação não se deram de forma tranquila, já que sua aceitação não foi geral, tampouco natural, haja vista as tensões e os conflitos que resultaram em greves, movimentos de resistência que foram rastreados e pesquisados nesse período. Thompson (2002, p. 301) destaca que, sobre isso,

O que precisa ser dito não é que um modo de vida seja melhor do que o outro, mas que esse é um ponto de conflito de enorme alcance; que o registro histórico não acusa simplesmente uma mudança tecnológica neutra e inevitável, mas também a exploração e a resistência à exploração; e que os valores resistem a ser perdidos bem como a ser ganhos. [...] Muitos dos engenheiros ocidentais do crescimento parecem totalmente presunçosos a respeito das dádivas de formação de caráter que trazem nas mãos para seus irmãos atrasados.

Pinheiro ainda aponta que, no começo do século XX (1901), foi identificado um significativo número de crianças trabalhando nas fábricas dia e noite, que tinham de 9 a 11 anos de idade. Das 36 empresas relatadas por ele, que perfazem um total de 4.936 trabalhadores, 31% eram mulheres e crianças. Também foi constatada a presença de um significativo número de crianças com a idade de apenas 5 anos trabalhando nas fábricas de São Paulo. Foram encontrados, nas indústrias Matarazzo, relatórios feitos por fiscais, com a seguinte informação: “[...] para o trabalho de menores as máquinas são de tamanho reduzido” (BOLETIM, DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO, apud PINHEIRO, 1978, p. 144).

É possível notar, na foto a seguir, inclusive, o grande número de crianças e jovens em frente a uma das fábricas Matarazzo, em São Paulo.



Figura 13. Trabalhadores da Indústria Matarazzo – São Paulo, 1900

Fonte: *Trabalhadores, Fábrica e Cidade*, 1989, p. 10.

Nessa nota publicada por uma revista paulista, é relatado o desenvolvimento da cidade de Bragança que teve o capital aprovado para a construção de uma indústria de tecidos, conforme se lê: “[...] já se acha subscripto o capital inicial da fabrica de tecidos que se vai construir em Bragança, devendo, nestes breves dias, ser feita a chamada de dez por cento do capital, que é de 500.000\$000 réis” (ILLUSTRAÇÃO PAULISTA, 17/2/1912, n. 57, p. 30). Pelo período, é provável que se trate da Companhia Fabril de Bragança que, posteriormente, passou a se chamar Companhia Fabril Santa Basilissa, conforme se constata abaixo:

Em 1912, iniciou-se a montagem da Companhia Fabril de Bragança, que deveria montar também uma fábrica de sabão e de óleo de caroço de algodão, de Carlos M. Steimberg e Dr. Alípio Leme de Oliveira. A fábrica de tecidos estava perto de ser concluída quando entrou em falência. O patrimônio passou então para Affonso Olegário Ferreira Pinto, João Evangelista Gonzaga Leme, Felipe Rodrigues de Siqueira, entre outros sócios. Em 1915, com o nome de Companhia Fabril Santa Basilissa, a fábrica começou a produzir tecidos e fiação. Seu principal acionista era o coronel Jacintho Osório de Lócio e Silva, testamenteiro e herdeiro de dona Carolina Augusta de Moraes e Silva. Essa indústria têxtil funcionou por muitos anos e chegou a ter mais de mil operários.

Fabricou inclusive as calças "Calhambeque", lançadas pelo cantor e compositor Roberto Carlos, nos anos sessenta do século XX (GEOGRAFIA BRAGANTINA, 2009).



Figura 14. Trabalhadores da Companhia Fabril Santa Basilissa, s/i data, fotógrafo desconhecido.

Fonte: CDAPH.

A presença de crianças trabalhando, no início da República, é possível que seja explicada quando Bastos nos aponta que, nesse período, havia reclamação de que haveria falta de mão de obra. Segundo esse autor,

Pode-se aventar, na verdade, não tratar-se de falta de mão de obra, mas sim da possível dificuldade em adequar os trabalhadores às novas formas de relação com o trabalho. Sem contar, as vantagens de usufruir do trabalho das crianças pagando pelo mesmo, ínfimas quantias ou mesmo de forma gratuita (BASTOS, 2012, p. 16).

Esse fato parece esclarecer os casos de menores vistos trabalhando também em Bragança. Não encontrei fotos do período, mas consegui esta foto acima, de 1937, que mostra os operários e gerentes da Indústria Têxtil Santa Basilissa; os homens estão na parte de cima da foto; as mulheres concentradas no meio e na parte de baixo; aí, estão

também alguns adolescentes e crianças. A foto abaixo também mostra a presença de crianças com uniformes de trabalho. Por isso, acredito que ela se pareça muito com a realidade vivida pelos trabalhadores em São Paulo.



Figura 15. Operários adultos e crianças, s/i data, fotógrafo desconhecido.
Fonte: CDAPH.

Era muito comum a exploração do trabalho infantil nesse período. Ainda mais suscetível a essa exploração, estavam as crianças órfãs. Bastos (2012, p. 136), analisando os processos envolvendo órfãos, encontrou

[...] trechos citados de violência e maus tratos contra “menores” órfãos que, na maioria das vezes, seus relatos são encobertos pela fala dos tutores, num possível acobertamento em prol dos mesmos. Nem mesmo quando havia evidências, por meio do auto de corpo de delito, os “menores” órfãos e suas famílias obtinham sucesso nas disputas judiciais.

Em vista disso, é possível que nem todos os casos de violência infantil que ocorreram na cidade chegassem a ser denunciados oficialmente e, muito menos, divulgados pela imprensa. Bastos analisa vários casos presentes nos autos de tutela do período. Dois exemplos: o caso da menor Fausta Maria da Conceição e o do menor Francisco de 10 anos, ambos contratados para servirem na casa de Antonio Manoel

Gonçalves Junior. A órfã Fausta sofreu violência sexual praticada pelo próprio tutor (inquérito de 1902), caso em que Francisco foi testemunha (BASTOS, 2012).

Todas essas injustiças e até desumanidades a que os trabalhadores eram expostos, diariamente, acabaram levando à formação desses grupos que lutavam para a melhoria da situação dessas pessoas, através de reivindicações, manifestos, pressão sobre as autoridades e greves. Segundo Pinheiro, as greves, até o final do século XIX, eram raras; poderiam ser enquadradas como rebelião, pois eram fatos isolados, em determinadas empresas, porém, “Em 1902, teria ocorrido a primeira greve do Rio de Janeiro numa indústria de sapatos; onde é presa uma delegação de operários que reivindica o mesmo salário por peça pago por outras empresas” (PINHEIRO, 1978, p. 155).

Em 1903, ocorreu a primeira greve geral abrangendo vários setores de produção. E, em 1904, foi organizada outra greve contra a Companhia Docas de Santos que levou os gráficos de São Paulo e também os marítimos do Rio de Janeiro a aderirem a greve, por motivo de solidariedade, fato que provocou a ação das autoridades, conforme palavras de Pinheiro: “O governo envia centenas de soldados para reprimir a greve em Santos” (PINHEIRO, 1978, p. 155).

Em São Paulo, em 1906, ocorre a greve dos ferroviários, a maior de todo o estado. Essa greve “[...] era motivada por abusos e arbitrariedades que vinham sofrendo os operários ferroviários, como redução dos salários e descontos compulsórios” (PINHEIRO, 1978, p. 155). A empresa se recusou a negociar, e os dirigentes das Ligas Operárias sofreram ameaças e perseguições. As empresas Marc Hardy e Lidgerwood paralisaram o trabalho, e os ferroviários da Mogiana se solidarizaram com a greve. Os ecos dessas manifestações repercutiram em Bragança. Guimarães (2013) destacou que houve uma mobilização de operários (ferroviários) na cidade, como consequência de uma greve na Companhia Paulista de Jundiaí. Na ocasião, foi publicada uma notícia referindo-se à mobilização dos operários:

Solidariedade

Por motivo da greve dos operários da Companhia Paulista, o operariado desta cidade promoveu uma reunião na sede da Sociedade Democrática Italiana e tomou a deliberação de fazer aos seus companheiros de Jundiahy um protesto de solidariedade [...]. Para o que nomeou duas comissões uma para redigir e fazer publicar, e outra para fazel-o chegar até deante dos chefes grevistas de Jundiahy. O sr. Delegado, sabedor do ocorrido, entendeu-se com uma das

comissões, fazendo-a desistir de espalhar o boletim. A illustre autoridade agiu afim de prevenir que houvesse uma conflagração de ânimos, o que, embora estivesse cônica da calma que inspirava o movimento, poderia trazer alguma perturbação da ordem publica (A NOTICIA, 19/5/1906, n. 60, p. 2 apud GUIMARÃES, 2007, p. 131).

No artigo, os operários denunciam as difíceis e precárias condições de trabalho encontradas pelos imigrantes. Mais do que baixos salários e jornada de trabalho excessiva, as relações entre as classes trabalhadoras assalariadas e os patrões pautavam-se pela inexistência de leis que as orientassem. Por isso, os operários cobravam da sociedade e da Companhia Paulista respeito à sua condição de homens “livres e conscientes”.

Em 1907, houve outra greve em São Paulo, no dia em que se comemorava o Dia dos Trabalhadores. A reivindicação era por jornada de trabalho de 8 horas. Essa greve foi desencadeada na construção civil, mas se alastrou por outros segmentos e outras cidades: Santos, Ribeirão Preto e Campinas. A greve desse período foi tachada de conspiração, e a polícia declarou, pela imprensa, que “[...] a greve foi provocada por alguns anarquistas agitadores de ofício, pagos por governos estrangeiros para matar a nossa indústria” (DIAS apud PINHEIRO, 1978, p. 156).

Após o ano de 1907, as greves são interrompidas, e a repressão do Estado parece ter contribuído para isso, já que, desde 1896, estava em vigência o Decreto n.º 1.566, que tratava da entrada e também da expulsão de estrangeiros. Porém, foi em 5/1/1907 que se promulgou a Lei Adolfo Gordo que determinava que os estrangeiros seriam expulsos quando estivesse em risco a segurança nacional ou da tranquilidade pública. Resultado dessa lei: 132 casos de expulsão, mas alguns deles tiveram suas sentenças suspensas por *habeas corpus*.

Foi criada por brasileiros natos uma comissão federal de protesto, que conclamava os sindicatos a se unirem a eles. Em uma de suas publicações, a Confederação Operária Brasileira traz o “[...] lema da burguesia”, conforme se lê: “Por toda parte é o mesmo: os nossos escravos ousam levantar a voz? Isto não é senão o resultado da propaganda dos ‘agitadores de profissão’, dos estrangeiros e, por isso, livremo-nos deles! [...]” (RODRIGUES apud PINHEIRO, 1978, p. 157).

Após esse período de conflito no ano de 1907, ocorreu, em Bragança, no ano seguinte, a fundação do Clube dos Permanentes – organizado por operários.

No período entre 1890 e 1913, as greves se tornaram mais intensas. Foram registradas mais de 100 até o ano de 1930. Geralmente, as greves dos colonos ocorriam apenas nas dependências de uma fazenda e eram motivadas por falta de pagamento, tentativas de redução de salários, multas arbitrárias. Os fazendeiros, porém, contavam com o apoio das forças públicas de repressão para conter os colonos, quando necessário.

Entre essas greves, existiram algumas de proporções consideráveis para o período; dentre as quais, destacamos a que contou com cerca de 1.000 colonos paralisados na região de Bragança, conforme citado anteriormente, e a greve em Ribeirão Preto, em 1912, que paralisou colonos de mais de 12 fazendas. Tanto na região de Bragança quanto em Ribeirão Preto, os colonos conseguiram um pequeno aumento no salário. Em 1911, o movimento grevista se alastrou pelas fazendas de Campinas (HALL, 1989). Entretanto, a maior greve ocorreu em 1913, mobilizando de 10.000 a 15.000 trabalhadores, mas o resultado não foi positivo para eles.

De acordo com Pinheiro, a greve de 1917

Mostra muitas características das greves de fome, acontecendo numa fase de inflação e crise econômica, que geram uma situação desesperadora. [...] No caso brasileiro, habitualmente, é aceito que as greves de 1917 e 1919 se deveram à exportação de gêneros alimentícios básicos para países aliados, com a consequente elevação dos preços nacionais. Talvez seja conveniente, em vez de considerar a eclosão de greves como uma consequência direta de um fator, situá-la em relação à estrutura da economia e à fase particular de transformação econômica na qual ela ocorre (PINHEIRO p. 1978, p. 143).

Nesse período, os preços dos alimentos subiram e os salários não acompanharam, dificultando, ainda mais, a vida dos trabalhadores (PINHEIRO, 1978).

Hall (1989, p. 15) traz uma notícia do jornal *La Guerra Sociale* de 26 de julho de 1917, com os seguintes dizeres sobre o período posterior à greve geral de 1917:

[o proletário paulistano] encontrou na luta a consciência de si próprio. Esta sua consciência era, ontem, embrionária, incertas, duvidosa; hoje é forte e consciente (...). A capacidade revolucionária do povo de São Paulo está hoje demonstrada. Nessa ninguém acreditava, ninguém esperava. Do governo aos subversivos todos estavam convencidos de que desse amálgama de escumalha imigrante ninguém esperava outra coisa que resignação, senão baixaza.

2.2.2 A instrução libertária: Francisco Ferrer

No transcorrer desta pesquisa, identifiquei vários temas que se relacionavam com a instrução libertária, como: o círculo de estudos de Ferrer, os modelos de Escolas Modernas constituídos em vários países, o fuzilamento de Ferrer e a indignação gerada entre os anarquistas:

O mundo inteiro tomou-se de estupor pela cruel notícia do assassinato de Francisco Ferrer, e passado o primeiro momento o povo indignado levantou o seu brado de protesto. [...] um grito de dor pela perda inesperada de um homem que com vigor e inteligência difundiu a instrução, tão necessária a massa proletária e tão negada pelos governos [...] Ferrer era uma preza há muito cobiçada [...] mas ninguém acreditava que esse governo jesuítico e tirano fosse capaz de afrontar a civilização cerrando os ouvidos aos protestos que vinham de todo o mundo, pela prisão do professor [...] (A VOZ DO TRABALHADOR, n.º 19, 30/10/1909, p. 1).

A morte de Francisco Ferrer chocou, e sua importância foi exaltada em diferentes periódicos. Otavio Mirbeau, naquela ocasião, afirmou que “A burguesia atual tem a seu serviço dous dogmas: [...] da liberdade do trabalho e [...] da pátria guerreira. Em nome desses dous dogmas, ela encarcera, e em caso de necessidade fuzila” (A VOZ DO TRABALHADOR, 15/7/1913, n.º 35, p. 1), como ocorreu com Ferrer.

Ainda, outro contemporâneo, Zenon de Almeida, afirma que Ferrer teria sido pedagogo, mas teve sua obra repudiada por colegas aliados aos burgueses e ao clero, estratégia utilizada para coibir a disseminação de ideias de libertação entre os oprimidos através da ciência e/ou da filosofia (A VOZ DO TRABALHADOR, 15/10/1913, n.º 41, p. 1). Porém, a respeito de sua formação, existem controvérsias.

Segundo Luizetto, apud Moraes (et al., 2011, p. 125), “Francisco Ferrer Guardia, pedagogo espanhol [foi] fundador das Escolas Modernas de Barcelona”. Para Safón, apud Ferreira (2009a, p. 161), “Ferrer não é um pedagogo um educador profissional. Ele é absolutamente um homem de labor, de ação educativa”. Ferrer, num trecho de seu livro, reconhece sua competência, mas “[...] não confiando em demasia nas tendências progressivas dos pedagogos oficiais considerando-os ligados em grande parte por atavismos profissionais ou de outra espécie” (GUARDIA, 2010, p. 6), posto que

[...] o programa da Escola Moderna que [ele] havia concebido [...] deveria ser não o protótipo perfeito da futura escola da sociedade razoável, mas sua precursora, a possível adaptação racional ao meio, ou seja, a negação positiva da escola do passado perpetuada no presente (GUARDIA, 2010, p. 6).

Encontrei, no jornal *Cidade de Bragança*, uma nota que fazia referência a um convite, feito em nome de algumas sociedades, dirigido/destinado à população para se manifestar em memória de Ferrer. Esse evento, embora não tenha ocorrido, traz indícios de que Jubert, para além de estar à frente do movimento operário, parece ter dialogado com diferentes grupos.

No dia 13, primeiro aniversario do fuzilamento do agitador Ferrer, na Hespanha, circularam nesta cidade muitos boletins convidando o povo para se reunir e fazer uma passeata em manifestação á memoria do extinto hespanhol. Esse convite era feito em nome das sociedades ‘Circolo Republicano Giuzepppe Mazzini’, ‘Loja Amor da Patria²⁹’, ‘Liga dos Operários’, ‘Circolo Recreativo Italiano’, ‘Gremio Recreativo 7 de Setembro’, ‘Club dos Operarios’, ‘Democratica Italiana’, bandas musicas ‘15 de Outubro’, ‘7 de Setembro’ e ‘Carlos Gomes’. Constando á ultima hora que essa manifestação visava fins políticos e anti-clericaes, as sociedades ‘7 de Setembro’, ‘Gremio Recreativo 7 de Setembro’ e banda musical ‘15 de Outubro’, que não eram promotoras da festa [...], resolveram não comparecer [...] sendo para isso distribuído boletins, assignados pelos seus presidentes, convidando aos seus amigos a não tomar parte na manifestação. Devido a isso, ou seja á impertinente chuva que caiu á noite, não se realizou a passeata projectada [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 16/10/1910, n. 1548, p. 1).

Dado o conteúdo desse convite, suponho que também existia certa proximidade entre estes grupos: Circolo Republicano Giuzepppe Mazzini, Loja Amor da Patria, Liga dos Operários, Circolo Recreativo Italiano, Gremio Recreativo 7 de Setembro, Club dos Operarios, Democratica Italiana, bandas musicas 15 de Outubro, 7 de Setembro e Carlos Gomes, e indício da presença de ideias anarcossindicalistas na cidade, bem como, o descontentamento e vigilância evidentes na nota, sobre as manifestações matizadas por essas ideias. Ressalto a força de coerção e tensão que a nota revela ao informar que, “á ultima hora”, o Grêmio 7 de Setembro e a banda 15 de Outubro optaram por não participar da festa, porque esta tinha fins políticos e anticlericais.

²⁹ Loja Maçônica, da qual João Alves da Cunha Linha, o advogado para quem Jubert prestava conta como recenseador, era membro.

De acordo com Ferreira (2009a), Ferrer nasceu em Alella, cidade que fica próxima a Barcelona, Espanha, em 1859. De família católica, se opôs à religião por influência de um tio.

Ferrer participou do grupo de D. Manuel Ruiz Zorrilla³⁰ e afastou-se depois porque seu pensamento ia contra os ideais de revolução defendidos por seus membros. Após viver em Paris durante quinze anos e vivenciar crises tais como do boulangismo³¹, dreyfusismo³² e nacionalismo, se convenceu de que o problema da educação popular não estava solucionado. Ele se formou professor de espanhol na França. Isso possibilitou seu contato com pessoas de diferentes classes sociais (GUARDIA, 2010).

Depois de conhecer sua aluna senhorita Meunier³³ e passarem um tempo juntos viajando, chegou a hora, de Ferrer lhe contar sobre os seus ideais. Foi, então, que ela lhe forneceu os recursos necessários para formar a primeira instituição de ensino racional, a Escola Moderna (GUARDIA, 2010, p. 3), inaugurada em Barcelona em 1901. Iniciou suas atividades com 30 alunos: 12 meninas e 18 meninos (idem, p. 11).

Lendo os artigos, no relato das ações de Jubert, percebi ideias e valores preconizados por Ferrer que se disseminaram pelo Brasil, conquistando simpatizantes de várias frentes que não faziam parte da militância anarquista:

³⁰ Manuel Ruiz Zorrilla nasceu em 22/03/1833 Burgo de Osma (Soria) e faleceu em 13/06/1895. Político espanhol, primeiro-ministro (1871; 1872-1873). Era um membro da Milícia Nacional (1856), vice-progressiva (1858), ativista revolucionário (1866), Ministro das Obras Públicas (1868), de Graça e Justiça (1869); presidiu o Parlamento que elegeu rei da Espanha Amadeo. Ministro Desenvolvimento (1871) e presidente do primeiro governo da monarquia democrática, também em 1872. Foi a figura principal do Partido Radical (BUSCA BIOGRAFIAS).

³¹ Boulanger tinha uma plataforma doutrinária simples: "dissolução, revisão, constituinte". Ela expressa antiparlamentarismo e crítica a ineficácia dos governantes. Na França, muitas figuras encarnaram o populismo nos séculos XIX e XX. Napoleão III toma o poder em seguida à irritação burguesa do governo republicano de 1848, que reprime, duramente, o movimento operário (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL).

³² O caso Dreyfus pode ser visto como a emblemática explosão da Era das Ideologias. Estendeu-se ao longo de doze anos (1894-1906), mas só foi encerrado em 1945, quando alguns dos seus protagonistas foram condenados por colaborar com a ocupação nazista. O meio-século Dreyfus ocupou metade do século 20. Marcou um momento decisivo na história da imprensa e vai muito além da guerra de manchetes travada na França entre os jornais da extrema-direita que conspiravam para condenar, sumariamente, por traição, o capitão Dreyfus e a imprensa democrática e progressista que, afinal, venceu a parada e obteve sua total reabilitação (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA).

³³ Srta. Ernestina Meunier foi aluna e admiradora do pensamento de Ferrer; foi também responsável pela concretização da escola. Graças a ela, ele conheceu Léopoldine Bonnard, com quem teve seu filho Riego (HISTEDBR).

[...] a idéia do ensino racionalista de Ferrer promoveu aqui em nosso país, uma aproximação entre anarquistas e pessoas situadas fora dos quadros restritos da militância, mas dotados do que se chamava de ‘espírito emancipador’, liberais, socialistas, livre-pensadores, nos quais se incluíam maçons e republicanos. O fato de essas pessoas usufruírem de melhor posição social e contribuírem com recursos econômicos para a manutenção do estabelecimento propiciou-lhes menores problemas financeiros (MORAES, et. al. 2011).

Segundo Ghiraldelli (1987, p. 102), ao contrário dos liberais que pretendiam, através do discurso, mostrar que a educação era o único meio de combater a criminalidade e resolver as questões sociais, “ [...] o Movimento Operário, nas mãos de anarquistas e anarco-sindicalistas, prosseguiu o caminho aberto pelos socialistas no sentido de estabelecer causas reais para os problemas sociais do país”. Nesse sentido, ainda de acordo com ele (1987, p. 132), “Com ideias simples, porém contundentes, os libertários atacaram os fundamentos da ideologia dominante”. O que explicaria o apoio à iniciativa das Escolas Modernas foi o fato de seus

[...] princípios foram aceitos por vários segmentos sociais, independente de qualquer vínculo com o Movimento Operário ou com o anarco-sindicalismo. O anticlericalismo e as simpatias a um ensino cientificista eram posturas comungadas por grupos positivistas, setores militares, higienistas e médicos, maçons, etc. Tais grupos, presentes na maioria das grandes cidades (GHIRALDELLI, 1987, p. 132).

Acredito que a proximidade entre esses diferentes grupos possa contribuir para entendermos por que, em Bragança, Jubert (que esteve à frente da Liga Operária) e outros membros dessa entidade, como João Buenaparte, Benedicto Ricci, Luciano Candido Ribeiro, Julio Gonçalves da Silva, foram chamados de hermistas³⁴. É possível que isso tenha acontecido porque eles conseguiam dialogar com os maçons locais da Loja Amor da Pátria da qual fazia parte o advogado João Alves da Cunha Linha, tido como hermista.

A Escola Moderna de Barcelona, fundada por Ferrer, que inspirou a educação libertária no Brasil, possuía a missão de “[...] fazer com que os meninos e as meninas que lhe [eram] confiados se [tornassem] pessoas instruídas, verdadeiras, justas e livres

³⁴ Seguidores da política do Marechal Hermes da Fonseca, presidente da República do Brasil, de 1910 a 1914.

de qualquer preconceito” (GUARDIA, 2010, p. 7). Dessa forma, “o estudo dogmático seria substituído pelo estudo racionalizado das ciências naturais” (idem, p.7).

Concordando com isso, vou ao encontro de Gallo (apud FERREIRA, 2009a, p. 162) que defende a ideia de que a pedagogia racional de Ferrer sofreu influência do positivismo de Auguste Comte ao “afirmar a Razão como caminho do progresso e de redenção da humanidade”. É preciso ter sempre em mente que “a razão, embora seja o centro do conhecimento, é encarada apenas como uma das facetas do homem, formando um conjunto com as emoções, os desejos, etc.” (idem p. 162).

Por isso, pode-se dizer que Ferrer não era um positivista tradicional, e não significa que ele pudesse ser classificado como um anarquista mesmo, mas é fato que a educação libertária e racionalista, por ele defendida, foi amplamente divulgada nos jornais consultados nesta pesquisa, sobretudo, nos jornais *A Lanterna* e *A Voz do Trabalhador*.

De acordo com D’Angelo (2000, p. 147), as Escolas Anarquistas, denominadas Escolas Modernas, além do princípio racionalista, propunham “[...] aulas ao ar livre, exercícios, excursões educativas, à partir do cotidiano dos alunos, priorizando a atividade e o trabalho já que este era considerado [educativo]”.

Segundo Moraes (et al., 2011), o ideal de educação libertária foi disseminado no Brasil, a partir do início da consolidação da República (1890) e do movimento anarquista. O socialismo e o anarquismo se disseminaram rapidamente entre os imigrantes, consequentemente, entre os operários. Mas, de acordo com a autora, os anarquistas, inicialmente, saíram em protesto contra a “educação dominante” e, posteriormente, se organizaram com propostas educacionais teóricas e práticas a partir de uma nova geração de militantes do anarquismo no País.

As Escolas Modernas, defendidas pelos anarquistas e pelo professor Joseph Jubert, suscitou uma forte resistência ao projeto educacional do Partido Republicano Paulista, a ponto de Ferrer

[...] Julg [ar] que o protesto mais eficaz e a ação revolucionária mais positiva consiste em dar aos oprimidos, aos deserdados e a todos aqueles que sentem impulsos justiceiros esta verdade que lhes é escondida, determinante das energias suficientes para a grande obra de regeneração da sociedade (GUARDIA, 2010, p. 7).

Essa verdade, segundo Ferrer, consistia em se contrapor à ideia de que Deus teria criado o mundo em seis dias, juntamente com todo o ensinamento religioso, entendido por ele como lenda (GUARDIA, 2010).

O objetivo das Escolas Modernas era proporcionar uma educação libertadora para diferentes classes sociais que acolhesse homens e mulheres. Ela foi idealizada para combater a opressão. De acordo com Toledo (2004, p. 42-43),

Os anarquistas desejavam uma transformação completa da sociedade: a solidariedade, o bem estar de todos, a liberdade, o fim da violência, das religiões, da propriedade privada, dos governos, dos parlamentos, dos exércitos, da polícia, da magistratura e de todas as instituições que consideravam autoritárias e violentas. Propunham, ao contrário, uma sociedade organizada por livres associações e federações de produtores e consumidores, formadas e modificadas segundo a vontade dos associados, guiados pela ciência e pela experiência e livres de toda imposição que não derivasse das necessidades naturais [...]. Logo a ignorância era entendida como um dos principais inimigos, e só a instrução poderia ser o caminho da conversão. Estender as luzes da ciência aos pobres significava prepará-los para enfrentar o inimigo e construir a sociedade futura.

2.3 Joseph Jubert: Um Professor às Avessas?

No decorrer desta pesquisa, várias dúvidas surgiram em relação à formação de Joseph Jubert. Para que pudesse privilegiar as questões que me levaram a problematizar sua trajetória e ações em Bragança, procurei saber qual teria sido o motivo de sua vinda a Bragança e por que ele era chamado de professor nos processos movidos contra ele.

Diante dessas questões, fui ao encontro de Luca (2005, p. 120) por destacar as potencialidades dos periódicos para o trabalho dos historiadores. Eles é que tornaram possível identificar e rastrear, naquele contexto sociocultural,

A aceleração do tempo e o confronto com os artefatos que compunham a modernidade [...], a difusão de novos hábitos, aspirações e valores, as demandas sociais, políticas e estéticas das diferentes camadas que circulam pelas cidades, os conflitos e esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as “classes perigosas”, a constituição dos espaços públicos e os meandros que regiam seu usufruto e circulação, as intervenções em nome do sanitarismo e da higiene, a produção cultural e as renovações estéticas [...].

No emergir dessas ideias, promovi o cotejo e diálogo entre os periódicos e os processos pesquisados, em particular, o Processo-crime de 1911 e os documentos encontrados a ele anexados (*Estatutos da Liga Operária* e o *Boletim*), no rastro das concepções relativas à educação e às percepções sobre o que era ser professor, mobilizadas em tais fontes.

Ao privilegiar tal fonte, atentei “ao fato de que o processo é uma conjunção de múltiplas versões, todas elas originadas pelo mesmo ato, irrecuperável, e que eu escolhi não usar nenhuma delas como verdadeira [...]” (CORRÊA apud GUIMARÃES, 2013, p. 36).

A par de tal opção metodológica, compilei as ações e atividades de Jubert no período delimitado por esta pesquisa:

- Organizou os *Estatutos da Liga Operária*. Em um dos seus artigos, apresentou, como um dos seus objetivos, montar uma escola para os operários e seus filhos nos moldes das Escolas Modernas, sob inspiração de Ferrer;
- Publicou artigos nos jornais *A Lanterna* (São Paulo), *O Operário* (Sorocaba);
- Como possuía diploma de eleitor³⁵, foi incluído no alistamento eleitoral de 10 de fevereiro de 1910, da Guarda Nacional³⁶ republicana e foi recenseador³⁷;

³⁵ Lembrando que a lei, naquele momento, exclui parte da população: os analfabetos que não tinha direito a votar. O nome de Joseph Jubert consta no alistamento eleitoral (CIDADE DE BRAGANÇA, 17/02/1910, n. 1480, p. 3). Em 1910, observando a convocação de eleitores para comparecerem à votação para deputado e senador (art. 47 do regulamento n. 1411), constatei que, das quatro sessões designadas como espaços para votação, o número mais alto de eleitor era 1.371, ou seja, de uma população com aproximadamente de 40.000 habitantes, apenas 3,4 % podiam votar (CIDADE DE BRAGANÇA, 20/01/1910, n. 1472, p. 3).

³⁶ A última divisão do Exército (terceira linha do sorteio militar) foi constituída pela Guarda Nacional. O artigo 29 previa que os cidadãos que tivessem pertencido à segunda linha serviriam na Guarda Nacional, até 44 anos de idade (na ativa, até os 40 anos de idade e, posteriormente, iriam para reserva) (CIDADE DE BRAGANÇA, 12/1/1908, n. 1.263, p. 1).

³⁷ “A suspensão das operações censitárias previstas para 1910. O III Censo Decenal da República deveria realizar-se em 31 de dezembro de 1910, mas, por motivos conjunturais, cuja crítica minuciosa consta do relatório apresentado pelo Diretor Geral de Estatística ao Ministro da Agricultura, em fevereiro de 1915, deixou de ser levado a efeito na época prefixada, transferido que foi para 30 de junho do ano seguinte, sendo afinal definitivamente suspensos os respectivos trabalhos, após o dispêndio de avultadas verbas. Responde pelo malogro do Censo de 1910 o cerceamento da autonomia da Diretoria Geral de Estatística, por força das condições especiais em que se encontrava o País, então profundamente agitado por perturbações de ordem política” (Site IBGE, 2015).

- Teve proximidade com Edgar Leuenroth, responsável pelo jornal *A Lanterna* em São Paulo;
- Seu nome foi citado nos jornais *A Lanterna*, *Cidade de Bragança*, *Correio Paulistano*, *Diário Espanhol*, *O Jerminal*, *O Operário*, bem como, no *A Voz de Trabalhador*, no Rio de Janeiro, foi responsável pelas dimensões que tomou o caso de Jubert, saindo do âmbito do Rio de Janeiro com repercussão nacional quando publicou notas de protesto contra a sua perseguição e prisão.
- Foi professor de duas Escolas Modernas, uma em Sorocaba (1911-1913), e outra em Bauru (1914-1915).
- Defendeu-se do processo-crime sem contar com a presença de um advogado.

Partindo de suas ações, confrontei-as, confrontei-as entre si e com outras informações que ia rastreando de Jubert, com intuito de mapear sua trajetória.

Penso que Jubert, chegou a Bragança por volta do final de 1907 ou início de 1908. Tenho duas hipóteses sobre sua vinda à cidade. A primeira: ele pode ter vindo para Bragança por causa da importância econômica da cidade devido à ascensão do café. Propôs a organizar os trabalhadores para resistirem à exploração da mão de obra por parte dos coronéis – donos das fazendas bragantinas de café – em cujas mãos estavam concentradas grandes extensões de terra. A segunda: ele pode ter vindo para Bragança para escapar do processo-crime aberto contra ele, em Atibaia, em 1907. Chegando a Bragança, possivelmente, deve ter identificado um grupo de pessoas que pactuavam com suas ideias.

Quanto à Liga Operária, criada em 28 de agosto de 1910, seu objetivo era que colonos e operários se associassem a ela e pudessem desfrutar dos benefícios que ela ofereciam aos seus associados. Pontuo que, até o término deste trabalho, não identifiquei uma relação direta e explícita da Liga Operária com o Clube dos Permanentes – entidade operária organizada em 1908. Identifiquei apenas relação com o Club Artístico e Recreativo dos Operários, do qual, João Buenaparte, um dos citados no Processo-crime de 1911, era presidente, em 1910.

Confrontando as hipóteses sobre sua vinda para Bragança e num dado momento da pesquisa, me deparei com o Prólogo dos *Estatutos da Liga Operária* de Bragança,

aprovado em Assembleia Geral de 4 de setembro de 1910. A análise desse documento possibilitou conhecer algumas ideias anarcossindicalistas defendidas por grupos que viviam na cidade.

Nesse documento, foi possível observar a presteza das palavras quando elas diziam respeito às denúncias sobre as questões pertinentes à exploração da força de trabalho, as ambiguidades da ciência, ou mau uso dela, colocando-as como as principais causas geradoras da pobreza, tendo em vista que o desenvolvimento científico deveria servir como suporte ao homem para lhe poupar o esforço e para ele produzir apenas o necessário que fosse suficiente para atender a todos, já que a abundância seria a responsável pela “crise no trabalho”. Ainda segundo esse documento, qualquer invenção ou instrumento gerador de riqueza levaria milhares de pessoas à “desocupação e a fome”, quando os meios de produção deveriam – isto, sim, – servir para o “melhoramento geral da vida do proletariado” (PROCESSO-CRIME, *Estatutos da Liga*).

Nesse documento, de acordo com seus autores, também foi, por um lado, possível, observar que o homem moderno não conseguiria viver sob a pressão das leis draconianas, como servo ou escravo, mas, por outro lado, as leis liberais não lhe davam outras opções, pois a liberdade reconhecida pelo capitalista só ‘dava direito’ aos trabalhadores de morrerem de fome para manter a sua propriedade privada (PROCESSO-CRIME, *Estatutos da Liga*).

Com base nas leis liberais, reporto-me a Viana (apud MUNAKATA, 1981, p. 14) quando esclarece que o liberalismo brasileiro

[...] era um instrumento teórico e institucional perfeitamente adequado á dominação burguesa: garantia o domínio absoluto do patrão dentro de sua empresa (em cujos assuntos, privados, o Estado não podia jamais intervir) e assegurava a intervenção policial quando este domínio fosse perturbado pelas agitações operárias.

Ou seja, com o apoio do Estado, os capitalistas suprimiam os direitos dos trabalhadores como comprova o fato ocorrido em Bragança no momento em que foi solicitado reforço policial para conter a greve³⁸.

Conhecendo-se os Estatutos da Liga, entende-se por que os anarquistas colocaram-se contra a qualquer forma de dominação e no esteio de suas causa. Parece-

³⁸ Esse fato será abordado no capítulo 3.1.

me que a concepção de educação, para Jubert, era aquela que ia ao encontro da instrução racionalista, que tinha por princípio a razão, o desenvolvimento científico distante de “[...] qualquer peia política ou religiosa”, visto que, segundo os *Estatutos* “[...] a própria razão nos diz que os melhores meios de produção devem corresponder a um melhoramento geral da vida do proletariado”.

Nos *Estatutos da Liga Operária* também encontrei itens voltadas à instrução de seus associados. Esse documento defendia o melhoramento intelectual e a qualificação dos mesmos, bem como, a instalação de uma escola racionalista. Ainda verifiquei que, no caso de dissolução da Liga Operária, seus bens seriam entregues à diretoria da Escola Moderna de São Paulo³⁹, com a condição de que fosse a instrução racionalista fosse levada para a classe operária.

Para tanto, de acordo com um artigo de Carlos Delon⁴⁰, publicado no jornal *A Lanterna* (4/2/1911, n. 69, p. 1), segundo o método de ensino da Escola Racional: “O objeto do conhecimento é tudo: o universo inteiro, nós inclusivamente; as coisas e os seres, as formas, as leis, as relações”. Diante de tais colocações, percebi o forte apelo à racionalidade e a necessidade de se interpretar os fatos, estudar as causas, buscar as relações, basicamente, por dois meios: “[...] um indirecto, a comunicação da ideia pela linguagem; o outro directo, o grande meio universal [...] da formação da ideia, a observação”.

Analizando o artigo de Delon, como um todo, verifiquei que o trabalho aparece como uma necessidade de transformar o que está à sua volta, como condição necessária ao bem-estar material e como instrumento de civilização. Logo, a arte aparece como elemento moralizador, como condição de elevação da educação. De acordo com ele, “[...] não se póde ser um bom operario se não [...tiver] condição de ser um tanto artista” e que todos “deveriam elevar-se pela educação até sentir a majestade dum bello

³⁹ De acordo com MIMESSI (2009) “Na cidade de São Paulo foi criada a primeira Escola Moderna no ano de 1912, no bairro do Belenzinho. [...] denominada número um [...] funcionou na Rua Saldanha de Marinho nº 66 até o ano de 1915. Mudou-se para a Avenida Celso Garcia nº 262, no Bairro do Brás, em 1915 e lá ficou até ser fechada no ano de 1919”. Porém, os Estatutos da Liga que mencionavam a Escola Moderna de São Paulo foram aprovados em setembro de 1910, o que nos leva a pensar que, possivelmente, tenha havido um projeto ou, até mesmo, uma Escola Moderna de São Paulo que não fosse reconhecida oficialmente durante os primeiros anos. Tomamos essa questão como uma provocação para futuras pesquisas.

⁴⁰ Publicava artigos no jornal *Folha do Povo*; foi divulgador internacional da Educação Integral com ênfase na relação entre trabalho e educação (GHIRALDELLI JR, 1987).

edifício, a graça expressiva duma bella pintura, a commoção que a musica faz experimentar ao sêr bem organizado”.

Sendo assim, penso que, em certa medida, algumas ideias preconizadas por Delon sobre a moral, o trabalho e o conhecimento, também traziam forte inspiração positivista. O higienismo, que não apareceu no artigo de Delon, ganhou destaque nas palavras de Ferrer, quando se referiu à organização das Escolas Modernas, que teriam, dentre seus objetivos, evitar a propagação de doenças contagiosas:

Querendo que o trabalho intelectual da Escola Moderna seja frutífero no futuro, além das condições higiênicas que temos procurado dar ao local e às suas dependências, será estabelecida uma inspeção médica quando da entrada do aluno, cujas observações, se considerado necessário, serão transmitidas à família para os efeitos adequados [...] com o objetivo de evitar a propagação de doenças contagiosas durante as horas de convivência escolar (GUARDIA, 2010, p. 7).

Ainda sobre os princípios da escola racionalista que apareceram fortemente divulgados nos periódicos consultados – *A Lanterna* e a *Voz do Trabalhador*, foi possível me certificar das ideias de Ferrer sobre a educação, quando verifiquei que ele está

Convencido de que a criança nasce sem ideia preconcebida, e de que adquire no transcurso de sua vida as ideias das primeiras pessoas que lhe rodeiam, modificando-as logo pelas comparações que delas faz e segundo as leituras, observações e relações que o ambiente que a rodeia lhe proporciona, é evidente que se a criança fosse educada com noções positivas e verdadeiras de todas as coisas e se lhe prevenisse de que para evitar erros é indispensável que não acredite em nada por fé, mas por experiência e por demonstração racional, a criança se tornaria observadora e estaria preparada para todos os tipos de estudo (GUARDIA, 2010, p. 6).

Ou seja, Ferrer (2010) propunha que a criança fosse educada e formada num ambiente que lhe permitisse observar e analisar o meio, as pessoas e as relações sociais. Evitar-se-ia, com isso, um ensino que se baseasse na fé e em pensamentos generalizantes que impossibilitassem questionamentos. Opunha-se à desigualdade social, preocupando-se com a educação, de forma igualitária, para ambos os sexos, valorizando, sobretudo, o uso da razão.

Em diferentes artigos dos periódicos operários, localizei críticas ferrenhas contra as escolas religiosas e públicas, ao fazerem elogios aos princípios das Escolas

Modernas. É possível observar a relação que fazem das escolas públicas militares com as guerras, mostrando, explicitamente, o incentivo a elas. Ainda comentam sobre a educação que escraviza, além de reiterar todos os preconceitos que traz consigo, conforme se lê:

Roubar as crianças aos antros clericais, onde as suas consciências delicadas são amoldadas geitosa e infamemente às monstruosidades físicas, intelectuais e morais da religião, que as torna victimas imbelos e perenes de toas as tiranias e explorações; arrancar as ternas criancinhas às escolas do Estado, onde a educação religiosa foi substituída pela educação militarista, que se prepara as novas gerações para os massacres horrendos como o que ora se pratica além-oceano; tirar a infância das escolas, onde, a troco de alguma instrução, se a escravisa a toda sorte de preconceitos, - atraindo para as escolas populares que se esforçam por seguir os princípios da Escola Moderna do grande Ferrer – é fazer obra boa, de inestimável alcance para a luta em prol da regeneração humana [...] (A LANTERNA, 10/7/1915, n. 281, p. 2).

Quanto às colocações acima e ao conteúdo dos *Estatutos da Liga Operária* de 1910, penso que as ideias de Ferrer influenciaram os artigos desse documento voltados para a instrução.

Do cruzamento daquele primeiro esboço das ações de Jubert com os *Estatutos da Liga Operária* de Bragança (1910) e o processo de 1910, emergiu minha percepção de que Joseph Jubert era um professor oposto àqueles professores que eram elogiados e citados pelos periódicos bragantinos, pois estava na contramão do que desejavam as elites letradas urbanas, liberais e positivistas. Segundo os autos, Jubert tinha todos os ‘atributos’ que um professor não deveria ter: vagabundo, desempregado e sem domicílio fixo.

Nesta pesquisa, não foi possível saber como se deu sua formação de professor, por falta de documentos. Mas Jubert tinha o cargo de recenseador e no Processo-crime de 1911 se declarou professor em três momentos distintos:

- No termo de declaração “[...] compareceu Jose Jubert com trinta e cinco anos, solteiro, professor, natural da França, nacionalidade brasileira, sabe ler e escrever e residente neste município [...]”(p. 14);
- No auto de qualificação “[...] sua profissão em modo de vida? Professor [...]”(p. 51);

- E no interrogatório “[...] Qual a sua profissão e meio de vida? Professor [...]” (p. 61).

Jubert demonstra que, para além do apreço ao magistério, ser professor dava/conferia, à pessoa, certa valorização social, à qual, certamente, relacionado o domínio da escrita e da leitura. Especificamente no seu caso, foi isso que lhe permitiu dispensar a figura de um defensor público, como se lê no Processo-crime de 1911 e pontuado anteriormente.

E qual será o individuo que depositaria confiança a um juiz substituto que, se nega averbar-se de suspeito sendo parte interessada, filho legítimo de um dos mais abastados fazendeiros deste município e um dos queixosos que fora pedir a policia para que instaurasse este processo contra o acusado; e bem assim sendo uma das testemunhas que, depôs no processo Theophilo da Silva Leme⁴¹: tio e parente do mesmo! [...] (1911, p. 27)

Falando, Jubert revela o domínio que tem da escrita e da leitura, o que o diferencia dos colonos chamados a testemunhar no processo.

As autoridades locais bem como os proprietários de terras consideraram Jubert um sujeito perigoso, uma ameaça. Foi chamado de vagabundo: “[...] innegavelmente não se pode deixar de levar em conta, o facto de ser o denunciado [Josef Jubert] um individuo vindo de outra comarca já com a nota de vagabundo como se vê da certidão...” (1911, p. 63).

Essa certidão diz respeito a um fato ocorrido na cidade de Atibaia em 1907, quando ele foi processado, e de lá se retirando, por ter sido considerado vagabundo. Mas esse professor, a partir da distribuição do Boletim em Bragança, instruiu colonos e operários a lutarem por melhores condições de vida e trabalho.

Jubert, em Bragança, em razão da perseguição que sofreu, não conseguiu realizar seu desejo de criar uma Escola Moderna, que seria destinada aos operários e seus filhos, muito embora, nesse momento, já se clamasse nos periódicos locais, pela necessidade de se fazer/construir um segundo grupo escolar na cidade (FRANCESCHI, 2013; MEDEIROS, 2013), obviamente, numa visão de educação oposta à da escola desejada por Jubert.

⁴¹ Coronel Theofilo Francisco da Silva Leme nasceu em 17/12/1855; era filho do Coronel Luiz Manoel da Silva Leme e D. Carolina Euphrasia de Moraes (ANNUÁRIO DE BRAGANÇA, 1902, p. 193). Possuía 50 mil pés de café (ALMANACH PAULISTA, 1918, p. 302).

No entanto, talvez, esse professor tenha deixado um legado para a cidade. Após ele ter ido embora de Bragança para Sorocaba, tomei conhecimento da organização de outras greves na cidade. Com a partida de Jubert, Benedicto Cardoso de Oliveira⁴² assumiu a liderança da Liga Operária. Contra ele, foi aberto um inquérito policial, em 14 de agosto de 1911, por ter distribuído boletins e incitado à greve. Li, no inquérito policial, o depoimento do colono Romeu Angelone sobre as greves, no qual ele dizia que,

[...] há cerca de oito dias [...], famílias de colonos da Fazenda do Tenente Felipe R. de Siqueira suspenderam os serviços da colheita do café, por [...] pretenderem aumento de salário [...] [e] tem se conservado até hoje em attitude pacífica [...] (PROCESSO-CRIME, 1911, p. 28).

Isso me leva a pensar que o professor Jubert foi uma pessoa que educou e compartilhou experiências com homens e mulheres, com colonos e trabalhadores urbanos, com o objetivo de fortalecer os laços afetivos para que, eles lutassem por melhores condições de vida. Experiências que transcenderam os limites locais. Portanto, acredito que suas ações e ideias contribuíram para houvesse uma postura crítica frente às precárias condições de vida dos operários. Postura com ampla/livre conexão com aspectos políticos mais abrangentes, conforme sugere o artigo abaixo, cujo título é: *O Problema Social (os preconceitos de pátria, raça e religião)*

O problema social é por demais complexo [...]. Porém, se lançarmos um olhar demorado sobre tão importante questão, a impressão que se nos depara é das mais satisfatórias: Aqui, um jornal burguez, ainda que parcialmente, pregando o socialismo; ali uma massa operaria que expulsa do seu seio o *polvo* chefe; acolá comissios em praça pública, afim de protestar contra a carestia da vida, e em suma a larga propaganda que se faz no sentido de estreitar os laços de amizade entre o operariado universal, fazendo compreender que “a união constitui a força”, que pelo fato de falarmos diversos idiomas não somos inimigos [...], sentimos os dezumanos e nefastos efeitos do capitalismo, quer criando escolas modernas, que permitirão a compreensão do papel que cada indivíduo representa na sociedade [...], quer se recusando a pegar em armas, contra seus irmãos do outro continente [...] (A VOZ DO TRABALHADOR, 1/1/1913, n. 22, p. 3).

⁴² Esteve à frente da redação do jornal *A Comarca* em Bragança até 1912, ver nota 64. E também foi nomeado para o cargo de recenseador, como Jubert.

2.3.1 O professor Joseph Jubert na contramão do professor sacralizado pelos periódicos locais

O professor Joseph Jubert, com a distribuição do Boletim e pelo fato de ter fundado e participado da Liga Operária e denunciado as precárias condições de vida dos colonos, teve inimigos em vários setores da sociedade de Bragança, sendo ameaçado de morte e processado duas vezes.

O modo como ele foi apresentado à comunidade e tratado pelas autoridades, nos processos-crimes e periódicos locais, era completamente distinto do tratamento dispensado aos professores do primeiro grupo escolar da cidade.

O discurso civilizatório e moralizante dos republicanos e da imprensa local apresentou os professores do primeiro Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, de forma elogiável e como motivo de orgulho:

Apresentamos hoje, aos leitores da nossa folha, a nova colaboradora exma. Sra. D. Ernestina Marcondes, ilustrada professora do grupo escolar. É uma bela aquisição que fazemos, pois, a distincta escriptora, veio adornar a pleiade dos nossos colaboradores. (A NOTICIA, 15/11/1905, n. 8, p. 1).

Os professores e diretores do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá foram adjetivados de maneira respeitosa, em diferentes notícias dos jornais locais, ao longo do período pesquisado. Expressões como: distinto, honrado, ilustrado, dentre outras, apareciam com frequência, junto às referências a esses professores:

Grupo Escolar – Para substituir a professora sra. d. Adelia Vaz de Toledo Santos, que se acha em gozo de noventa dias de licença, foi nomeada a sra. d. Laura Prestes Barra, distincta professora normalista (A NOTICIA, 3/2/1906, ano I, p. 1).

Outra menção a um membro do grupo escolar, na notícia que anuncia a festa escolar, também dá destaque ao ‘ilustre’ diretor:

Festa Escolar – O ilustre director do grupo escolar desta cidade, sr. professor Pedro de Mello, participou-nos que, em regozijo pelo facto de ter sido dado aquele estabelecimento de ensino o nome do Dr. Jorge Tibiriçá, [...] tinha deliberado uma passeata com os alumnos no domingo passado ... (A NOTICIA, 2/5/1906, n. 55, p. 1).

É também possível visualizar a postura diferenciada desses professores ao observamos a maneira de se posicionarem nas fotografias, pois, como disseminadores das ideias na época, os brasileiros deveriam ser civilizados, saudáveis e limpos. Essa era a aposta do progresso. Nas figuras a seguir, podemos notar uma postura exemplar: roupas limpas, cabelos penteados, corpos ordenados e disciplinados.

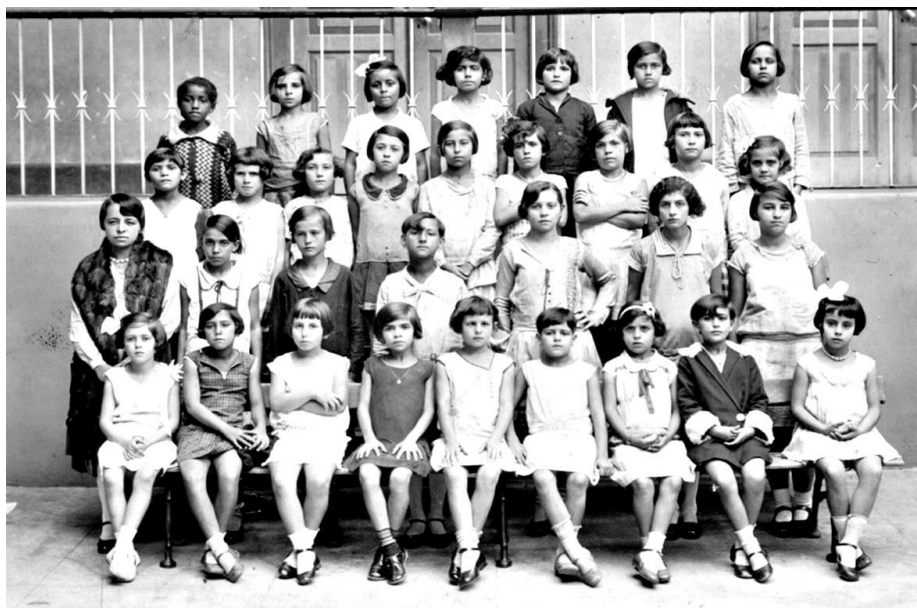


Figura 16. Alunas do Grupo Escolar Jorge Tibiriçá.
Data provável 1920, fotógrafo não identificado.
Fonte: Acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano

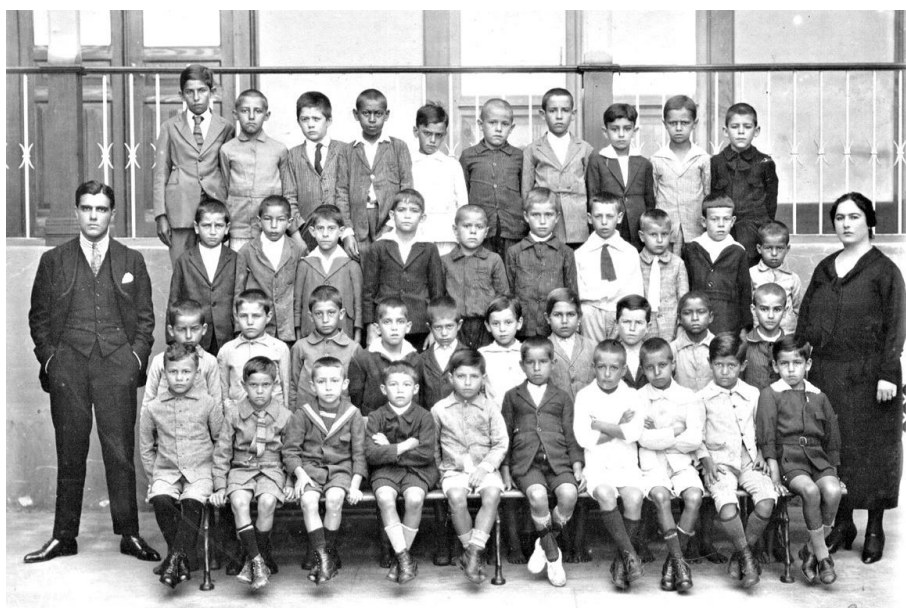


Figura 17. Alunos do Grupo Escolar Jorge Tibiriçá.
Data provável 1920, fotógrafo não identificado.
Fonte: Acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano

No entanto, as notícias referentes à greve apresentam os processados como um delinquentes, Joseph Jubert era um deles “O dr. Delegado de polícia atendendo a representação, abriu inquérito sobre o facto, em segredo de justiça, e vai proceder com energia afim de que sejam processados os delinquentes” (CIDADE DE BRAGANÇA, 22/12/1910, n. 1567, p. 1), além do que, nos informa que o processo ocorreu em segredo de justiça.

Retornando ao grupo escolar. Ao observar a nota adiante, vi que o título dela era Instrução Pública. Parece ter sido dado pouca importância a ela. Isso pode ter sido intencional para que não atraísse a atenção do leitor, já que Maria da Conceição Sangirardi era irmã de Alcides Sangirardi.

Instrução pública – O diretor do grupo escolar desta cidade foi auctorisado a designar a substituta efectiva sra. d. Maria da Conceição Sangirardi para reger classes vagas naquele estabelecimento, até que as mesmas sejam providas (CIDADE DE BRAGANÇA, 26/7/1908, n. 1.318, p. 1).

Alcides e Maria da Conceição, além de professores do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, eram irmãos do padre que atuava junto com o padre Leonardo, na paróquia de Bragança. A diferença no tratamento dado a Jubert salta aos olhos, quando se vê a nota publicada pelo jornal com o título: “Outro processo criminal”. Nela, se lê: “Contra Joseph Jubert vai ser intentado processo criminal pelas injúrias e calumnias que fez [...] contra o revmo. Padre Leonardo Gioiele [...]” (CIDADE DE BRAGANÇA, 25/12/1910, n. 1568, p. 1). Era indiscutível para o editor que confrontar um padre seria crime.

O texto seguinte traz a notícia do falecimento do professor do grupo escolar. É possível perceber a deferência com que sua morte foi noticiada e a relevância desse professor no meio social. A notícia ocupa a primeira página do jornal:

Falleceu nesta cidade, no dia 28 do corrente, ás 7 ½ horas da manhã, e após uns 15 dias de sofrimento por cruel enfermidade, o sr. professor Adelio de Castro, director do Grupo Escolar “Dr. Jorge Tibiriçá”. O enterro teve lugar no mesmo dia, ás 4 ½ horas da tarde, sahindo o feretro da casa de sua residencia, á rua do Comercio, n. 36, para o que foram distribuídos convites, dirigidos pelo sr. inspector municipal e pelos professores publicos desta cidade. Tendo á frente o estandarte, formando uma extensa ala, e obedecendo á divisão de suas classes, compareceram ao enterro os alumnos e todos os professores do Grupo, precedidos de muitas pessoas gradas de nossa sociedade, que disputaram as alças do caixão até a igreja e o cemiterio municipal.

Sobre o caixão vimos as seguintes corôas: – *Saudades de sua esposa e filhos e – Ao seu director – do Grupo Escolar*. O sr. Adelio de Castro era filho do sr. Manoel Lopes de Castro e de d. Maria Dorothéa de Castro. Casado em segundas nupcias com a sra. d. Noemia Pereira de Castro, também professora do grupo escolar desta cidade, deixa 5 filhos, os menores Adherbal, Maria Antonieta, Maria das Dôres, Adelia e Carlos [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 1º/10/1908, n. 1.337, p. 1).

Comparando a notícia sobre o falecimento do diretor com a sobre as ações professor Jubert, referente à distribuição do Boletim, fica evidente a diferença de tratamento dispensado aos dois:

[...] distribuía-se pela cidade no dia seguinte, boletins aconselhando os colonos em geral a declararem-se em greve. [...] O facto, como era de se esperar, produziu alarme na população sensata e ordeira desta cidade, que via enxovalhadas famílias consideradas em nosso meio social [...] as famílias bragantinas viram surgir [...] a luminosa sentença proferida pelo juiz do direito dr. José Maximo Pinheiro Lima, condemnando um dos chefes da “Liga”, [...n] a brilhante sentença pela Camara Criminal do Tribunal do [de] Justiça (CORREIO PAULISTANO, 15/07/1911, n. 17226, p. 5-6).

A notícia apresenta a distribuição dos boletins cujo conteúdo não agradava às pessoas sensatas e ordeiras da cidade, bem como, não era uma iniciativa tomada por membros das famílias mais abastadas, por isso, as mais consideradas da cidade.

Nos anos pesquisados por mim, encontrei diferentes informações referentes ao grupo escolar. A maior concentração delas estava no início e final dos anos, trazendo o calendário de matrícula, férias, resultados obtidos pelos alunos durante o ano, festas escolares e desfiles cívicos.

Como exemplo, destaco a frequência dos alunos do grupo escolar publicada no jornal *Cidade de Bragança*, em que aparecem, com destaque, os nomes de seus professores. Seus sobrenomes indicam o pertencimento às famílias mais abastadas da cidade, bem como, o parentesco e os laços consanguíneos que existiam entre elas.

1. Adalgisa M. Pires (responsável pelo 4º. Ano feminino),
2. Leonidia F. Leme (responsável pelo 3º. Ano feminino),
3. Noemia P. de Castro (responsável pelo 2º. Ano feminino),
4. Francisco Marcondes Cesar (responsável pelo 4º. Ano masculino),
5. Alcides Sangirardi (responsável pelo 3º. Ano masculino),
6. Georgina F. Leme (responsável pelo 2º. Ano masculino),
7. Maria Sangirardi (responsável pelo 1º. Ano B masculino),

8. Adalgisa Barbosa (responsável pelo 1º. Ano A masculino)
(CIDADE DE BRAGANÇA, 8/11/1908, n. 1348, p. 1).

O grupo escolar era considerado uma entidade de referência na cidade pelas autoridades. Ao cotejar o tratamento dado pelos periódicos locais, aos professores do Grupo Escolar Doutor Jorge Tibiriçá com o dispensado ao professor Joseph Jubert, constatei que sua posição contrária aos interesses dos fazendeiros locais colocava em xeque, muito mais do que seus ideais, sua própria integridade física.

Membros do grupo escolar eram acolhidos com deferência em diferentes locais da cidade; por exemplo, quando Rocca Dordal, inspetor escolar, e Mariano de Oliveira, então diretor, visitaram a redação do jornal *Cidade de Bragança*, e “[...] representaram ao governo sobre a conveniência da anexação ao mesmo grupo escolar, da escola isolada desta cidade, regida pelo professor João Baptista de Toledo Leme [...]” (CIDADE DE BRAGANÇA, 22/10/1908, n. 1.343, p. 2).

Autoridades e políticos visitavam o grupo escolar, valorizando a instituição, seus membros, tanto quanto a ordem e disciplina, valores tão evidenciados no período pelos liberais e pelas elites letradas.

Visitas ao Grupo Escolar

Em companhia de outros distintos cavalheiros, [entre eles Candido Fontoura], visitou [...] o grupo escolar “Dr. Jorge Tibiriçá” o sr. Vicente Guilherme, deputado ao congresso estadual. Os illustres visitantes percorreram todas as dependências daquele estabelecimento [...]. Felicitamos ao sr. Mariano de Oliveira, a cuja competente direcção em boa hora foi confiado o grupo, pela ordem e disciplina em que o mantem [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 29/10/1908, n. 1.345, p. 1).

No entanto, logo que o novo prédio ficou pronto, apareceu a notícia da interrupção das aulas por 8 dias, pela necessidade de desobstrução urgente do esgoto. Na mesma notícia, foi publicada a nomeação de um novo professor “**Grupo Escolar** – [...] Foi nomeado o professor Fernando de Lima para adjunto do mesmo grupo” (CIDADE DE BRAGANÇA, 11/3/1909, n. 1.383, p. 2).

Mais adiante, localizei outra nota com a nomeação de uma nova professora do “**Grupo Escolar** – Foi nomeada a sra. d. Azalia Velloso de Rezende, professora substituta do grupo escolar desta cidade” (CIDADE DE BRAGANÇA, 8/7/1909, n. 1.416, p. 2).

Também foi possível constatar, nesse jornal, o destaque que foi dado ao novo diretor do grupo escolar. Foram várias notícias elogiando o seu trabalho e outras, como esta: “**Grupo Escolar** – Foram justificadas, em termos, as faltas dadas pelo director do grupo escolar desta cidade, professor Mariano de Oliveira [...]” (CIDADE DE BRAGANÇA, 23/9/1909, n. 1.438, p. 1).

Na nota abaixo, o diretor do grupo escolar faz uma homenagem a José Guilherme, que foi proprietário e professor de um colégio particular em Bragança.

José Guilherme

Por iniciativa do professor Mariano de Oliveira, diretor do grupo escolar, [...] foi aberta uma subscrição entre os professores e alumnos do grupo, para aquisição de um retrato do falecido educacionista José Guilherme a quem Bragança deve relevantes serviços prestados em prol da instrução [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 24/4/1910, n. 1498, p. 2).

Neste momento, surge uma questão: será que o professor Joseph Jubert, o “anarquista”, teria recebido a mesma homenagem? É provável que, não.

Já no final do período pesquisado – 1920, dez anos após o início das atividades do novo prédio escolar, ainda foi possível ler, nesse mesmo jornal, uma notícia sobre a entrega dos diplomas aos alunos do grupo escolar que estavam concluindo o curso naquele ano:

Grupo Escolar

Realisa-se hoje, ás 8 horas da noite, no respectivo estabelecimento, a festa da entrega de diplomas aos alumnos que concluíram o curso preliminar no grupo escolar ‘Dr. Jorge Tibiriçá’, desta cidade. O quadro dos diplomados acha-se exposto na vitrine da ‘Loja da Cobra’, nelle figurando, além dos 61 alumnos, de ambas as secções, que terminaram o curso, os retratos dos srs. Professores Antonio Francisco Redondo, diretor do grupo e paranympo; Joaquim de Mendonça Furtado e d. Angelina Coccolini, professores do 4.º anno (CIDADE DE BRAGANÇA, 16/12/1920, n. 2565, p. 1).

Destaco que, nesse momento, o ensino obrigatório passou a ser de 2 anos. Tal mudança decorreu da Reforma Sampaio Dória (1920) pautada pelos pressupostos spencerianos de uma educação moral, intelectual e cívica. Essa Reforma visava diminuir o analfabetismo, tido como grande entrave do progresso do País.

Por fim, a leitura dos periódicos locais sugere que, no período destacado, o professor e a escola pública passaram a ser valorizados pela formação moral, política e higiênica e que garantiriam a educação, tanto ao seu alunado, quanto aos seus familiares. Nesse período, a educação escolar ainda era vista como a redentora para salvar o país da ignorância, e em 1920, para garantir que todas as crianças em idade escolar estivessem na escola:

O sr. dr. Presidente do Estado promulgou a resolução legislativa que reformou a Instrução Publica do Estado. De accordo com essa nova lei, o ensino è obrigatório ás creanças de 9 a 10 annos, ficando os seus responsáveis sujeitos á multa ou prisão, no caso de contravenção. O ensino obrigatório será gratuito e constará do 1 e 2 annos dos Grupos Escolares (CIDADE DE BRAGANÇA, 16/12/1920, n. 2565, p. 1).

No próximo capítulo, à luz das considerações anteriores apresento e analiso a trajetória de Jubert em Bragança, mobilizando periódicos operários, periódicos locais e os processos do judiciário.

3. A TRAJETÓRIA DE JOSEPH JUBERT

3.1 A Imprensa: As Conexões Nacionais e Locais

É importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural (LUCA, 2005, p. 132).

A imprensa operária surge no século XIX e se intensifica no início do século XX, como forte difusor das greves operárias. Seguiu uma linha de publicação com base em princípios anarquistas; era normal os editores dos jornais operários atacarem Estado, Igreja e propriedade privada ao mesmo em que divulgava a ideologia libertária. Os anarquistas se colocavam contra esses grupos, por julgá-los autoritários e repressores, deixando os operários à mercê dos desmandos dos patrões apoiados pelo poder público.

As críticas eram realizadas através de artigos e com muitas charges, contendo sátiras, em especial, aos membros da Igreja, ou ilustrações que traziam o sentido de liberdade, publicadas em comemoração ao Dia do Trabalho. Nota-se, comumente, também, a troca de informações entre os líderes das Ligas Operárias e editores dos jornais, a disseminação da instrução através das Escolas Modernas segundo os princípios de Ferrer, além de posicionamentos, como o de se colocarem contra a guerra, pedindo a união de todos os trabalhadores em âmbito internacional.

Nesta pesquisa, tive a oportunidade de trabalhar com dois periódicos em especial: o jornal *A Lanterna* e o jornal *A Voz do Trabalhador*. No primeiro, a linha adotada é, nitidamente, anarquista, anticlerical e combativo. Nos artigos por ele publicados, foi possível perceber a ideologia anarquista, além dos pensamentos de militantes das mais diversas instituições e tendências, como membros da igreja, professores, estudantes e livres-pensadores. No segundo jornal, também de linha anarquista, tive acesso a discussões sobre o anarquismo revolucionário e o anarcossindicalismo. As opiniões se dividiam. Mas, geralmente, atacavam, diretamente, o Estado. Foi possível, por exemplo, observar várias críticas ao presidente Marechal

Hermes que se dizia pai dos operários, mas que assinou a lei que determinava a expulsão dos estrangeiros anarquistas do país.

Bragança, conforme já foi dito, era a quarta cidade mais populosa da região. Os periódicos circularam desde o final do século XIX. A imprensa jornalística em Bragança iniciou-se com os periódicos o *Século XIX* e *O Bragantino*, que circularam por dois anos, sob a responsabilidade do Sr. José Cândido Furquim de Campos. Existiu, também, *O Pica Pau*, impresso em Rio Claro e teve como responsáveis: Olympio da Paixão e Carlos Cruz. Seu intuito era confrontar o *Século XIX* (MARTINS; LAURITO apud ARAÚJO, 1982).

Em 17 de junho de 1877, funda-se o jornal *O Guaripocaba*, gerenciado por Manuel de Almeida Carneiro; os redatores desse jornal eram: José Guilherme Christiano, padre João Baptista de Oliveira Salgado, Pedro Álvares Coutinho, Nicolau Asprino, Joaquim Roberto de Carvalho Pinto e o próprio gerente Manuel Carneiro. Foi fundado por sócios do Club Literário Bragantino. No mesmo ano, foi fundado *O Mirim*, por José Maia, Waldomiro Guilherme, Olegário Ribeiro e outros (ARAÚJO, 1982).

A notícia virou ‘febre’. Nesse momento, se inicia a troca/intercâmbio de informações entre pessoas, cidades, estados e, até mesmo, países. Com o objetivo de informar a população, os periódicos começaram a divulgar as mais variadas notícias sobre política, propaganda, economia, guerras, greves, eleições, inclusive, destacando a importância do jornal e da leitura, conforme se observa: “A imprensa periódica e a sociedade precisam proteger-se mutuamente. [...] e a razão é que, se é pela sociedade que vive o jornal [...]. O jornal não é a palmatória do mundo. Sua missão é mais nobre e elevada: convencer, persuadir, moralizar e instruir [...]” (O GUARIPOCABA, 31/8/1879, n. 126, p. 1).

Depois do *O Guaripocaba*, tivemos a fundação dos seguintes periódicos em Bragança: *O Almiré* (1880); *Echo Bragantino* (1881); *Guaripocaba Mirim* (1883); *Lábaro* (1883); *O Bragancense* (1884); *O Bilontrinha* (1887); *Iris Bragantino*, *Diário de Bragança*, *Correio Bragantino*, *O Quinze de Novembro* (1889); *Rabiscos*, *Gazeta de Bragança* (1890); *Cidade de Bragança* (1895); *A Grinalda* (1896); *Gazeta Republicana* (1896); *Almanach de Bragança* (1899; 1902); *Commercio de Bragança* (1899); *Almanack de Bragança* (1900); *Anuário de Bragança* (1902); *O Republicano* (1902); *A Violeta* (1903); *Anuário de Bragança* (1903); *A Notícia* (1905); *Tira-Prosa* (1906); *O Ferrão* (1906); *O Domingo* (1907); *A Imprensa* (1907); *O Lyrio* (1908); *O Sorriso*

(1908); *Coió* (1910); *O Bilontra* (1910); *O Traque* (1910); *O Debate* (1910); *Aurora* (1911); *Bitu* (1911); *A Comarca* (1911); *Clarín* (1912); *Echos de Bragança* (1912); *A Faisca* (1912); *O Bragantino* (1912); *Almanach Bragantino* (1914); *A Renascença* (1914); *A Flexa* (1914); *O Beija-Flor* (1916); *O Imparcial* (1917); *O Lyrio* (1917); *Athenéa* (1918) (ARAÚJO, 1982).

Para além desses citados acima, também existiram *O Vampiro* (1891); *O Abutre* (1892); *Mez de Maria* (1893); *Revista do Colégio Azurara* (1894); *O K Buloso* (1900); *O Povo* (1901); *A Redenção* (1901); *O Domingo* (1907) (ALMANACK BRAGANTINO, 1914, p. 41-51).

No *Almanack de Bragança* de 1900, vê-se a propaganda da *Lidgerwood*, empresa que produzia máquina para beneficiar café, num momento em que já era grande a exploração da mão de obra, a utilização de máquinas, certamente, iria contribuir para a diminuição da oferta de trabalho. Com isso, haveria mais trabalhadores sem emprego. Saliento que essa fábrica foi uma das que ficaram paradas devido à greve de 1906.



Figura 18. Lidgerwood – máquina para beneficiar café, 15x9 cm
Fonte: *Almanack De Bragança*, 1900, p. 54.

Julgo importante contextualizar os periódicos e, para tanto, trago alguns exemplos, visto que elaborei esta pesquisa a partir de um processo-crime e periódicos da

época. É muito importante saber o que “estava por trás” do que era publicado pelos jornais. Por isso, é que me detive em casos noticiados como fatos desimportantes, corriqueiros. Por exemplo: a publicação de uma notícia de “acusação de assassinato” que, não se sabe por que razão, não constou na relação dos processos pesquisados, tampouco voltou a ser noticiada, fato que, no mínimo, sugere indícios de conflito e tensão na cidade envolvendo a elite tendo em vista os sobrenomes das pessoas citadas:

Compareceram ao tribunal para serem submetidos a julgamento Francisco da Silveira Leme e Luiz S. Leme, accusados como autores do assassinato de Antonio Oliveira Campos. O Ministerio Público estava sendo auxiliado pela mãe do assassinado, sendo esta representada pelo talentoso advogado e notável orador Dr Cerqueira Gama. Da defeza estava incumbido o ilustre tribuno politico e orador judiccario, Dr. Paula Novaes. A acusação levantou o incidente de não poderem ser julgados os accusados por não terem comparecido todas as testemunhas da accusação, não tendo algumas até sido notificadas. Depois de calorosa discussão o Dr. Presidente do Tribunal adiou o julgamento. Funcionou também neste processo o Dr. Juiz de Direito de Atibaia, por ser impedido o desta Comarca (CIDADE DE BRAGANÇA, 7/11/1897, n. 210, p. 2).

Percorri uma lista digital de 17.000 processos. Em apenas dois, consta o nome da vítima Antonio de Oliveira Campos; um deles é referente ao seu alistamento eleitoral em 1888 e o outro, a um inventário em 1897. Curiosamente, além de não conseguir localizar o registro do processo no arquivo, o nome do juiz impedido de conduzir o caso também não constou na notícia do jornal e nem o motivo do seu impedimento.

Em vista disso, recorro a Benjamin (1985, p. 198), quando afirma que a transmissão da experiência tendeu a diminuir na modernidade pontuando que “Basta olharmos um jornal para percebermos que seu nível está mais baixo que nunca, e que, da noite para o dia não somente a imagem do mundo exterior, mas também, a do mundo ético, sofreu transformações que antes não julgaríamos possíveis”.

O fato é que afirmações como essas revelam, claramente, qual era o status social do jornalista e qual era o papel da imprensa que, mostrando a serviço de quem estava, publicava o que era conveniente e ocultava o que era necessário. Importante e oportuno ressaltar que, por vezes, surgem notícias, da forma como a que foi publicada abaixo, com o título de “Pergunta”. Nela, se cobra o andamento do processo e o porquê do sigilo tendo em vista que não traz o nome do autor, possivelmente por medo de represália.

Em tempo foi feito um inquérito relativamente a umas arbitrariedades aqui cometidas por um alferes de polícia, Sabatier. Esse inquérito foi remetido a promotoria *ad hoc* visto o dr. promotor ser suspeito no processo; a remessa, como de costume, foi feito por intermédio do sr. dr. juiz de direito. Ora até hoje nada transpira sobre o facto, e em vista disto perguntamos a quem de direito o que é feito desse processo e porque não se lhe dá o devido andamento? *Um cidadão brasileiro* (CIDADE DE BRAGANÇA, 3/10/1897, n. 201, p. 3).

Diferentemente da notícia referente à “acusação de assassinato” que omite nomes e motivos envolvidos nela, é fácil perceber, adiante, como se adulterou o significado da imagem do movimento anarquista, nos periódicos, sobretudo nos periódicos bragantinos pesquisados. Tal adulteração da imagem contrapõe o anarquismo ao projeto liberal republicano, que tomava por desordem, as manifestações operárias por melhores condições de vida – defendidas pelos anarquistas – e por falta de civilidade, as estratégias de resistência e lutas adotadas pelos trabalhadores. Ordem e progresso! Para quem? Consultando, novamente, os periódicos e os processos, me deparei com essa mesma situação, quando eles se referem, de maneira tendenciosa, às manifestações operárias e às ações de Jubert.

Chamo a atenção para outro periódico, o *Cidade de Bragança*, que, circulando no período em que Joseph Jubert esteve em Bragança trazia, além das vozes de políticos, também, a discrepância no teor das notícias, em relação aos jornais de tendência anarquista. É oportuno ler esta notícia, que levou o título de “Incêndios de fazendas”:

No município de São Carlos do Pinhal teem se dado diversos incêndios de fazendas, ateados por mãos criminosas. É reclamada a ida de delegado da capital aquella zona, afim de apurar o que ha de exacto. Em uma das fazendas victima dessa perversidade, o seu proprietário garante que fizeram uso de material inflamável para iniciar o incêndio. Não andarâ nisto algum anarchismo? (CIDADE DE BRAGANÇA, 9/9/1897, n. 194, p. 1).

A seguir, com o título “Anarchistas”, trago a segunda notícia, que não diz o que eles fizeram para ser presos, mas afirma que eram anarquistas, o que, por si só, parecia ser suficiente para mostrar a periculosidade dos sujeitos, já em 1897:

Em Santos, no dia 4 deste, a polícia do porto effectuou a bordo do vapor Francez California, a prisão de dois anarchistas italianos de nome Nicola Selibo e Miguel Angelo, que vinham para S. Paulo. As prisões foram requisitadas pelo activo dr. chefe de Polícia do Estado (CIDADE DE BRAGANÇA, 9/9/1897, n. 194, p. 1).

Anuncia-se, no jornal *Cidade de Bragança*, a greve de Santos, como aborda a nota abaixo. Fala-se de autoridade policial, governo, mas, em nenhum momento, se pontua a necessidade da greve devido às precárias condições de trabalho. Em vários números que se seguiram, desse mesmo jornal, foi possível encontrar outras notícias sobre a mesma greve, mas sem se referir à necessidade dela, como esta: “Nova grêve acaba de manifestar-se em Santos. [...] O comércio está fechado, a autoridade policial reclama providencias do governo. As docas e o pessoal de descarga no porto suspendeu trabalhos” (CIDADE DE BRAGANÇA, 21/10/1897, n. 205, p. 1).

Localizei uma notícia que anuncia o fuzilamento de Ferrer. O autor usa de ironia, pelo fato de o condenado a execução não ser católico e demonstra mais sentimento pela condição do executor do que pela morte do professor,

Hoje, pela manhã, bem cedo, da minha cama eu ouvia o grito dos rapazes, vendedores de jornaes, pronunciando isto: “Olha a revolução na Hespanha”. É triste, mas é iniludível. A morte dum homem vae ser a causa, quiçá, de milhares de homens... Duas cousas fúnebres, me vêm agora encher a alma de commoção: uma, é o facto de Affonso XIII ser forçado a consentir o fuzilamento de Ferrer; outra é a dolorosa separação d’aquella senhora illustre do seu marido, prestes a tombar por terra [...] dizem que Ferrer não era catholico! [...] um tanto peor para ele... [...] Francisco Ferrer pertence ao numero desses martyres sucumbidos tragicamente por amor duma idéa; porisso mesmo, não posso deixar de sentir, bem no íntimo do meu ser, uma revolta que, ao mesmo tempo, me purifica os meus sentimentos de homem, bem no cerne da consciência. Agora, por toda a parte, se ouvem clamores de indignação por esse acto indigno do governo hespanhol [...]. Tenho dó, tenho compaixão da sua esposa [...] mas não deixo de ter dó de Affonso XIII, outr’ora tão sympatico para o mundo inteiro e hoje, quiçá, injustamente odiado” (CIDADE DE BRAGANÇA, 21/10/1909, n. 1446, p. 1).

De acordo com Moraes, a imprensa – um dos ‘pilares’ da modernidade – foi o canal utilizado pelos republicanos históricos para veicular as suas ideias e ideais como comprova o texto abaixo, com referência expressa ao jornal *O Estado de São Paulo*:

Este grupo dissidente [PRP Partido Republicano Paulista], favorecido pelo peso político crescente que vai assumindo o *Estadão* como instância de produção ideológica, torna-se centro de aglutinação de inúmeros intelectuais de prestígio e vários dos denominados educadores profissionais, passando a se apresentar como porta-voz da “elite ilustrada” do país e a se autodenominar “grupo do Estadão”. Assumindo-se como o único representante legítimo das aspirações “liberais democráticas” dos “republicanos históricos”, propõe-se a “republicanizar a República”, constituindo-se no principal núcleo de organização da Liga Nacionalista e, mais tarde, do Partido Democrático (MORAES, 2003, p. 329-330).

Parece-me que, em Bragança, não foi diferente, tendo em vista os posicionamentos políticos divulgados na imprensa.

3.2 Jubert Processado pelo Padre Leonardo em Bragança

Com que critério um historiador fala das lutas e agentes de uma época que não é a sua? A interrogação ganha amplitude quando lembramos que essa época ainda projeta sua força, suas categorias sobre o presente e sobre quem a historia (VESENTINI, 1997, p. 15).



Figura 19. Foto do professor Joseph Jubert, 10x7 cm

Fonte: *A Lanterna*, 26/7/1913, n. 201, p. 3.

A única foto localizada de Jubert em toda a pesquisa foi publicada no periódico *A Lanterna*, em 26/7/1913, na página 3, quando ele estava preso em São Paulo (1913). O fato de ele ter sua foto publicada num jornal sugere a visibilidade que ele tinha como reconhecido anarcossindicalista pelos companheiros desse periódico operário. Divulgou-se, ainda, que as doações (colaboração) para o pagamento da multa a que estava sujeito, por ter sido preso, deveriam ser enviadas para São Paulo.

Nessa época, Joseph Jubert estava com 35 anos (provavelmente tenha nascido em 1876). No Processo-crime de 1911, movido contra ele, declarou ser solteiro, professor, filho de Pierre Jubert⁴³, natural da cidade de Lion, na França, nacionalidade

⁴³ De acordo com o Processo-crime (1911), cx. 167, p. 29 – Fonte: CDAPH.

brasileira⁴⁴, residente⁴⁵ em Bragança há três anos. Foi um dos responsáveis pela fundação, em Bragança, da Liga Operária, juntamente, com seu secretário. Possuía o título da Guarda Nacional, de eleitor⁴⁶, e trabalhou como recenseador, fazendo parte do quadro de funcionários federais, conforme se observa o seu nome em destaque abaixo:

Recenseamento

Por acto do dia 10 do corrente, foram nomeados para o serviço de recenseamento nesta cidade: agentes municipaes: srs. Fernando Assis Valle e João Alves da Cunha Lima e recenseadores: srs. Julio Gonçalves da Silva, Francisco Araujo Braga, Benedicto Rodrigues do Prado, Antonio Augusto Ritton, **José Jubert**, Benedicto Cardoso, Angelo Romano, Luiz Gonzaga Cintra, Eugenio Baci, Bento José Gonçalves e João Cardoso (CIDADE DE BRAGANÇA, 13/11/1910, n. 1556, p. 1).

Tomei conhecimento de que Jubert teve uma companheira, Teresa Jubert⁴⁷, com quem teve o seu primeiro filho⁴⁸, em 1913. Não sei, precisar o momento em que se deu essa união, porém, na época em que Jubert esteve preso (São Paulo, 1913), encontrei uma nota no jornal *A Lanterna* na qual, sua companheira mostrava estar decepcionada por ter ido de Sorocaba a São Paulo, com sua família, e não ter sido permitido a ela ter contato com Jubert.

Ao pesquisar esse periódico, observei que não era comum serem publicadas fotografias de pessoas. Talvez, porque isso pudesse dar-lhes uma visibilidade que não era desejável num contexto em que os anarcossindicalistas, muitas vezes, eram perseguidos pela polícia. As caricaturas e ilustrações que estavam nas páginas desse periódico, normalmente, traziam o sarcasmo anticlerical como tema. Constatei que, em muitos dos artigos do jornal *A Lanterna*, os pedidos de união e solidariedade, entre os trabalhadores, eram frequentes, valores presentes também nos Estatutos da Liga, conforme se lê em seu artigo 15 “[...] todos por um e um por todos” (p. 3).

Para entender parte da trajetória de Jubert e o porquê de ele ter virado alvo de perseguição de determinados grupos sociais de Bragança (proprietários de fazendas,

⁴⁴ Impossível falar, com precisão, sobre a “nacionalidade brasileira” de Jubert, por falta de documentos.

⁴⁵ Jubert morou em Atibaia antes de ir para Bragança.

⁴⁶ De acordo com a nota publicada no jornal *A Lanterna*, 28/1/1911, n. 68, p. 1.

⁴⁷ Conforme nota do jornal *A Lanterna*, 19/7/1913, n. 200, p. 3.

⁴⁸ Conforme nota do jornal *A Lanterna*, 23/8/1913, n. 205, p. 3.

políticos do Partido Republicano⁴⁹, membro da igreja, autoridades e imprensa), tive que ampliar meu olhar e percorrer outras fontes documentais que apontavam outros indícios (GINZBURG, 1989) já percebidos durante a pesquisa.

Acreditei que esta pesquisa iniciava com a distribuição do Boletim, ocorrida no dia 18 de dezembro de 1910, fato que motivou a abertura do inquérito policial, no dia 20 do mesmo mês. No entanto, seguindo nesse viés, me deparei com uma notícia datada em 17 de dezembro de 1910, no jornal *A Lanterna*, com o título “Em Bragança”, que trazia um protesto de Joseph Jubert ao discurso⁵⁰ proferido, em Bragança, pelo secretário do bispo de São Paulo, contra os anarquistas, socialistas, livres-pensadores e jornalistas estrangeiros, conforme se observa a seguir:

O idiota [João Deusdedit de Araújo] com uma libra de cérebro que é actualmente secretario do físico bispo [Dom Duarte Leopoldo e Silva] de S. Paulo [...] afim de dar uma ridícula conferência. [Que] os imbecis do Centro Catholico⁵¹[...] o convidaram para que viesse mostrar os seus incisivos de lobo e ruminasse algumas imprecações contra os anarchistas, os socialistas e os livre-pensadores que se atrevem denunciar aos poderes públicos, a monstruosidade dos seus horrendos crimes que diariamente pratica. Esse bandido [...] vomitou um monte de imprecações contra os jornalistas estrangeiros e contra

⁴⁹ Em Bragança, essa era a composição do “Partido Republicano Paulista: Presidente – Cel. João Evangelista Gonzaga Leme, Vice-presidente – Dr. Nicolau Asprino Junior, Secretário – Dr. Zulmiro Carneiro, Membros – Dr. Virgilio de Carvalho Pinto, deputado pelo 6º districto e cel. Affonso O. Ferreira Pinto. E essa do Partido Republicano Conservador: Presidente – Dr. José Hermenegildo Pereira Guimarães”, maçon (no início da República quando não havia nenhum jornal em circulação) fundou o Quinze de Novembro junto com Sr. João Salles Pupo (ALMANACH BRAGANTINO, 1914, p. 43). Foi editor do jornal Gazeta Republicana junto com Joviano Telles em 1896 (idem, p. 46 e, também, do jornal Republicano travando polêmicas com o *Cidade* de setembro de 1902 a dezembro de 1903), Vice-presidente – Cel. Francisco Martins Ferreira Junior, Secretário – Major Alves da Cunha Lima e membros – Major Benedicto Rodrigues Moreira (esteve à frente da redação do jornal Cidade de Bragança em 1895, junto com João de Salles Pupo (idem, p. 44) e Cel. João Gatto (idem, p. 143).

⁵⁰ Esse discurso ainda precisa ser pesquisado. Pode ter ocorrido no momento dessa visita do Bispo e seu secretário em Bragança, que ocorreu no dia 7 de julho de 1910, com a finalidade de inaugurar a pedra fundamental da construção de uma pequena igreja que o centro católico realizaria sob a invocação de S. Vicente de Paula (nesta ocasião além do arcebispo e seu secretário de São Paulo estavam presentes orando os padres Luiz Rossi e Deusdedit e o professor Alcides Sangirardi – professor do Grupo Escolar, que veio a ser inaugurada em 23 de outubro de 1910. Essa inauguração contou com a presença da banda musical “15 de Outubro” (ALMANACK BRAGANTINO, 1914, p. 26), mantida pelo Clube dos Operários (provavelmente, artístico e recreativo, fundado em 1896) (ALMANACK PAULISTA, 1918, p. 303). O Centro Musical 15 de Outubro foi fundado em 1903 e teve como parte da primeira diretoria João da Silva Buenaparte (ALMANACK BRAGANTINO, 1914, p. 90), também fundador da Liga Operária de Bragança.

⁵¹ Jubert se refere aos membros da igreja de Bragança, provavelmente, mais especificamente, ao padre Leonardo.

todos os que detestam o prostíbulo da Igreja e combatem pela emancipação humana e racional. [...] Citando a campanha que lhe move a *Lanterna* e a *Battaglia*, na capital do Estado. Mas esse crápula não nos disse onde estão Idalina⁵² e Josefina estupradas e assassinadas por dois monstros de padres do seu quilate. [...] [Há] aqui também um padre Leonardo, que como um anjo de bondade foi surpreendido no quintal duma família ao pé duma jaboticabeira, a espera de administrar a sua bondade a certa mulher casada; – Joseph Jubert (A LANTERNA, 17/12/1910, n. 62, p. 2-3).

Na elaboração desta pesquisa, me deparei com fios que se imbricavam em uma grande trama. O anticlericalismo, as tensões relativas ao movimento operário e a crença em um conhecimento científico, cuja neutralidade, em íntima sintonia com o progresso das forças produtivas, seria suficiente para garantir o desenvolvimento social – podendo ser flagrado nas palavras de Jubert, que também desvela sua posição favorável ao laicismo. Outro aspecto que pontuei, com base nesse artigo, é que o Centro Católico citado por Jubert tomou a frente de várias iniciativas relativas ao ensino noturno e à filantropia em Bragança (GUIMARÃES, 2013).

A fundação do Centro Católico ocorreu em

[...] Agosto de 1902 [...] para arrigimentação de bons elementos com que se pudese contar, em qualquer emergência para a defeza da religião. Para colimir esse fim, o Centro deveria estar municiado com as valorosas armas da imprensa e das conferencias apologéticas. No tocante á imprensa, entrava no projeto uma bem montada Bibliotheca de obras catholicas e um jornal do Centro. Na parte relativa ás conferencias, o Centro promoveria de tempos a tempos athraentes festivaes, convidando oradores de nomeada para dissertarem sobre assumptos de actualidade e de oportunidade no campo catholico. [...] Não exorbitava também á acção do Centro a manutenção de uma escola nocturna para operários, na qual primasse sobre as demais disciplinas o ensino do catechismo (AGUIRRE, 1919, p. 50-51).

Nesse artigo, são desvelados os ideais de criação de um jornal, de uma biblioteca e de uma escola pelo Centro Católico, bem como, várias iniciativas filantrópicas, como:

⁵² O caso da Idalina, (desaparecida) – como os de tantas outras crianças – ganhou as páginas do jornal *A Lanterna* do período em questão. Foi, inclusive, publicada uma carta do pai da menina pedindo ajuda por não ter notícias dela. A notícia sobre o desaparecimento de Idalina também foi divulgada na revista *O Malho*, 25/2/1909, ano X, n. 441, p. 15, porém, por outro motivo. Depois de o caso ter sido relatado, a notícia termina com esses dizeres: “Assim não podemos fechar esta notícia, sem a repetição da frase que já agora deve ser um estribilho de honra, tanto para a polícia de S. Paulo, como para os religiosos do orfanato Cristovão Colombo: — Viva ou morta é preciso que a menor Idalina apareça!!!” No entanto, optei por citar apenas as notas que mencionam o professor Joseph Jubert, objeto desta pesquisa.

a fundação do Asilo de Mendicidade de Bragança em fevereiro de 1908, inaugurado em outubro de 1909 (ALMANACH BRAGANTINO, 1914). Tudo isso estava articulado às estratégias de divulgação e legitimação de valores católicos, não somente a instrução dos analfabetos. Naquela época, as elites de Bragança eram, em sua esmagadora maioria, católicas.

Em 1904, o Centro Católico mantinha essa escola, que funcionava à noite, recebia da Câmara Municipal a subvenção anual de 300\$000 réis⁵³ (ALMANACH BRAGANTINO, 1914, p. 81). Já em 1905, ampliou suas instalações, como registra a nota abaixo:

Novo Pavilhão

Esta semana devem ter inicio as obras do novo pavilhão que vae se levantar, anexo ao prédio do Centro Catholico para nele funcconar a escola noturna da mesma associação. O Sr. Coronel Affonso Ferreira deu o terreno, tijolos e a quantia de 50\$ para tal serviço. (A NOTÍCIA, 20/12/1905, n. 18, p. 2).

Suas aulas noturnas recomeçaram com 15 alunos matriculados (A NOTICIA, 27/1/1906). Essa escola foi inaugurada

Na noite de quarta-feira, pela directoria do Centro Catholico, foi installada em o prédio para esse fim construído na rua da Independência, a escola nocturna desta associação catholica. Depois de feita a matricula de grande numero de alumnos o sr. Padre Leonardo deu a bençãam [...] Os nossos aplausos a tão benéfica instituição, que sabe comprehender que o futuro da Pátria depende única e exclusivamente do levantamento intelectual e moral de nosso povo (A NOTICIA, 3/3/1906, n. 39, p. 2).

Salta aos olhos, nesse período, a preocupação com a educação dos trabalhadores, seja pela Igreja, pelo Estado ou por entidades operárias. Responsabiliza-se a escola pelo progresso do País. Já a notícia abaixo traz a informação de que padre Leonardo processou, por calúnia, o professor Jubert, bem como, ironicamente, pontua que escândalos envolvendo padres eram comuns. Mas seu autor sugere que, desta vez, esse

⁵³ Com esse valor, era possível comprar 1.000 kg de café (CIDADE DE BRAGANÇA, 22/12/1910, n. 1567, p. 2).

segundo processo se trataria de um pretexto para fragilizar Jubert. Sob tal perspectiva, cabe lembrar que esse padre foi citado em notícia anterior como tendo participado da inauguração da escola noturna do Centro Católico, em 1906. É digno de menção que esses dois processos contra Jubert tramitaram, praticamente, juntos, pois, ocorrem no mesmo período, o que me fez supor que se, se por um lado, tal estratégia visava minimizar a credibilidade do professor junto aos colonos e demais moradores da cidade, por outro, salientava o grau das tensões entre Jubert, o Centro Católico e esse padre. Após essas considerações, transcrevo a notícia:

É um methodo de que lançam mão, a falta de outro mais seguro e mais terrível, para fazer calar a imprensa livre, que não trepida em denunciar as tramoias dos tartufos [...] E não é só isso que os apavora, pois que um facto em que o padre appareça criminoso é logo divulgado pelos diários. O que mais os apavora é a tarefa demolidora que *A Lanterna* vai consummando com efficácia, ordem e tenacidade, e cujos efeitos o clero vai sentindo com as deserções sempre mais avultadas dos seus antigos fieis. Repositorio largo de scenas escandalosas, em que o padre é protagonista, é a secção “Telegrammas” de qualquer diário; são as notícias da imprensa toda com exceção da catholica. Não é, portanto, a publicação de uma correspondência de Bragança o motivo do processo, e sim o pretexto há muito esperado[...]. [Pois] já tem sido fartamente narrado o proceder do lovelace padre Leonardo sem que ninguém fosse chamado á responsabilidade [...]. Padre Leonardo não podia mover esse processo porque, de facto, é culpado de quanto se disse [...] (A LANTERNA, 31/12/1910, n. 64, p. 1).

O coronel Afonso Ferreira⁵⁴ foi o presidente do Centro Católico e o padre Leonardo o vice-presidente. Representavam a elite letrada da cidade e a igreja. Neste caso, caminhavam juntas e significavam o poder político em Bragança. Diante dessa constatação, me reporto a Thompson (apud TABORDA, 2008, p. 158):

[...] as regras e categorias jurídicas penetram em todos os níveis da sociedade, efetuam definições verticais e horizontais dos direitos e *status* dos homens e contribuem para a autodefinição ou senso de identidade dos homens. Como tal, a lei não foi apenas imposta de

⁵⁴ Affonso Olegario Ferreira Pinto foi fazendeiro da lavoura de café (ANNUÁRIO, 1902, p. 194), vice-presidente da primeira diretoria da Empresa Elétrica Bragantina (p. 68), presidente da Beneficência Mutua Bragantina em 1912 (p. 71), presidente do Centro Católico e teve seu retrato colocado no salão nobre do edifício social em 2/10/1909 (p. 81). O Gremio Commercial chegou a funcionar em um sobrado na rua Direita, em sua propriedade (p. 84). Foi presidente do Asilo de Mendicidade e Igreja de S. Vicente de Paula, inaugurados em 1908 (p. 24-25), (ALMANACH BRAGANTINO, 1914, foi presidente da Câmara de 1896 a 1899).

cima sobre os homens: tem sido um meio onde outros conflitos sociais têm se travado.

Assim, quando o padre Leonardo criticou a livre imprensa, e o professor Jubert denunciou seus atos em Bragança, no jornal anarquista *A Lanterna*. Temos um confronto de visões de mundo, valores e práticas, que ganha contornos legais, quando se materializa na forma de um registro escrito levado para os processos-crimes, por injúrias cometidas por Jubert ao Padre Leonardo, em dezembro de 1910. Mas deve-se atentar para o fato de que, nesse processo-crime aberto contra Jubert, estavam envolvidos interesses políticos, econômicos e religiosos. Sendo assim, entendo, via Thompson, que as regras e categorias jurídicas abrem brechas para se investigarem outros conflitos além daqueles para os quais parecem, exclusivamente, se voltar.

Logo, a possível articulação entre os dois processos, que correm simultaneamente, no ano de 1911, contra Jubert, pode sugerir outros conflitos de interesses que não estão registrados nos autos. Sobre o objetivo das leis, padre Manuel Bernardes, um contemporâneo daquele período, afirma que

As leis são como teias de aranha; se cái nelas uma pedra rompe-as e fica ileza, se cái uma mosca, fica preza e paga o seu descuido ou atrevimento. Assim os grandes zombam das leis, e os castigos de se quebrantarem fica só para os pequenos (A VOZ DO TRABALHADOR, 15/12/1913, n. 45, p. 2).

E através das palavras dele, podemos constatar que no clero também existiam distintas visões de mundo e posicionamentos políticos.

Na mesma ocasião, encontrei outra notícia sobre o padre Leonardo trazendo a informação de que ele havia processado *A Lanterna*. Ainda aparecem dois nomes de peso da política bragantina: Asprino Junior⁵⁵ e Vicente Guilherme⁵⁶. Essa notícia, Jubert

⁵⁵ Foi advogado, organizou o Anuário de Bragança de 1904, colaborou com o jornal *O Republicano*, que funcionou de 7/9/1902 a 9/12/1903, com o jornal *A Notícia*, p. 48, em 1910; foi presidente da associação Beneficência Mútua Bragantina (p. 71), presidente em 1910 e 1911 do Circolo Musicale e Beneficente Italiano Carlos Gomes (p. 93). Em 1911, foi presidente do Clube Literário e Recreativo (p. 101), vice-presidente do Partido Republicano Paulista (p. 143).

⁵⁶ Apenas para termos a clareza de sua influência em Bragança, posso citar este fato: “O illustrado advogado Vicente Guilherme offerece a seus innumeros amigos um *pic nic* no pittoresco arrabalde da Penha, ao qual comparecem mais de quinhentas pessoas” (ANNUARIO DE BRAGANÇA, 1902, p. 44). Foi presidente da Câmara entre 1902 e 1904, organizou o Annuario de 1904, foi colaborador no jornal *Cidade de Bragança* (p. 45), foi presidente da Assembleia Geral do Grêmio Comercial (p. 85). Em 1903 e 1905, foi presidente do Clube

nomeia como: “As proezas do padre Leonardo – O efeito das nossas correspondências – O processo contra *A Lanterna*”

Contra *A Lanterna* [esta] sendo iniciado um processo movido pelo padre Leonardo Gioiele, vigário de Bragança, estando encarregados desse santíssimo acto os drs. Asprino Junior⁵⁷ e Vicente Guilherme⁵⁸. O rival de S Faustino⁵⁹ em pureza e castidade julgou se injuriado com a correspondencia apparecida em nosso numero e assignada pelo nosso correligionário Joseph Jubert [...]. Desfalecida, pálida, prestes a succumbir nas anciãs dum jesuitismo sem nome, envolta num denso véo da noite tenebrosa, estava a população de Bragança, trilhando ao rumo de um abysmo – a decadência. Dormia!... Tudo era rezas, tudo ignorância. Aqui a meiga criancinha crescendo ao murmúrio do catecismo sem ter quem lhe desse um exemplo de liberdade, de independencia e de progresso. [...] Joseph Jubert (*A LANTERNA*, 31/12/1910, n. 64, p. 2).

Padre Leonardo, ao processar o jornal *A Lanterna*, causou muita indignação aos seus editores e leitores. Notei isso ao ler a extensa notícia que saiu na primeira página desse jornal. Nesta, Jubert conta, com detalhes, as aventuras do padre Leonardo. E esta recebe o título: “O estrebuchar dum tartufo: As [proezas] do [padre] Leonardo”

[...] é realmente um grande consolo para os porcos coroados ver os anticlericais na prisão, já que não os podem assar vivos, como faziam nos tempos, [...] da Inquisição. [...] Se digne mandar intimar o cidadão Edgar Leuenroth, editor do mesmo jornal, para, na 1.^a audiência deste

Literário e Recreativo (p. 101); foi vice-presidente do Partido Republicano Paulista (p. 143) (ALMANACH BRAGANTINO, 1914).

⁵⁷ Foi advogado, organizou o anuário de Bragança de 1904, colaborou com o jornal *O Republicano*, que funcionou de 7/9/1902 a 9/12/1903, com o jornal *A Notícia*, p. 48, em 1910. Foi presidente da Associação Beneficência Mútua Bragantina (p. 71), presidente, em 1910 e 1911, do Circulo Musicale e Beneficente Italiano Carlos Gomes (p. 93). Em 1911, foi presidente do Clube Literário e Recreativo (p. 101), vice-presidente do Partido Republicano Paulista (p. 143).

⁵⁸ Apenas para termos a clareza de sua influência em Bragança, posso citar este fato: “O illustrado advogado Vicente Guilherme offerece a seus innumerados amigos um *pic nic* no pittoresco arrabalde da Penha, ao qual comparecem mais de quinhentas pessoas” (ANNUARIO DE BRAGANÇA, 1902, p. 44). Foi presidente da Câmara entre 1902 e 1904, organizou o Anuario de 1904, foi colaborador no jornal *Cidade de Bragança* (p. 45), presidente da assembleia geral do Grêmio Comercial (p. 85). Em 1903 e 1905, foi presidente do Clube Literário e Recreativo (p. 101); foi vice-presidente do Partido Republicano Paulista (p. 143) (ALMANACH BRAGANTINO, 1914).

⁵⁹ Padre Faustino Consoni foi chefe do Orfanato Cristóvão Colombo (*A LANTERNA*, 5/6/1913, n. 198, p. 2). De acordo com nota publicada, matou Idalina Stamato, de 10 anos de idade, com pancadas de pá na cabeça no momento em que ela tentava fugir do orfanato (*A LANTERNA*, 31/12/1910 n. 64, p. 1).

juízo, vir exhibir o autographo do artigo mencionado. [...] Porque tivemos a ousadia de ofender a castidade do malandro explorador de imbecilidade dos pobres de espírito que dá pelo nome de Leonardo Gioele. [...] Levamos o nosso atrevimento ao ponto de dizer que o padre Leonardo foi surpreendido no quintal de uma família, ao pé de uma jaboticabeira, á espera de administrar a sua bondade a certa mulher casada; e pela mesma bondade esse bandido tonsurado saltou uma janella de certa casinha, que de medo do marido achal-o perdeu até o chapéo na rua [...]. Estamos assim a braços com um processo, que com certeza nos valerá alguns mezes de cadeia. [Mas] Que importa isso? [...] quando todos os bandidos têm o domínio da política, não é de estranhar-se que os homens honestos [...] sejam mettidos na prisão. [...] (A LANTERNA, 7/1/1911, n. 65, p. 1).

Para além de trazer as peripécias desse padre, a notícia termina ressaltando o fim que se espera do processo contra *A Lanterna*: a prisão de seu autor. Além disso, traz também a denúncia de que a polícia estava à mercê dos desmandos políticos.

A notícia abaixo registra a indignação de Jubert por ter sido processado pelo padre Leonardo. Nela, Jubert reafirma suas convicções e intenções e ainda denuncia as ameaças sofridas por ter exposto o padre. Lendo o texto abaixo, Jubert passa a ideia de ter plena consciência do risco que corria por ter escrito esses artigos contra o padre:

Dizer que se deve esconder uma verdade, quando, proclamando-a, resulta uma guerra como a que está formando, equivale dizer que a verdade para os jesuítas em Bragança é um flagello. Mas eu como não conheço outra razão na Vida a não [ser] a verdade em si, deixo os impulsivos que intimidem todos os empregados da Camara Municipal e se armem até os dentes, cerrando fileiras no largo da Matriz, sob o commando dos coronéis da briosa, com mãos de pilões em punho, ordenando o massacre dos que se atrevem a denunciar ao publico as bandalheiras de D. Juan Leonardo. Dar a vida em defeza da verdade, embora isso desencadeie uma guerra civil ou produza um cataclismo humano, entrechocando duas ideias num fabuloso desastre bragantino, que eu traço estas linhas, morrerei contente! [...] O fim da natureza humana é chegar á sua máxima perfeição de liberdade e de independência. [...] embora sinta rugir a dôr por causa da pura verdade que expuz nas minhas correspondências. A aggressão, o assassinato e a covardia é a divisa catholica. Joseph Jubert (A LANTERNA, 14/1/1911, n. 66, p. 2).

O anticlericalismo de Jubert, novamente, aparece com vigor. A notícia seguinte se refere às ameaças, às juras de morte que Jubert vinha recebendo, ao suposto boicote dos fazendeiros à Liga Operária e, também, à decisão do bispo sobre a transferência do padre Leonardo Gioiele de Bragança para Santos.

[...] tenho um monte de cartas anonymas em que avisam, que aconselham toda aprecaução e mesmo neste momento acabo de receber um recado que é o seguinte: “o’José, o Felicio Fagundes disse numa venda que os Lemes juraram te mandar assassinar, por isso te aviso: ande precavido”. [Até] resolvi fazer o meu testamento. Obedeço á paixão pelo saneamento moral, como Galileo obedecia á paixão pela sciencia [...]. [Mas] corre a notícia que no próximo domingo haverá uma grande reunião de fazendeiros para boicotarem a Liga Operária, lançando mão de todos os recursos para combatel-a. Se tal causa fizerem a luta será contra si proprio e a Liga nada tem a temer porque Ella é a fonte productiva, e se não encontrar trabalho aqui o incontrará nos municípios vizinhos. Esperemos pelos acontecimentos. Joseph Jubert. [...] O padre Leonardo bateu as azas de Bragança. [...] O bispado julgou que com esse meio nos faria calar e encobriria o escândalo. Imbecis! É isso mais que uma prova de que só dissemos a verdade, a pura verdade [...] (LANTERNA, 21/1/1911, n. 67, p. 1).

Pode-se perceber, pelo conteúdo dessas notas, que as relações entre Jubert, o padre e os fazendeiros que lhe davam guarida deveriam ser bastante tensas. As ameaças de morte sugerem que ele se tornou mais que um incômodo para a família dos coronéis da cidade. Especialmente, para a família Leme, suas ações colocavam em xeque a vida privada⁶⁰ dos membros dela, bem como, a postura do grupo republicano local que pregava que o progresso deveria se pautar pela disciplina⁶¹ e virtude do trabalho, neste caso, apenas o das classes laboriosas.

Seguindo a sequência das notícias encontradas, está uma nota na página 1 do exemplar n. 67, de 21/1/1911, do jornal *A Lanterna*, que me chamou a atenção porque, em determinado trecho dela, aparecem referências a Jubert. E Edgar Leuenroth o editor do jornal, mencionava mesquinhos e fins políticos, algo como uma acusação de que eles estariam envolvidos com algum partido político

Sobre nós e, principalmente, sobre o nosso amigo Joseph Jubert pesam graves ameaças de violências [...]. Não queiram também attribuir á esta nossa campanha mesquinhos fins políticos. Não estamos mettidos em partido algum e isso toda gente o sabe. O unico responsavel pelo que aqui apparece é o editor do jornal que tem o seu nome no cabeçalho.

⁶⁰ Ver o texto SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: *História da vida privada no Brasil 3: república da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

⁶¹ Ver o texto THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina e trabalho. In: THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudo sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 267-304.

Verifiquei, na nota seguinte, que Jubert foi convidado a acompanhar os policiais até a delegacia de Bragança. Chegando lá, foi revistado por um policial. Além disso, o delegado Joaquim Cândido de Azevedo Marques⁶² o ameaçou dizendo-lhe que, se ele continuasse a falar sobre a vida do padre, não teria problema em fazê-lo calar, de acordo com a leitura abaixo:

[...] No domingo, 22 do corrente, apenas tinha saído da casa do advogado João Lima, onde tinha ido dar o ponto como recenseador, recebi um convite, por três soldados, para comparecer na delegacia policial. Investido no cargo de empregado federal, eleitor, e em pleno gozo dos meus direitos civis e políticos, não desobedeci. [...] chegou o dr. delegado Azevedo Marques, e ordenou logo ao sargento que me passasse uma revista da cabeça aos pés, encontrando-me um pequeno canivete de cortar papel, com o qual pretendia o dito sargento ficar. Terminada a revista, começou o dr. delegado a fazer-me um sermão sobre as minhas correspondências. Terminou por ameaçar-me na vida e na liberdade, se continuasse a denunciar as bandalheiras do *virtuoso* padre Leonardo. Proibiu-me de andar armado. [...] Disse-me mais que a segunda vez que me encontrasse na polícia não saberia o que faria de mim. (!) [...] O próprio dr. delegado não corou em dizer-me que, se não mudasse de vida, ele saltaria os limites da lei e empregaria todas as violências, até ao extremo que fosse necessário, para fazer-me calar. [...] Joseph Jubert (A LANTERNA, 28/1/1911, n. 68, p. 1).

Acerca da notícia acima, primeiramente, quero chamar a atenção para João Alves da Cunha Linha, que era o advogado para quem Jubert prestava conta como recenseador e que, após 1913, foi venerável da Loja Amor da Pátria (Maçonica). Foi sócio efetivo fundador do Clube Literário Bragantino e secretário do Partido Republicano Conservador. Na Coletoria Federal, atuou como ajudante do Procurador da República (ALMANACH BRAGANTINO, 1914). Logo, é possível supor uma proximidade de Jubert com a maçonaria e também entender, mais adiante, por que esse professor foi chamado de heremita.

Na sequência, perguntei-me se a notícia anterior sobre os “mesquinhos fins políticos” teria a ver com a racha⁶³ entre o Partido Republicano bragantino, citado por Franceschi (2013) e Medeiros (2013). Supus que sim. Mas será necessário realizar uma pesquisa detalhada no jornal *A Comarca*⁶⁴ para afirmar, categoricamente, sobre tal fato.

⁶² Delegado que deu abertura ao inquérito, após a denúncia da distribuição do Boletim.

⁶³ A “racha” se deu a partir de uma cisão no grupo político em Bragança, formando salistas que apoiavam Campo Sales e gliceristas que apoiavam Francisco Glicério.

⁶⁴ Foi comprada uma pequena tipografia em Itatiba que deu início ao semanário com o título de *A Comarca*, gerenciada por Olympio de Oliveira e localizada no largo da Matriz, n. 39. Sua

De acordo com Franceschi (2013) e Medeiros (2013), *A Comarca* defendia a oposição (PRC), enquanto o jornal *Cidade de Bragança*⁶⁵ trazia a voz do PRP. Logo, a oposição, em Bragança ao Partido Republicano Paulista, seria o Partido Republicano Conservador, ligado ao partido do presidente Hermes da Fonseca. A notícia abaixo também menciona a exibição de Boletim:

Opposição política local – a muita força o partidarismo extremado do grupo oposicionista de Bragança. Convocou-se para domingo ultimo uma reunião em que deviam ser discutidos assumptos de magna importância para essa aggreminação. Tal reunião, porem, não deu os resultados desejados e redundou numa exhibição de boletins espalhafatosos. Seria deprimente, sinão fosse irrisório. [...] Onde está pois a moral republicana tão pregada e com tamanho estardalhaço alardeada pela gente da oposição? [...] Para que a cohesão pareça verdadeira e a importância do partido real, andam agora os hermistas a cavar a acta da reunião, assignaturas de gente que nem pensou em lá ir [...]. E como nós a junta de S. Paulo não se deixará embahir pela parolagem torrencial e pela miraculosa arithmetica do nosso ineffavel P.R.C [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 23/2/1911, n. 1.585, p. 1 apud FRANCESCHI, 2013, p. 82).

Seguindo o rastro dos chamados hermistas, encontrei uma notícia que, além de se reportar ao caso do padre Leonardo, aborda o fato referente à distribuição do Boletim em Bragança, que gerou o processo-crime contra Jubert. Embora esse jornal esteja com data de 4 de fevereiro de 1911, provavelmente, se trate da denúncia que gerou o inquérito no final de 1910. Pelo fato de o jornal *A Lanterna* localizar-se em São Paulo, é possível que as denúncias e protestos feitos por Jubert demorassem algum tempo para serem publicados. No início da nota, Jubert afirma que, se ocuparia de outro assunto não menos interessante que o Padre Leonardo, a comissão de 20 fazendeiros que se uniram para fazer a denúncia sobre a distribuição do Boletim feito por ele. No fim da nota, Jubert comenta:

primeira publicação foi em 18 de janeiro de 1911. Os primeiros colaboradores do jornal foram: Theophilo Lopes da Silva, Laudelino Leite, Alipio Leme e Leoncio Leme. No mesmo ano, no dia 20 de abril, foi vendido à junta hermista. A partir do dia 30, os responsáveis pelas publicações foram: José Hermenegildo Pereira Guimarães e Waldemar Ferreira, mas esse jornal contou com colaboradores: Satyro Zotico, João de Salles Pupo, Benedito Moreira e outros. Por questões políticas, sob a gerência de Benedicto Cardoso até 26 de maio de 1912, ocorreram grandes polêmicas entre a *Comarca* e o jornal *Cidade* (ALMANACH BRAGANTINO, 1918, p. 50-51).

⁶⁵ Jornal fundado em 3/11/1895 pelo gerente José Villagelin, pelo redator Benedito Moreira e por João de Salles Pupo. Era publicado de quinta e domingo, órgão do Partido Republicano.

Uma voz de indignação se faz ouvir por toda parte, contra todos os exploradores do trabalho, [...] dos humildes colonos, que lutam de sol a sol para adquirir um misero pedaço de pão banhado de suor [...] que vivem todavia sob o regime da mais negra escravatura e da maior crueldade dos fazendeiros escravocratas, que a tanto tempo vem inaugurando, nas fazendas, um regime de multas e de prepotentes arbitrariedades [...]. O dr. delegado de polícia [...] ignora os princípios mais elementares do nosso direito publico, tratou de instaurar um processo moldado aos caprichos de seus patrões. [...] Na audiência criminal de 26 do p. p. [26 de janeiro de 1911] o meretissimo dr. juiz de direito⁶⁶ julgou-se suspeito, ficando agora o campo aberto para o Sr. Penna⁶⁷ reunir todos os farrapos mal alinhavados da sua inteligência [...]. Conforme o resultado, levarei ao conhecimento da imprensa indígena e estrangeira, para que façam propaganda da emigração para esta comarca, com as nossas recommendações. Joseph Jubert (A LANTERNA, 4/2/1911, n. 69, p. 2-3).

Diante dessa situação, restava ao professor Jubert denunciar as precárias condições de vida dos colonos em Bragança, e ameaçar que levaria o caso ao conhecimento da imprensa indígena e estrangeira; a imprensa – que se torna um importante veículo de circulação de ideias e lutas políticas, das quais apenas os letrados podiam participar.

A notícia⁶⁸ encontrada na sequência, Jubert, comentou que o advogado José Maximo Pinheiro Lima⁶⁹, cruzou o Atlântico com o objetivo de encontrar tribunais em que houvesse processos (semelhantes ao Processo-crime) que pudessem ajudá-lo a condená-lo. Também afirmou que existiam três grupos distintos em Bragança, que planejavam como agir a fim de colocá-lo na cadeia, conforme abaixo:

São três grupos separados um do outro nos planos da perseguição, estão todos reunidos na infamme commun de ver se podem [...] com os meus costados numa [...] prisão [...] creiam, leitores, que é a primeira vez também, que se levanta a mim a consciência da grande

⁶⁶ Dr. Manoel José Villaça (PROCESSO-CRIME, 1911, p. 46).

⁶⁷ Promotor Dr. Alexandre Moreira Penna (PROCESSO-CRIME, 1911, p. 46). Foi sócio classe A, parág. 1 do art. 5 dos que pagaram 5\$000 por mês no Clube Literário e Recreativo (ALMANACH BRAGANTINO, 1914, p. 101).

⁶⁸ Essa nota possui falha na digitalização (corte de letras na lateral), mas está no jornal *A Lanterna*, 29/4/1911, n. 84, p. 4, escrita por Joseph Jubert em 12/4/1911, localizada no site da Biblioteca Nacional.

⁶⁹ Juiz da Comarca de Piracaia (nomeado em 2/3/1911) atuou no caso processo-crime contra Jubert quando o juiz de direito de Atibaia julgou-se impedido de atuar (PROCESSO-CRIME, 1911, p. 69). Foi colaborador do jornal *Cidade de Bragança* (ALMANACH BRAGANTINO, 1914, p. 46). Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo e organizador do Anuário de Bragança de 1902; Ajudante de ordens da 30ª Brigada de Cavalaria (ANNUARIO DE BRAGANÇA, 1902, p. 133).

[...] desde que vejo acommetido de [...] cães damnados e tenho força [...] para esmagal-os perante a opinião pública (A LANTERNA, 29/4/1911, n. 84, p. 4).

Possivelmente, esses três grupos mencionados por Jubert sejam compostos pelo poder público local, pelos fazendeiros e pelos membros da Igreja.

A última notícia que localizei, especificamente, sobre Jubert, no jornal *A Lanterna*, em 1911, traz sua condenação em razão do processo movido pelo padre Leonardo e a dificuldade da defesa na apelação. Suponho que, nesse momento, ele tenha saído de Bragança rumo a Sorocaba. Vê-se, então, a seguir, como se deu essa condenação:

[...] padre Leonardo Gioiele, o celebre ex vigario de Bragança. [...] denunciado nas suas santas immoralidades, [...] processar [ou] [...] nosso collaborador Joseph Jubert. [...] Passaram-se alguns mezes e agora apparece-nos uma sentença condemnando aquelle nosso amigo a cinco mezes e tanto de prisão e uma multa de quatrocentos e tantos mil réis. Para se conseguir essa sentença procedeu-se infamemente. Os juizes de Bragança e outros lugares deram-se por suspeitos, indo o processo cair nas mãos do juiz de Piracaia que deu essa vergonhosa sentença [...]. Para completar a infâmia estão agora os satélites do padre conquistador de mulheres casadas a diffcultar a defesa de Joseph Jubert. “Prova bem isso a seguinte nota da *Cidade de Bragança*, jornal por certo insuspeito no caso: Pessoas interessadas e merecedoras de todo o conceito, reclamam o não recebimento, na capital do processo-crime movido pelo revmo. padre Leonardo Gioile contra Joseph Jubert, que tendo sido condemnado, appellou da sentença para o Tribunal da Justiça. Os autos desse processo, conforme nos informou o primeiro tabelião capitão Octaviano Machado foram postados e regist[r]ados na Agencia desta cidade no dia 3 do corrente e até hontem não tinham chegado ao Tribunal de Justiça em S. Paulo”[...] (A LANTERNA, 19/5/1911, n. 87, p. 2).

Localizei outra notícia de julho de 1911, no jornal *Cidade de Bragança*, transcrita pelo *Correio Paulistano* que não só comenta o caso do padre Leonardo como, também, acusa Jubert de envolvimento com o partido hermista (PRC). Julgo ser falsa essa acusação que tem como intuito desmoralizar Jubert diante dos colonos.

Ainda que uma parcela dos operários apoiasse o marechal Hermes, outro fato que descaracteriza o envolvimento de Jubert com os hermistas era a publicação de frequentes notas, nos jornais, que Jubert era parceiro, repudiando e ironizando atos políticos de Hermes da Fonseca, como a exemplo desta “a estas horas [...] deve ter sido já sancionado, pelo Marechal Hermes [...] a reforma da lei de expulsão. É mais um jesto

carinhoso, é mais uma prova insofismável da colossal amizade do atual fardado presidente para com os ditos *operários*” (A VOZ DO TRABALHADOR, 1/1/1913, n.º 22, p. 2).

Após ler tal nota, evoquei esta afirmação de Blanqui “No mundo político não há princípios, há apenas compromissos” (AVOZ DO TRABALHADOR, 15/12/1913, n.º 45, p. 1), porque talvez, ela retrate bem o que os anarquista – sobretudo, Jubert – pensavam a respeito da política naquele contexto.

Retornando ao jornal *Cidade de Bragança* do início de 1910, momento em que eu ainda nem sabia da presença de Jubert em Bragança, localizei essa nota que parece ter sido o início de toda a briga política entre os partidos. Podemos inclusive, nela, identificar três membros pertencentes à Liga Operária: Julio Gonçalves, Benedicto A. Ricci e Luciano Candido Ribeiro. Contudo, o nome de Jubert não aparece.

O partido hermista

A acreditar-se o que se refere o “São Paulo” de segunda feira ultima, a acta da “reconstituição” da junta hermista desta cidade foi assignada por cento e poucos “eleitores” [...], para o unico e modernissimo fim de fortalecer a rachitica facção [...] se constatou é que na lista publicada [...] figuram por duas vezes, os seguintes nomes: - Fernando Valle, Jacintho Osorio, José Francisco dos Santos, Antonio Berelli, Carlos Bonifacio de Andrade, Antonio Ferreira de Carvalho, Arthur Muniz de Medeiros, José Francisco Ramos, Pedro Cezar, Julio Gonçalves, [...], Olegario Boni [...], Benedicto A. Ricci, Olympio Brasil, Victor Cuoco, Angelo Romano, Luciano Candido Ribeiro, Henrique Antonio Cardoso, Carlos Lauria, Innocencio Pinto Tavares, José Gomes de Moraes, Romão de Souza Pinto, Antonio Carlos de Oliveira, João Antonio Marques e Eugenio J. de Oliveira. Ha ainda diversos nomes repetidos, com uma simples alteração de um dos sobrenomes, taes como Adolplho Franco de Camargo e Adolpho Francisco de Camargo, além de outros casos verdadeiramente engenhosos. E veja-se como se fabrica um partido arregimentado e forte! Não, srs. Hermistas, não confundam o aço da Mallat como o aço da gloriosa e virgineadurindana de vosso illustre candidato. São cousas diversas e que se repelem (CIDADE DE BRAGANÇA, 6/1/1910, n. 1468, p. 1).

Posso supor diante dessa nota que, quando Jubert chegou à cidade, tenha se articulado, estrategicamente, a um grupo de pessoas que se posicionaram contra o partido dominante local (PRP). No entanto, creio que não comungava de suas ideias.

A discussão sobre política, no jornal *Cidade de Bragança*, era frequente. Localizei uma página, onde só havia críticas aos hermistas, com o título de *Alfinetes*. Esse artigo questionava o fato de a Liga Operária não ser presidida por operários,

afirmava ser um contrassenso a América ter sido chamada de asilo da pobreza europeia e também comentava sobre a ausência de advogados na conferência realizada. Na nota publicada acima com o título: ‘O partido hermista’, conforme mencionei, não constou o nome de Jubert, apenas de Julio Gonçalves da Silva, João da Silva Buenaparte e Benedicto Ricci, o que me fez supor que o professor não tivesse interesse em ouvir políticos e capitalistas, pois, de acordo com os *Estatutos da Liga Operária*, no seu art. 4, era dever do associado “Abster-se de se envolver em questões políticas ou religiosas, salvo nos casos em que houver relação directa com os fins da mesma ou com o interesse da classe geral dos operários” (1910, p. 2).

A notícia abaixo aborda a indignação dos fazendeiros, e afirma que a Liga Operária deveria se chamar “Liga Política” por ter à frente dela um capitalista e como orador um advogado. Porém, como pontei anteriormente, “João Alves da Cunha Linha, que era o advogado para quem Jubert prestava conta como recenseador”, era maçom, da Loja Amor da Pátria e do partido Republicano Conservador, realmente um hermista, mas não era membro da Liga. A notícia também se refere à indignação pelas injúrias levantadas por Jubert ao padre Leonardo e ainda menciona a condenação de Jubert, conforme se lê:

[...] a fundação dessa ‘Liga’ que se devia denominar ‘Liga Política’ realizára-se no Theatro Bragantino, no dia 14 de Agosto do anno passado sob a presidência de um capitalista, que teve a seu lado, um orador official, um advogado, ambos chefes políticos do partido hermista. [...] reina grande indignação entre os fazendeiros deste município [...]. Os colonos, ingênuos em sua maioria, vão se deixando arrastar por essa onda [anarquista] sempre completamente illudidos. [...] Em 17 de dezembro do anno próximo findo, Joseph Jubert [...] dirigia horríveis injurias contra muitas famílias [...] e contra o ex-coadjutor desta parochia, revmo. padre Leonardo Gioiele [...]. Ao mesmo tempo [...] distribuía-se pela cidade no dia seguinte, boletins aconselhando os colonos em geral a declararem-se em greve. [...] as famílias bragantinas viram surgir [...] a luminosa sentença proferida pelo juiz do direito dr. José Maximo Pinheiro Lima, condemnando um dos chefes da “Liga”, autor das injurias, que por esse motivo bateu as lindas plumagens, depois de ver confirmada a brilhante sentença [...] (CORREIO PAULISTANO, 15/07/1911, n. 17226, p. 5-6).

Completando a notícia acima. São citadas três fazendas onde ocorreram greves, além da referida no processo de distribuição do Boletim iniciado em 1910. Nela, alega-se que os colonos não estavam interessados em acordo. No entanto, conforme Hall (1989), os colonos conseguiram um pequeno aumento no pagamento.

Mais tarde, deu-se uma greve de colonos na fazenda do Sr. Albano da Silva Leme⁷⁰, situada no bairro da Ponte Alta. Foi então censurada a uma das pessoas da “Liga” essa greve e ahi é que souberam os chefes que o sr. Albano da Silva Leme, era mesmo parente da família Leme, o alvo da perseguição, porém era cunhado do sr. Arsenio Martins Ferreira, pertencente á facção hermista. Foi um engano, portanto, e assim trataram de acalmar os grevistas, aconselhando para não continuar a greve. [...] Hoje, são os colonos das fazendas do tenente-coronel Affonso Ferreira, d. Angela Dell’Anesi e d. Maria Cintra Ferreira, que também illudidos e instigados pela “Liga”, se acham em grêve, [...] nenhum accôrdo se fez [...] (CORREIO PAULISTANO, 15/07/1911, n. 17226, p. 5-6).

Ainda de acordo com Hall (1989), a greve que permaneceu por, aproximadamente, vinte dias e chegou a paralisar cerca de 1.000 grevistas de seis ou sete fazendas, motivou a vinda de 30 soldados da milícia do governo de São Paulo após solicitação feita à polícia local. Esse fato chamou atenção, visto que esses relatos não constavam nos documentos, até então, analisados. Para Hall (1989) ainda, esse ato repressivo da polícia tinha como objetivo prender Benedicto Cardoso, secretário da Liga Operária e editor do jornal hermista local. Conforme nota de rodapé, eu tinha conhecimento de que Benedito esteve à frente do jornal *A Comarca* até 1912, mas me surpreendi com o fato de ele estar à frente da Liga Operária. No entanto, tudo começou a fazer sentido, uma vez que Jubert, provavelmente, já não estava mais em Bragança, e Benedicto Cardoso teria assumido a liderança da Liga Operária, em seu lugar. Foi quando localizei um quinto processo-crime analisado, que trata da abertura do inquérito policial contra Benedicto Cardoso de Oliveira e outros, com data de 14 de agosto de 1911. Os motivos foram os mesmos que levaram Jubert a ser processado: distribuição do Boletim e incitação à greve.

Tanto a leitura dos processos, quanto a leitura das notas publicadas nos periódicos de Bragança e outros, apresentam Joseph Jubert como uma pessoa que fugia ao estereótipo de professor, pois esteve à frente das greves, liderou o movimento operário, enfrentou fazendeiros e empresários desafiando as autoridades policiais. Era, em suma, o oposto do que desejam as elites letradas urbanas, liberais e positivistas formadoras de professores obedientes, civilizados, ilustres, beneméritos e distintos.

⁷⁰ Alferes do 79º Batalhão da Reserva (ANNUARIO DE BRAGANÇA, 1902, p. 132).

É importante situar que, ao trazer para a discussão as notícias divulgadas nos periódicos locais e nacionais, pontuando a briga entre o professor Jubert e o padre Leonardo, tive o cuidado de apresentar excertos que sinalizassem como questões políticas e religiosas locais estavam imbricadas em aspectos mais amplos do cenário nacional, como, exemplo disso, a instrução pública. Pois havia, na cidade, uma escola organizada pela igreja, o grupo escolar – laico – e o projeto de uma escola racionalista. Isso sugere que a República recém-criada possuía vínculo com a Igreja e também com a maçonaria.

3.3 Joseph Jubert em Sorocaba e a sua Prisão

Seguindo adiante na pesquisa, exatamente como eu acreditava que iria acontecer, Joseph Jubert se mudou para Sorocaba, mesmo tendo sido condenado no processo impetrado pelo padre Leonardo Gioiele. Sua condenação ocorreu em terceira instância, após os juízes das comarcas de Bragança e Atibaia serem impedidos de atuar no caso. Depois de o processo tramitar na comarca de Piracaia, é que se deu a condenação pelo crime de injúrias impressas.

Joseph Jubert possuía outro sobrenome, Revier ou Rivier. Encontrei as duas grafias. Existe a possibilidade de Jubert ter passado a usar esse outro sobrenome com intuito de despistar o Poder Judiciário e os grupos que incluíam fazendeiros, imprensa de Bragança, que o perseguiam. Possivelmente, já no final de 1911, estava dando aulas para os operários e seus filhos, em uma Escola Moderna noturna, fundada pela Liga Operária com apoio do jornal *O Operário*, em Sorocaba.

A nota abaixo comenta os temas apresentados por alunos (inclusive os orientados por Jubert) que foram oradores em uma noite de comemoração:

Conforme publicação do *O Operário*, de 26/05/1912, p. 2, entre onze oradores da noite festiva, oito eram “gentis operárias” que falaram sobre a questão social, o desinteresse dos padres em relação aos trabalhadores, a emancipação feminina, a revolução social no México, a Escola Moderna e seu valor (por Luiza Candiota, “uma criancinha, pode-se dizer”). Ainda, “o menino João Martins fallou sobre a anarchia filosófica”. Deve ser salientado que entre os onze oradores, nove eram alunos da Escola Moderna, orientados por Joseph Jubert Revier (FERREIRA, 2009a, p. 142).

Na Escola Moderna, em Sorocaba, que iniciou suas atividades em novembro de 1911, Joseph Jubert, possivelmente, tenha permanecido até o ano de 1913, pois, em 1914, o identifiquei como responsável por outra Escola Moderna, em Bauru, fato que confirmou Ghiraldelli Jr. (1987, p. 129) quando atesta que “Em Bauru existiu a Escola Moderna mantida pelo professor e marceneiro Joseph Jubert”. Nota-se que, como em Bragança, Jubert exerceu mais de uma profissão. Além de professor e recenseador. Em Bauru, ele foi professor e marceneiro.

De acordo com Ferreira (2009, 142-143), “[...] a relação entre os operários, a escola e o professor, em alguns momentos, parece não ter sido de todo tranquila”. No artigo do jornal *O Operário*, selecionado pela autora, ao qual Jubert deu o título de “Não posso calar”, ele comentou, com indignação, que, em nenhum outro país em que esteve, viu algo parecido com a atitude de um rapaz das camadas populares em Sorocaba: ele apedrejava as alunas ao saírem da escola. Fez-se necessário, por isso, recorrer à polícia, conforme se lê abaixo:

Em todos países que percorri, Europeus e Americanos, desde as mais populosas cidades aos mais afastados sertões, não encontrei um operário análogo ao de Sorocaba. Este é a suprema vergonha do mundo inteiro, que até para funcionar a escola da União Operaria, sob as bases racionalistas, é preciso a protecção da policia. E é preciso notar que não é nenhum burguez e nem filhos da burguesia que assaltam a escola com imprecações chegando até a apedrejar moças alumnas quando se retiram para suas casas; são essa escoria social que aborrecem a virtude; o cultivo intellectual, o respeito, enfim, tudo quanto pode afastar o individuo da tendência do mal e erguel-o ao nível do homem civilizado (O OPERÁRIO, 2/6/1912, p. 1 apud FERREIRA, 2009a, 142-143).

No seu desabafo expresso no artigo acima citado, Jubert parece concordar com Lozano quanto a um sentimento de indignação. No caso de Lozano, a indignação, era por ser um anarquista odiado pela sociedade, pois esse autor via a sociedade como interesseira, mesquinha, apegada somente no dinheiro, a qual não valorizava a vida, enquanto ele se posicionava a favor da igualdade social, da vida, como se constata abaixo:

A sociedade em que vivemos é muito interesseira: tudo se faz pelo maldito dinheiro e pela ambição [...], povos se lançam a guerra e se trucidam mutuamente [...]. Essa sociedade não póde ezistir muito

tempo assim porque esta cimentada sobre o crime [...] essa sociedade [...]me odeia porque sou anarquista, anti-religioso, anti-militarista, anti-patriota, anti-alcoolista, anti-monetarista, anti-tabagista, anti-prostituísta, anti-político; enfim, por ser contra uma sociedade infame, hipócrita e falsa. É por isso que o homem que sustentar esta idéia bela e sã que se chama Anarquia está desprezado por toda a parte, até pela própria família [...]. Francisco de D. Lozano. (AVOZ DO TRABALHADOR, 15/11/1909, n.º 20, p. 3).

Joseph Jubert, além de professor da Escola Moderna em Sorocaba, inaugurada com grande presença de alunos. Após a Liga Operária ter sido fechada pela polícia, colaborou com o jornal *O Operário*, que participou da organização da Liga. A nota abaixo também anunciou a inauguração de outras Escolas Modernas, nos moldes de Ferrer, em S. Rosália e Votorantim; para ambos os sexos.

O Jornal O Operário teve importante papel na organização da Liga Operária de Sorocaba [...]. A “Liga” foi responsável pela criação de uma escola noturna para crianças operárias, tendo como professor Joseph Revier, também colaborador do jornal [...]. Edgar Rodrigues registra a existência da Escola da Liga Operária de Sorocaba [...] “fundada em 21/11/1911” [e que] em 15 de setembro de 1911, a “Liga Operária de Sorocaba, [...] havia sido fechada pela polícia, [mas] inaugura a sua escola noturna com grande frequência de alunos”. “O Operário” [...] 1912 informa a “criação de uma escola moderna em Votorantim, para ambos os sexos e, uma outra em S. Rosália”. (FERREIRA, 2006, p. 161).

Em 1912, Jubert também estava à frente da defesa de operários na cidade de Votorantim, conforme se lê “Os operários da fábrica do Banco União podem julgar-se entre os mais infelizes. Amedrontados, curvam-se, como os escravos das épocas passadas, diante do tipo implacável e odioso desse gerente que se impõe pela força como o princípio e o fim do mundo” (A LANTERNA, 16/11/1912, n. 165, p. 4). Nesse mesmo período, já funcionava a Escola Moderna em Votorantim como informa a nota acima.

As denúncias de Jubert sobre a exploração contra os funcionários das indústrias em Votorantim provocaram a reação de um promotor de justiça (que tentou expulsá-lo da cidade) e de um bacharel em direito chamado Octavio, que o processou. Jubert acreditava que, por ter nacionalidade brasileira e título de eleitor, se isso ocorresse, possivelmente, seu destino seria o Acre, conforme se lê na nota intitulada “Uma fita do século XX”:

Em Sorocaba, um quixotesco e ridículo promotor publico, carola e fanático da politicagem, talvez unico nesse gênero no Estado de São Paulo, vive jurando e prometendo a todo mundo que me ha-de deportar do território nacional, arranjando para isso depoimentos dum caften, do carcereiro e dum arranjador de firmas para a mistificação de protestos. Apesar de meu inimigo capital, o dito promotor não tem pejo de acompanhar um processo que o bacharel Octavio me está movendo a pedido dos argentários industriais. [...] O sr. Secretario da Justiça logo receberá um pedido de expulsão, talvez para o Acre, pois que, como brasileiro, eleitor etc. não me hão-de querer deportar para a Cayena ou a Ilha do Diabo⁷¹ [...] (A LANTERNA, 28/12/1912, n. 171, p. 3).

Barreira⁷² (2002, p. 7) faz menção à expulsão de Jubert, possivelmente, devido aos artigos que Jubert publicou em protesto à sua expulsão. Porém, ele não foi expulso do país, ao menos até 1915, ano em que localizei os últimos registros deles. Ainda de acordo com o autor, Jubert foi condenado. O jornal teve a sua publicação interrompida, voltando a circular em outubro de 1913. Esse fato ocorreu dois meses após Jubert ser libertado da prisão, conforme se nota abaixo:

Em 26 de outubro de 1913, com a edição de número 169, o jornal [O Operário] voltou a circular. Em nota editorial, intitulada “Reaparecendo”, Castro Lima apresenta ao leitor as razões da prolongada interrupção na edição do jornal: a expulsão do país de Joseph Juber, que assumira a direção do jornal em janeiro de 1913. Em fins de 1912, Juber respondia a processo judicial que contra ele fora aberto com base na lei Adolpho Gordo⁷³, que então passou a disciplinar a expulsão de estrangeiros do país. As “razões” da abertura desse processo ainda precisam ser investigadas. No jornal, encontrei indícios de algumas delas que deverão ser rastreados. Ao que tudo indica, Juber deve ter sido condenado e, conseqüentemente, expulso do país. Com esse episódio, o jornal *O Operario* encerrava, de fato, um ciclo de vida bastante fértil (BARREIRA, 2002, p. 7).

Uma nota publicada por *A Voz do Trabalhador* faz menção ao processo, à absolvição e à pretensão de expulsar Jubert do país, assim como, comenta sobre a

⁷¹ Localizadas na Guiana Francesa.

⁷² Deixo, aqui, meus sinceros agradecimentos ao Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira, que me atendeu, com toda presteza e atenção, e me indicou vários livros sobre anarquismo, num momento delicado da pesquisa, pois meu único contato com a temática era por meio dos processos e periódicos, sem nenhum referencial teórico sobre o assunto.

⁷³ Decreto n. 1.641, de 7 de janeiro de 1907. Ementa: Providência sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional (CAMARA DOS DEPUTADOS).

intenção de fechar a União Operária de Sorocaba, numa tentativa de acabar com o movimento operário local. Conforme relato feito por Barreira (2002) acima, Jubert estava à frente do jornal *O Operário*, no início de 1913, denunciando os “mandos e desmandos” de empresários locais. Porém, desse processo, ele foi absolvido.

SOROCABA – A jentalha vadia de Sorocaba – a que vive explorando o povo trabalhador – [...] tem infamemente procurado destruir e anular o prestígio que no meio operário é mais devido á sua orientação, tem a União Operaria de Sorocaba. Mas não ficou só aí a infâmia da jentalha de cazaca e batina: ainda pretendendo expulsar o nosso camarada Josef Joubert, como não houvesse um crime era preciso arranjar: Joseph Joubert havia escrito algumas verdades pelo *O Operario* da mesma localidade [...]. E o nosso camarada foi processado. Mas por uma aberração da sorte, Joubert foi absolvido. Agora os meios são outros: querem *matar* o movimento operário dali, talvez mandando fechar a Uniao Operaria [...] (A VOZ DO TRABALHADOR, 1º/2/1913, n. 24, p. 3).

Um aspecto a se pontuar é que, nesse período, os jornais, além de trazerem as notícias, era comum a comunicação entre eles, que possibilitava a troca de mensagens entre as Ligas Operárias. Encontrei, em uma coluna do mesmo jornal acima citado, na seção “Bilhetes e Recados”, um comunicado de Jubert, no momento em que ele estava sendo perseguido por publicar denúncias no jornal. Parecia responder a uma mensagem de apoio como podemos notar adiante, pelas suas próprias palavras:

J. J. – Ciente da tua comunicação. É necessário energia. A luta tem desses revezes, porém, si assim não fosse não poderia haver estímulo. Esses revezes representam as barreiras a enfrentar; portanto: enfrentemol-as e venceremos. Saude! (A VOZ DO TRABALHADOR, 1º/3/1913, n. 26, p. 4).

Fazendo esta pesquisa, num dado momento, localizei uma notícia que cita os dois processos movidos contra Jubert. No entanto, ainda não tenho a informação se a condenação se deu pelo processo aberto em Sorocaba ou pelo processo em Bragança, movido pelo padre Leonardo. O autor lembra que ocorreu da mesma maneira, tanto em Bragança como em Sorocaba: inventaram um processo-farsa para condenar Jubert. Porém, ele foi absolvido, pois a queixa foi julgada improcedente

Processo-farça contra o companheiro Jubert – [...] Sabem os nossos leitores o que com ele se deu em Bragança, onde residiu por algum tempo. Existindo lá um padre safardana, bandalho, muito atoa

enfim, o tal Leonardo Jaboticabeira, [...] Moveram-lhe um processo e, por meio dos costumeiros arranjos, condenaram-no a alguns meses de prisão e mais uma multa em dinheiro. Agora repete-se o mesmo facto em Sorocaba. Joseph Jubert, pondo-se sempre do lado dos operários, denunciou um facto condenável verificado numa oficina daquela cidade, enfrentando também com altivez um bacharelete que saiu em defesa dos exploradores. [...] entretanto o trunfo [saiu] às avessas, terminando o processo farça com a sua impronuncia. O juiz encarregado da causa [...] julgou improcedente a queixa [...] (A LANTERNA, 22/2/1913, n. 179, p. 3).

Logo após o jornal *A Lanterna* se manifestar sobre o processo contra Jubert em Sorocaba, foi emitida uma nota pelo *Correio Paulistano*, a Appellação Crime na qual constava a absolvição do anarquista Jubert, a acusação de se passar por jornalista, sua posterior condenação e pagamento de multa, como está explicitado abaixo:

[...] a appellação crime interposta pelo distincto advogado dr. Octavio Moreira Guimarães contra a absolvição do anarchista revolucionário Joseph Jubert, accusado por delicto de injurias impressas. [...] é geralmente antipathico aqui pelas suas idéas de destruição tem tomado parte saliente nas greves [...]. Até há pouco aquella (e) indivíduo, arvorando-se em jornalista, subscrevia no extincto periódico “O Operario” uns artigos violentos e insultuosos [...]. Foi por um desses artigos, offensivo à honra do dr. Octavio Moreira Guimarães, que o perigoso anarchista se viu processar [...], tendo conseguido a sua absolvição. O autor do processo[...] recorreu ao Tribunal de Justiça [...] [e] Joseph Jubert foi comdemnado a quatro mezes de prisão cellular e a multa de 450\$ grau médio do artigo 318 do Codigo Penal (CORREIO PAULISTANO, 30/3/1913, n. 17.846, p. 3).

Apenas para efeito de comparação, mostro as coisas que poderiam ser feitas com o valor da multa (450\$000) que Jubert foi obrigado a pagar: a assinatura anual do jornal Cidade de Bragança – 15\$000, que poderia ser renovada durante 30 anos, ou, ainda, comprarem-se 1.023 litros de arroz ao custo de \$440 cada litro⁷⁴, perfazendo um total de 450\$120 réis. (CIDADE DE BRAGANÇA, 22/12/1910, n. 1567, p. 2).

A respeito da condenação de Jubert, localizei esta informação: “Foi hoje transcripta na secção-livre do ‘Cruzeiro do Sul’, a notícia que enviamos ao ‘Correio Paulistano’ sobre a condemnação do anarchista Joseph Jubert” (CORREIO PAULISTANO, 2/4/1913, n. 17.849, p. 4). Dias depois, noticiou a prisão dele,

⁷⁴ No jornal, colocou-se litro, em vez de quilo, como no caso do café.

chamando-o de anarquista porque explorava o trabalhador sorocabano e se dizia professor de uma Escola Moderna, advogado e jornalista:

Foi recolhido ao xadrez [...] o individuo Joseph Jubert, anarquista perigoso [...], que veio para Sorocaba com intuitos subersivos, foi condemnado pelo Tribunal de Justiça [...], elle já andou ás voltas com a justiça publica de Bragança, não tendo cumprido a pena estabelecida por te fugido. Jubert, que fundára aqui uma Liga Operaria, explorava o proletário sorocabano, dizendo professor duma escola moderna, advogado, jornalista, etc. [...]. Desesperado com a sua decadência [...] Jubert decidiu vingar-se dum modo original: atacando violentamente os políticos, a polícia, os burguezes e a primeira sociedade da nossa cidade [...]. Coube ao illustre moço dr. Octavio Guimarães [...] provocar o aniquilamento dum jornal pernicioso e fazer expiar ao impulsivo anarquista [...]. Jubert deve cumprir pena na Penitenciaria dessa capital, ficando na cadeia local até que se de a vaga necessária (CORREIO PAULISTANO, 13/4/1913, n. 17.860, p. 4).

Pontuo que o *Correio Paulistano* havia publicado uma notícia já dada pelo jornal *Cidade de Bragança* que tinha o mesmo teor, procedendo da mesma maneira que o *Correio Paulistano*. Cumpre, porém, atentar para o fato de que, neste jornal, Jubert é identificado como professor e advogado.

Não encontrei nenhuma informação sobre sua formação, como professor ou advogado, mas é necessário dizer que Jubert, conforme citado anteriormente, possuía instrução necessária para se defender das acusações em Bragança, sem a presença de um advogado. Conhecia as leis e foi professor da Escola Moderna em Sorocaba e Bauru, e publicou vários artigos no jornal *A Lanterna*.

Dois dias após, o jornal publicado no Rio de Janeiro comentou sobre a perseguição a Jubert e questionou o operariado sorocabano sobre ao posicionamento dele diante desse fato. Ainda afirmou que essa perseguição era obra da ‘jesuitada’ de Sorocaba, o que sugere a relação de membros da igreja com o poder público, como no caso de Bragança. É possível observar que esse fato ganhou proporções maiores recebendo a notícia o título de “‘Infame Perseguição’” como podemos ver abaixo:

Já tivemos ocasião de nestas colunas referirmos-nos a perseguição que as autoridades dessa localidade veem movendo contra os camaradas concientes que não se cançam por levar ao operariado sorocabano as razões da organização de suas classes em associação, afim de unidos exigirem aquilo que tem direito como verdadeiros manipuladores do progresso e da grandeza social. A infame perseguição é que é açulada pela jesuitada dali, viza especialmente o nosso amigo Joseph Joubert,

que há sido um esteio valiozo no meio em que vive. Mas, perguntamos o que faz o operariado sorocabano diante de tanta miséria contra um companheiro que tem afrontado impassível ás iras desses malvados, propagando os ideais nobres e puros da regeneração das classes exploradas? Um jesto de dignidade, operários de Sorocaba! (A VOZ DO TRABALHADOR, 15/4/1913, n. 29, p. 3).

O comício para o qual Jubert solicitou autorização para ser realizado, antes de ser preso pelo crime de injúrias impressas, não ocorreu. Mas Jubert foi preso, justamente, no momento em que foi à delegacia solicitar tal autorização. Provavelmente, ele ignorava o resultado do julgamento, pois entre a publicação do *Correio Paulistano*, no dia 30 de março de 1913, sobre sua condenação, e a publicação desta, no mesmo jornal, no dia 13 de abril de 1913, anunciando sua prisão, não localizei nenhuma outra que mencionasse tal fato.

Não se realizou o comício contra a carestia da vida, que estava anunciado para ante-hontem, no Pavilhão Sorocabano, comício esse aventado pelo anarquista Joseph Jubert, que, conforme fomos os únicos a noticiar, [pois] acha-se recolhido na Penitenciaria da capital, cumprindo uma pena pelo crime de injurias impressas. O anunciado comício devia ser levado a effeito por alguns amigos de Jubert, o que não se deu, entretanto, por motivos que ignoramos (CORREIO PAULISTANO, 16/4/1913, n. 17.863, p. 3).

A última notícia d'A *Lanterna* que encontrei sobre Jubert, antes de sua prisão, foi referente à queixa que tinha sido julgada improcedente. Mas, em uma nova notícia, o editor do jornal reclama da falta de informação sobre o paradeiro de Jubert e informa saber apenas que ele foi preso em Sorocaba e levado para São Paulo para a penitenciária cujo diretor era o dr. Pinheiro, aquele que foi acusado de forjar o inquérito sobre o 'caso Idalina', a menina que desapareceu do orfanato em São Paulo (vide nota 52).

[...] Joseph Jubert foi condenado pelo Tribunal de Justiça, que reformou a sentença do juiz daquela cidade. No dia 15 do corrente chegou ele preso a esta capital, tendo sido presenciado por muita gente o seu embarque em Sorocaba, assim como o seu desembarque em S. Paulo. [...] apesar disso as autoridades se teem negado a indicar [...] onde se encontra a vitima da torpe perseguição! [...] No domingo passado fomos à Cadeia Publica onde nos disseram que ele lá não se encontrava. Nesse mesmo dia a companheira de Jubert veio de Sorocaba [...] foi á cadeia [...] onde lhe disseram que ele deveria estar na Penitenciária. Também lá não lhe forneceram informação alguma. [...] O [mesmo] director da Penitenciaria [...] dr. Pinheiro e Prado [...] [que] forjou o inquérito sobre o caso Idalina, fazendo aparecer a pobre

órfã na pessoa de Maria Madalena [...] (A LANTERNA, 26/4/1913, n. 188, p. 3).

A publicação abaixo dá continuidade à já manifestada indignação sobre a falta de informação do paradeiro de Jubert e as violências praticadas contra Adolfo Anta⁷⁵. Trata, também, do comício, realizado por iniciativa do Grupo de Estudos Sociais, em protesto contra a violência policial e, ainda, da prisão do operário Zenon, efetuada depois dessa manifestação. Também informa sobre o pedido de *habeas corpus* em nome de Jubert, no qual consta a informação de que ele se encontrava internado na penitenciária,

[...] Em São Paulo um grupo de homens livres espalhou um vibrante boletim expondo [as] violências que Adolfo Anta está sofrendo [...]. No Rio, por iniciativa do Grupo de Estudos Sociais, está-se promovendo uma agitação publica [...]. [Publicou-se] o boletim [...] convidando o povo para o comício [...] no largo Carioca. [...] Depois de falar o brilhante jornalista dr. Orlando Corrêa Lopes, condenando com energia as violências praticadas pelas autoridades policiais [...] contra o povo trabalhador, tomou a palavra o operário Zenon Budaschefzki. [...] os fieis cães de guarda de S. Belisario [...] atiraram-se então sobre o povo [...] [e] depois do comício prenderam o amigo Zenon [...]. De Joseph Jubert não se conseguiu saber o paradeiro. O juiz, despachando o habeas-corpus requerido em seu favor, informou achar-se ele internado na Penitenciaria [...] (A LANTERNA, 1º/5/1913, n. 189, p. 2).

No Dia do Trabalho, identifiquei outro protesto sobre a prisão de Jubert: “A estas horas ri de alegria e bate palmas a burguezia de Sorocaba: está na prizão [...] o bom camarada Jozeph Jubert que, [...] foi condenado por que teve o brio de dizer verdades nuas e cruas [...]. A [ele] enviamos [...] protestos de solidariedade” (A VOZ DO TRABALHADOR, 1º/5/1913, n. 30, p. 3).

Encontrei um artigo sobre as manifestações e comícios ocorridos no dia 1º. de maio, na então capital, Rio de Janeiro, que contaram com a presença de Zenon, Edgar Leuronth, além de outros três anarquistas. Após o tumulto promovido por policiais, Edgar Leuronth foi preso, mas liberado logo depois, devido ao protesto realizado por trabalhadores

⁷⁵ Era um operário que foi preso em janeiro de 1913 em Santos e levado para o Rio de Janeiro, local onde aguardaria a sua expulsão. Foi preso no momento em que levava um pedido da Federação Operária de Santos à autoridade policial, para a realização de um comício em protesto das rígidas leis (A LANTERNA, 19/4/1913, n. 187, p. 2).

As 4 horas da tarde, realizou-se no Largo de São Francisco o comício convocado pela Federação Operária, que havia distribuído um concizo manifesto explicando a origem do 1º de Maio. [...] falaram [...] os companheiros Luiz de França, Cecílio Vilar, Demetrio Minhana, Zenon Bidazewski e Edgar Leuenroth ambos vindos de São Paulo. Estes camaradas expuseram aqui a situação horrível dos trabalhadores naquele estado [...] quando a multidão se havia em grande parte dispersado [...] os esbirros fizeram uma de suas costumeiras bravatas; promoveram tumulto, rezelando ser prezo [...] Edgar Leuenroth, que pouco depois, já na delegacia, foi posto em liberdade ante o protesto popular que tomava vulto (A VOZ DO TRABALHADOR, 15/5/1913, n. 31, p. 2).

A notícia a seguir traz uma crítica sobre a virtude do trabalho, na perspectiva da imprensa burguesa que veicula ideias que vão de encontro à realidade, exemplo disso: o caso de dois operários chapeleiros, mortos em confronto com a polícia no momento em que se manifestavam. O autor ainda orientou os operários para protestarem contra a prisão de Jubert, como ato de solidariedade, por ter se sacrificado por eles.

Nesta cidade, a imprensa disse que “o trabalho é a couza mais digna e mais bela, é uma verdade, é um dever é a vida”. Os que escrevem isso porém não seguem esses preceitos, mas vivem a ludibriar a humanidade. Os que escrevem isso tem a sua consciência manchada por sangue do operário (2 chapeleiros), e que portanto dizem muito sobre o trabalho, mas não o querem conhecer: são hipócritas. O operariado provavelmente não cuidará do que dizem estes maus pastores, mas seguirá as doutrinas do camarada Jubert, que por eles se sacrificou até a prisão. Nós esperamos que o operariado dali seguirá a orientação dada [...] reclamando a liberdade de Jozeph Jubert, que tanta falta aí faz. Fazendo isso farão um dever, que é a pratica da solidariedade [...] (A VOZ DO TRABALHADOR, 15/5/1913, n. 31, p. 2).

Durante a prisão de Jubert, segundo o observado, várias notas de protesto foram publicadas sobre o caso. Ele, porém, não demonstrou nenhuma esperança de ser solto: “Dentro dos meios legais, resta ainda o recurso extraordinário ao Supremo Tribunal, do qual nada ha entretanto a esperar, pois aquela gente não tem tempo a perder com a sorte dos que vivem cá no subsolo da sociedade”(A LANTERNA, 24/5/1913, n. 192, p. 3).

A nota abaixo se refere à primeira visita que Jubert recebeu na prisão, após dois meses sem nenhuma comunicação. Mediante licença, sua companheira Teresa Jubert e alguns parentes conseguiram visitá-lo. Lá, o encontraram com ânimo e disposto a

retornar ao combate. Na prisão, como forma de tortura, Jubert foi privado de escrever, e para ler, recebeu apenas livros sobre religião.

[...] após dois meses de absoluta incomunicabilidade, poudes Jubert ser visitado na Penitenciaria. [...] sua dedicada companheira, [e] alguns parentes [...], conseguiram conversar com o nosso estimado camarada [...] encontraram-no de animo forte, armado da sua indomável energia de sempre, mostrando-se decidido a retomar o seu posto de combate assim que se veja livre [...] da justiça dos argentários⁷⁶ jesuítas que dominam esta terra. É essa vontade férrea que o ajuda a suportar as torturas morais a que está sujeito. Sim, Jubert está sendo torturado moralmente, pois não lhe permitem escrever e para a sua leitura só fornecem livros religiosos! [...] não consta dos anais da justiça penal que alguém condenado por delito (?) de imprensa, tenha cumprido a pena na Penitenciaria. E Jubert foi para lá remetido, enquanto na Detenção encontram-se criminosos já condenados, como Bibiano, o famigerado padre protestante que cometeu uma serie incontável de sádicas santidades [...] (A LANTERNA, 5/6/1913, n. 198, p. 2).

O autor do artigo acima, além de denunciar que não consta nos anais da justiça penal um delito relacionado à imprensa que tenha justificado o cumprimento de pena em uma penitenciária, ainda faz menção ao caso do pastor Bibiano, já condenado e cumprindo pena na penitenciária por violentar, sexualmente, crianças do orfanato. Embora Jubert estivesse defendendo os direitos dos trabalhadores, cumpriu pena como se fosse um bandido.

A respeito do pastor Bibiano, localizei, num periódico bragantino, uma nota que esclarece o crime citado no artigo acima. Nota-se que a violência de um estuprador, se comparada às acusações feitas a Jubert, parece ser coisa menor. Outra questão a destacar: Jubert, além ficar preso, teve que pagar uma multa de 450\$000, o que não consta na nota que se refere ao pastor

O pastor Bibiano

Entrou em julgamento na capital, no dia 14 do corrente, o celebre processo em que é réu Bibiano Eugenio de Castro, accusado de ter [...] violentou [ado] diversas meninas, depois de se comprometter perante as mães das suas victimas de que lhes daria educação, vestuarios e alimento [...]. O conselho de sentença [...] concedeu] a condemnação do réu a 13 annos de prisão cellular (CIDADE DE BRAGANÇA, 17/4/1910, n. 1496, p. 1).

⁷⁶ Ricos.

Voltando ao caso de Jubert. Encontrei, no jornal *Correio Paulistano*, uma notícia informando que o advogado que o processou iria pedir perdão para o restante da pena. “O distinto advogado [...] dr. Octavio Moreira Guimarães, que [...] processou o anarquista Joseph Jubert por crime de injurias impresas, vae requerer perdão para o resto da pena [...]” (CORREIO PAULISTANO, 10/6/1913, n. 17.918, p. 3).

Embora a notícia acima faça referência a um possível perdão da pena Parecia, na verdade, tratar-se de uma manobra estratégica com a intenção de demonstrar a generosidade do dr. Octavio. Muito mais um “jogo de cena” do que uma verdadeira preocupação sua com a liberdade de Jubert, visto que, pela nota abaixo, percebe-se que não era tão fácil conseguir a liberdade antes do prazo tendo em vista o valor da multa. Solicitava-se, inclusive, que se fizessem doações com o nome de cada colaborador, como se constata abaixo:

[...] tendo ficado sem efeito, pelas razões já aqui expostas, a colecta pró-Kropotkine, passamos, com a devida autorização, para esta subscrição a seguinte lista:

Gregorio Rosa	1.000
Um discípulo	1.000
J. B.	1.000
Tarquínio Extrapazon	2.000
Valdomiro Lena	500
Rita Brancheres	500
Total	8.000

(A LANTERNA, 14/6/1913, n. 195, p. 3).

Um fato que merece atenção é o caso de uma mulher chamada Rita Brancheres ter feito doações em prol da liberdade de Jubert, lembrando que, até mesmo, homens foram perseguidos, correram risco de vida por manifestar ou apoiar as ideias anarquistas. Por isso, constam na lista codinomes como: J. B. e Um discípulo. Abaixo, fica visível a falta de esperança de verem Jubert livre antes do fim do tempo da pena que lhe foi imposta. Por causa disso, é que pede a solidariedade de todos os amigos no que diz respeito à necessidade de que a multa fosse paga.

Seria procurar enganar a nós mesmos estarmos aqui a alimentar a esperança de que o nosso intemerato camarada possa se ver livre das garras da justiça penal antes de transcorridos os quatro meses e meio. [...] estão abertas diversas listas de subscrição para fazer face às despesas [...] para pagar a multa [...] do nosso companheiro. Lembrem-se os amigos que se essa quantia não for coberta, Jubert a

terá de pagar com mais alguns meses de prisão. E permitiremos isso? [...] É de urgente necessidade conseguir-se pelo menos os 450\$ da multa [...] (A LANTERNA, 14/6/1913, n. 195, p. 3).

O jornal *A Voz do Trabalhador* publicou uma nota sobre uma reunião dos anarquistas em que decidiram enviar, a outros países, um documento no qual informava as condições dos operários no Brasil ao mesmo tempo em que pedia, em nome da solidariedade, que colaborassem, com doações, para que a multa imposta a Jubert fosse paga, e ele, assim, pudesse sair da prisão, conforme se lê abaixo:

Realizou-se em S Paulo uma reunião de anarquistas, que resolveram editar e dirigir um manifesto aos povos de todos os países, expondo vários dos últimos fatos sobre a escravatura operaria no Brasil, manifesto que já foi publicado no Jerminal. Ficou resolvido publicar 2.000 exemplares e enviá-los para a Europa e vários países da America. Nessa reunião tratou-se também de procurar reunir com a solidariedade de todos os companheiros a quantia necessária para pagar a multa a que foi condenado o companheiro Jubert (A VOZ DO TRABALHADOR, 15/6/1913, n. 33, p. 4).

A notícia anterior é a prova de que a prisão de Jubert foi lamentada por muitos companheiros anarquistas e que sua prisão já estaria para se tornar, de fato, uma questão pública e internacional. Logo abaixo, temos uma nota sobre um comício em protesto à prisão de Jubert, em que sua companheira Teresa Jubert discursa. Além dela, discursou, também, um orador de São Paulo. Como pode ser observado, é visível, no discurso de sua companheira, o seu domínio com as palavras:

Sabem bem esses sabujos que não será com alguns meses de prisão que conseguirão [...] os grandes parasitas sociais [...] expulsar Joseph Jubert do Brasil, todos nós devemos esperar: estão no seu papel procurando libertar-se de um inimigo incomodo [...]. Em Sorocaba realizou se no domingo passado um concorrido comicio de protesto contra esse premeditado atentado á pessoa de um trabalhador digno de toda a consideração. Essa importante reunião efectuou-se [...] no salão da Sociedade Muraria nela fazendo uso da palavra a sra. Teresa Jubert, [...] e um orador ido de S. Paulo (A LANTERNA, 19/07/1913, n. 200, p. 3).

Diferentemente, dos republicanos liberais do período e da grande maioria de homens da política, no movimento anarcossindicalista, a mulher parece ter recebido algum destaque, o que pude confirmar quando encontrei o discurso da esposa de Jubert no qual protestava contra a prisão dele. Chamou a minha atenção tendo em vista que,

até aquele momento, isso era incomum. Bernardes (2007, p. 24-25), ao escrever sobre a militância feminina, salienta que,

Mesmo que as representações do homem e da mulher – ou de ambos – sejam variáveis com o tempo e a cultura, a separação entre essas duas instâncias colocou-as em relação hierárquica e assimétrica no que tange às relações de gênero, definindo-lhes locais separados – mundo privado e mundo público. Contrapor a afetividade, a sensualidade, o desejo e a paixão ao pensamento e à razão é situar a separação entre tais esferas numa perspectiva ontológica definitiva. E é símbolo de fragidade e docilidade que a mulher ficou fora do público, identificado como um lugar ‘perigoso’, onde ela deveria ser protegida.

Com isso, a autora quer dizer que, a participação da mulher não era comum, não era incentivada para isso. Quando aparecia, era auxiliando o marido ou servindo de fonte de inspiração, mas não à frente de alguma atividade, de algum projeto, na liderança. (BERNARDES, 2007). Mas a nota anterior vai ao encontro das propostas de Ferrer no tange à igualdade de gêneros e está, também, de acordo com Bernardes (2007, p. 38) quando escreve que

As escolas Modernas, organizadas pelos libertários a partir de 1907, em São Paulo e no Rio de Janeiro, firmaram-se em 1910 e defendiam as relações de cooperação, confiança e respeito mútuo [...] frequentadas por alunos de idades diferentes, de meios sociais diversos e de ambos os sexos.

No mesmo dia em que foi divulgado o comício de Teresa Jubert, verifiquei uma nota que, além de publicar uma doação a Jubert, destinada ao pagamento de sua multa, traz uma mensagem de apoio a ele. O bilhete é um dos muitos exemplos de solidariedade dos companheiros. E. Canard faz votos pela felicidade e saúde de Jubert e doa uma quantia superior ao valor total doado pelos seis últimos colaboradores, demonstrando, com isso, especial atenção ao amigo, como se comprova abaixo:

Este bilhete tem por único objectivo capear a quantia de 10,\$000 que, por intermédio do amigo, destino ao nosso correligionário Joseph Jubert, encarcerado para satisfazer burguezes poucos escrupulosos e sem alma [...]. Termino fazendo votos pela sua felicidade e pela saúde do nosso infeliz companheiro Jubert. Espero podermos em breve encarcerar os que o encarceraram. Do correligionário e. amigo, — E. CANARD (A LANTERNA, 19/07/1913, n. 200, p. 3).

Durante o período em que Jubert esteve preso, dizia-se, em Sorocaba, segundo a nota abaixo, que ele seria expulso do país tão logo saísse da cadeia. Muito embora ele tenha chegado ao Brasil ainda criança, era eleitor e oficial da Guarda Nacional. Nessa notícia, questionam-se a opressão e a exploração ao povo, e informa-se, também, ter havido mais doações, com destinação certa: ajudar no pagamento da multa imposta a Jubert.

Continua-se a afirmar em Sorocaba [...] a expulsão do Brasil do companheiro Jubert logo que ele acabe de cumprir a pena na Penitenciária. [...] Chega-se mesmo a apontar certo cacique da política daquela cidade como o instigador da perseguição exercida contra o nosso camarada e o mesmo que está preparando a sua expulsão. [...] Expulsar Joseph Jubert do Brasil?! E porque? De facto o nosso amigo é brasileiro: veio para aqui muito criança, naturalizou-se, foi eleitor e oficial da Guarda Nacional. [...] Quantas violências já não tem sido aqui cometidas por essa mesma gente que das alturas do poder vive a oprimir e a explorar o povo? Não duvidemos [...] que [atentem] contra os [...] princípios liberais da constituição do paiz. [...] Recebemos mais as seguintes quantias [...] já publicada...31\$500, Augusto Müller, Rio...5\$000, N. Prietro, S. Paulo...2\$000, N. de A. Santos, Guaxupé 3\$000, Total... 41\$500 (A LANTERNA, 2/8/1913, n. 202, p. 3).

Após Jubert ter passado quatro meses na prisão, a notícia abaixo (como também as de alguns outros periódicos) anunciou a sua liberdade. Relatou os maus-tratos a que Jubert foi submetido durante os seus primeiros 18 dias como presidiário. Nesse período, para castigá-lo, molhavam, duas vezes por dia, o chão, o que o impedia de se deitar. Esforçando-se, então, para ficar em pé, acabou contraindo artrite; e, devido à umidade, foi acometido de tosse. Além disso, foi proibido de falar, ler e andar.

Jubert já está em liberdade. Foi solto no dia 11, depois de 4 meses de prisão. [...] Estivemos com Jubert. Abraçamo-lo. [...] Jubert contou-nos as infâmias de que foi vítima no cárcere. Os miseráveis do poder [...] chegaram á tortura física. [...] Assim é que nos 18 primeiros dias do seu encarceramento, Jubert não podia deita-se para dormir. Os torquemadas da Policia Central molhavam, duas vezes por dia, o cubículo em que ele se achava. Sem cama, sem nada e impossibilitado de deitar-se no soalho molhado, Jubert passava as noites encostado á parede, podendo apenas cochilar [...]. No fim desses 18 dias de tortura [...], Jubert estava doente, atacado de artritismo, além duma forte influenza. [...] Encerrado num cubículo estreitíssimo, proibiram-lhe de ler, de falar, de andar, e queriam levar tais violências até á proibição

da inevitável expectoração provocada pela tosse apanhada [...] (A LANTERNA, 16/8/1913, n. 204, p. 2).

A liberdade de Jubert foi motivo de comemoração pelos colegas. Pôde-se observar e acompanhar nessas notícias a indignação que sentiam ao ver Jubert naquela situação. Seu retorno a Sorocaba foi motivo de dupla comemoração: primeiro, pela sua liberdade e, depois, pelo encontro com seu filho. Na recepção que lhe foi feita, Jubert falou ao povo durante 30 minutos, criticando os burgueses e os líderes religiosos,

A recepção feita a Jubert no dia do seu regresso a Sorocaba vale pelo mais solene protesto do povo trabalhador contra a infame perseguição movida a esse nosso companheiro pelos jesuítas de casaca que, numa obra de verdadeiro banditismo, vivem a roubar e oprimir o povo. [...] á sua chegada á estação de Sorocaba encontrou Jubert uma enorme multidão, que o acompanhou até a sua residência, seguida de uma banda de musica, ao estourar dos foguetes e aos vivas á *Lanterna*, ao *Germinal*, á classe trabalhadora, etc. Á porta de sua casa, onde ele foi encontrar o seu primeiro filhinho, nascido enquanto ele estava na prisão, Jubert falou ao povo, por espaço de meia hora, estigmatizando a obra dos caciques de casaca e de batina [...] (A LANTERNA, 23/8/1913, n. 205, p. 3).

Foi possível perceber que esse periódico do Rio de Janeiro também fez questão de anunciar a liberdade de Jubert e saudá-lo, pois, durante a prisão, notas de protestos foram publicadas, conforme tenho frisado. Além de ter denunciado os maus-tratos que Jubert recebeu na prisão, fala, também, da manifestação de solidariedade e simpatia com a qual ele foi recebido pelo operariado em Sorocaba:

Acha-se finalmente posto em liberdade o nosso camarada Joubert, [...] que é um militante ativo no movimento operário de Sorocaba [...]. O que foram esses 4 meses de encarceramento, já os nossos colegas do *Jerminal*! E da *Lanterna*, de S. Paulo, expuzeram. Joubert foi miseravelmente, covardemente maltratado pelos torquemadas da Paulicéa. [...] Uma subscrição entre os amigos do condenado pagou a multa [...], foi ele recebido com uma significativa manifestação de solidariedade e simpatia, por parte do operariado, e para desespero do insignificante bacharel Otavio. (A VOZ DO TRABALHADOR, 1º/9/1913, n. 38, p. 3).

Um jornal espanhol também anunciou a liberdade de Jubert, chamando-o de *terrible* anarquista. (grifo do jornal) – rótulo que motivou o título deste trabalho. Informa, também, o jornal que Jubert faz um pedido de *habeas corpus* para os irmãos

Fierri⁷⁷ assim que deixa a prisão. Como podemos observar, mesmo tendo acabado de ser libertado, ele saiu em defesa desses rapazes. A nota recebeu o título de “Abuso estupendo”:

[...] informa que José Fierri, natural de León, de 22 años [...], residente em Sorocaba, [...] contrataron la fabricación de 200 milhares de ladrilhos para la fazenda del Dr. Armando Arruda Pereira [...] Entregado el material, el doctor [...] quedó adeudando 1:100\$ [...] que debia ser pagada á fin de mês. Llegado el día determinado para el pago, el mencionado Dr. Arruda tuvo la desfachatez de ofrecer 400\$ por la cuenta, amenazandoles que de no recibir aquella cantidad lo perderiam todo. José Fierri recusó semejante proposición. Por lo visto se trataba de um pretexto para evitar que Fierri y sus hermanos se presentasen más em la fazenda á reclamar lo que legalmente les pertencia [...] Pasado certo tempo Fierri y uno de sus hermanos determinaron volver á la fazenda á efectuar la cobranza [...]el doctor Arruda, no vacil o un instante en reunir á la colônia y capangas, que rodearon la casa [...] hasta que llegó la policia, [...] alegando que los dos operários *habian sido presos em flagrante delito de tentativa de homicídio* contra la persona del Dr. Arruda... [...] Afortunadamente, acababa de salir de la prisión el *terrible* anarquista Joseph Jubert, em la que passo 4 meses por cantarle unas cuantas frescas á um bachiller, y requirió una orden de habeas-corpus em favor de los presos, [y], ordenando la inmediata libertad de los hermanos Fierri [...] (DIÁRIO ESPAÑOL, 22/8/1913, n. 1.438, p. 4).

Outra nota localizada informa que ficaria para a próxima edição “[...] o segundo artigo da série que o companheiro Joseph Jubert se propoz escrever sobre as misérias de toda a espécie por ele presenciadas ou que lhe foram relatadas no tétrico reclusorio da Luz” (A LANTERNA, 6/9/1913, n. 207, p. 3). Ele se refere ao tempo em que Jubert esteve preso e às adversidades que teve que enfrentar na prisão.

Após ter passado quatro meses em regime de reclusão, ele, que sempre esteve à frente de denúncias sobre a exploração de colonos e operários, inicia seu relato sobre os acontecimentos dentro da prisão, com o título: “Como eles pretendem regenerar os desgraçados: impressões de um ex-recluso”. No período em que conviveu com outros presos, teve certeza dos abusos de autoridade; relatou as formas de assassinato e a banalidade dos motivos que levaram a polícia a cometê-los.

[...] – Antonio Gomes, é o nome desse tigre que serve de carcereiro desta repartição. Foi soldado e desertou no tempo da revolta;

⁷⁷ Por não serem os irmãos Fierri o objeto desta pesquisa, não tenho outras informações. Sei apenas que são naturais da mesma cidade de Jubert, na França.

condenado á morte, a mulher, com choradeiras junto aos graúdos, obteve o perdão; Foi depois secreta de policia até que arranjou este lugar de carcereiro [...]. O Vinte e Dois e o Sessenta e Seis eram os seus cães de fila; para isso esses dois condenados, um a 30 e outro a 28 ano, gosavam de toda a liberdade compatível com esta casa [...]— E porque assassinaram os presos e de que fôrma os mataram? — Os motivos foram os mais frívolos; bastava que um preso se lamentasse das extorsões que o carcereiro lhe fazia para ser perseguido até morrer a pancadas. [...] agarravam o preso, asfixiando-o com lenções e cobertores, enquanto o tigre, a pancadas, lhe apressava a morte. [...] — Diga-me, esses crimes, covardemente praticados, eram consumados na vista dos outros presos? — Não; enquanto os presos trabalhavam na oficina, a vitima era chamada a sofrer a expiação da sua queixa. Aqui temos solitárias isoladas que o individuo só sai de lá cadáver. [...] — Nunca houve meio de vocês levarem ao conhecimento do publico essas infâmias? — De que fôrma poderíamos nós denunciar? Primeiro, que geralmente para a Penitenciaria só veem pessoas analfabetas, desprotegidas e ignorantes [...]. Joseph Jubert (A LANTERNA, 27/9/1913, n. 210, p. 3).

O fato acima citado por Jubert a respeito de irem para a cadeia apenas pessoas analfabetas, desprotegidas e ignorantes revela a sua luta por uma escola racionalista. Além de chamar a atenção para o abuso da autoridade praticado contra as classes menos favorecidas, ele vai ao encontro do entrevistado, quando propõe a instrução, de forma a capacitá-los a se defenderem sozinhos. Fazia pouco mais de um mês que Jubert tinha sido libertado e, como acabamos de notar, já voltava a fazer denúncias.

Após o intervalo de quase um ano sem encontrar notícias de Jubert, localizei, em uma nota de 1914, que informava que ele estava em Bauru e era responsável pela Escola Moderna local. Essa mesma notícia divulgava a nova comissão administrativa da Sociedade Luz e, também, uma festa com baile e leilão de prendas para angariar fundos para a escola, conforme se lê adiante:

Sociedade Luz — Na assembleia geral realizada no dia 1.º do mez findo, foi eleita a nova comissão administrativa desta utilíssima associação. Nessa mesma reunião foi deliberado suprimir os cargos de presidente e vice-presidente, ficando a administração formada por dois secretários e um tesoureiro, para cujos cargos foram eleitos os companheiros Virgilio Ramacciotti e José Jometti. Afim de angariar fundos para a manutenção da “Escola Moderna” que mantém e que agora está a cargo do companheiro Joseph Jubert, foi organizada uma festa que se realizará hoje e amanhã. Hoje, na sede da Sociedade Dante Alighieri, haverá um baile e leilão de prendas, e amanhã deverá realizar-se a extração da tombola. Da comissão dos festejos fazem parte os companheiros Luiz Bonetti, Rafael Poletti, Alfredo Massena,

Giacomo Crivelli, Valencio Ferraz e Luiz de Campos. (A LANTERNA, 2/8/1914, n. 254, p. 3).

Outra notícia de 1915 apresenta Jubert como responsável pela Escola Moderna em Bauru, bem como anuncia os responsáveis pelas escolas de Taquaritinga e Cândido Rodrigues e faz um elogio a cada um dos três; critica a educação religiosa e militarista, afirmando que esta é a responsável por preparar as novas gerações para as guerras entre países. Concluindo: esse foi o último relato que encontrei fazendo menção ao professor francês e anarcossindicalista Joseph Jubert.

Roubar as crianças aos antros clericais, onde as suas consolências delicadas são amoldadas (...) e infamamente às monstruosidades físicas, intelectuais e morais da religião, que as torna vítimas imbelos e perenes de todas as tiranias e explorações; arrancar as ternas criancinhas às escolas do Estado, onde a educação religiosa foi substituída pela educação militarista, que prepara as novas gerações para os massacres horrendos como o que ora se pratica além-oceano; [...] Jámais poderemos tanto, em tal esfera de acção, como o Estado ou como as organizações religiosas, que dispõem fartamente de todos os recursos [...]. A vida difícil dos sustentadores da causa dos oprimidos aterroriza os que bem aquinhoados na vida, do saber tiveram farto bafejo... Entretanto, não é por muito não se pode conseguir, que o pouco deva deixar de ser feito[...]. E é por isso que entendemos merecerem o mais decidido apoio as tentativas levadas a cabo nesse sentido. Em Candido Rodrigues, em Bauru e em Taquaritinga, dirigidas respectivamente pelos camaradas Elvio Nervo, Joseph Jubert e Angelo Bandoni, funcionam, já há algum tempo, duas dessas escolas. Em S. Paulo existem tres delas [...] (A LANTERNA, 10/7/1915, n. 281, p. 2).

É possível que a trajetória de Joseph Jubert tenha sido bem-sucedida em relação aos seus ideais. No entanto, rastreá-la, depois de 1915, é tarefa para futuras pesquisas. Quanto aos objetivos de Jubert, provavelmente, eles estiveram ancorados na que visava, fundamentalmente, à instrução dos colonos e operários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, privilegiei a trajetória do professor Joseph Jubert porque vi que suas ações iam ao encontro da instrução voltada ao colono/operário. Foi o que me possibilitou perceber as tensões e conflitos ancorados em dissonantes concepções do que era educar e do que significava ser professor.

Pontuo que suas iniciativas educacionais, em Bragança, não se concretizaram com a formação da escola para operários e seus filhos, mas, com certeza, estiveram imbricadas as suas ações políticas durante o seu percurso de visionário e professor. Ao fundar a Liga Operária e liderar a distribuição do Boletim que ocasionou a greve, defendeu seus ideais e instruiu uma parcela da população – colonos e operários – sobre o que fazer para melhorassem as condições de vida e trabalho. Nos periódicos locais, ressalto que não encontrei menção à Escola Moderna ou racionalista defendida por Jubert, mas foi possível notar, nesta pesquisa, que tanto os professores do primeiro Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, bem como, os seus alunos tiveram seus nomes divulgados e suas iniciativas elogiadas pelos periódicos bragantinos e pela comunidade. A educação – no período republicano – além de ser vista como símbolo da civilização, preconizava a formação de sujeitos, isto é, alunos que traziam postura exemplar: roupas limpas, cabelos penteados, corpos ordenados e disciplinados.

Pela pesquisa, conheci que/verifiquei que Joseph Jubert foi chamado de anarquista revolucionário, terrível anarquista, anarquista perigoso com intuítos subversivos por periódicos vinculados aos fazendeiros, assim como, nos processos-crimes aos quais teve que responder, impetrados por membros das camadas mais abastadas da sociedade. Foi chamado de vagabundo; foi acusado, injustamente, no processo referente à distribuição do Boletim e ameaçado de morte em Bragança. No processo contra o padre Leonardo, foi condenado; teve dificuldade em recorrer da decisão, por isso, se retirou de Bragança.

Isso, no entanto, não impedia Jubert de se declarar cidadão, professor, eleitor, membro da Guarda Nacional, funcionário federal, como recenseador, e estar em dia com suas obrigações de cidadão. Conhecedor das leis, as cumpria sempre. Isso é que o levou a solicitar à delegacia de polícia autorização para a realização de comícios. O professor Joseph Jubert seguia a corrente anarcossindicalista, porque, além de atuar,

ativamente, como líder de colonos e operários, também se colocava contra o poder do Estado, da Igreja, contra opressão ao indivíduo e a guerra. Mantinha relações com movimentos operários de outras cidades, estados e, até, países.

Em Sorocaba, no final de 1911, Joseph Jubert organizou a Liga Operária e uma Escola Moderna, com base nos princípios de Ferrer, como também, o fez em Bauru, em 1914. Ele, durante sua trajetória, não se intimidou com a rigidez da lei, pois, em Sorocaba, como em Bragança ele também foi processado. Ficou preso durante quatro meses, teve que pagar uma multa de 450\$000 por esse processo impetrado pelo bacharel Octávio Guimarães, pelo motivo de injúrias impressas.

Não foi possível confirmar a formação de Jubert por falta de documentos. Portanto, enfatizo que, no processo, ele se declara, em três momentos distintos, ser professor. É possível considerar sua formação digna de registro se atentarmos para aquilo que torna a sua trajetória relevante: pleno conhecimento jurídico que o autorizou a se defender no processo de distribuição dos boletins em Bragança, sem contar com a presença de um advogado, o seu traquejo com a escrita e a palavra diante dos artigos observados, a organização da Liga Operária, bem como, sua atuação como professor das Escolas Modernas, em Sorocaba e Bauru.

O fato de Jubert ser professor parece tê-lo distinguido dos demais, pois a elite letrada urbana tendia a reconhecer o atraso nacional como fruto do analfabetismo, sobretudo da população formada por mestiços, negros e pobres. Seu conhecimento foi que lhe possibilitou sair em defesa dos colonos denunciando os abusos dos fazendeiros, os desmandos dos membros da Justiça e, ainda, articular sua defesa nos processos movidos contra ele.

Jubert não mostrou proximidade com partidos políticos como foi acusado, mantendo o viés ideológico de sua militância, a “marca” de sua história perante a Lei e parte da comunidade de Bragança.

Há duas hipóteses que, possivelmente, expliquem a vinda de Jubert para Bragança; a primeira: sua intenção de organizar trabalhadores para resistirem à exploração da mão de obra, nas fazendas de café bragantinas, em decorrência da grande concentração de terras nas mãos dos coronéis; a segunda: a abertura do processo-crime contra ele, em Atibaia, em 1907. Essa hipótese tem como suporte o fato, semelhante, de ele, ao ser processado, em Bragança, pelo padre Leonardo, foi para Sorocaba, cidade que apresentava o mesmo problema de Bragança: a exploração da mão de obra.

Algumas questões pontuadas neste trabalho ainda merecem ser pesquisadas. Uma delas foi a ocorrência de suicídios em Bragança nesse período; outra, a data de fundação da primeira Escola Moderna, em São Paulo e a relação do Clube dos Permanentes – organizado por operários – com a Liga Operária, fundada por Jubert.

Ainda sobre a trajetória desse professor, pude observar que, em parte, seus objetivos se relacionavam com os dos republicanos positivistas, pois se tratava da instrução libertadora, voltada, porém, para o trabalho. Preconizava-se o cuidado com a higiene, previa-se a organização de grupos, prestavam-se orientações que repudiavam/condenavam/criticavam/censuravam os vícios como o álcool, o jogo, a prostituição, mas com uma grande diferença: como bem maior, prevaleciam a igualdade social e a valorização da mulher. Por isso, Jubert rejeitava o método de ensino imposto pela elite letrada centrada no conformismo e ‘colonização’ do pensamento.

Após o identificar, ainda como professor em Bauru em 1915, encerro a pesquisa, desta forma sua trajetória antes de chegar a Bragança, bem como seus rastros após 1915, ainda precisam ser investigados em pesquisas futuras.

Finalizando este texto, atento para que tomei o cuidado de apresentar parte da trajetória de Jubert procurando trazer o conflito e as visões de mundo dissonantes do período. A minha intenção foi escrever um texto na perspectiva de quem fez um exaustivo trabalho – fruto de muita análise e pesquisa – que trouxesse sentido e significação à história (‘narrada’ ao longo da pesquisa) de lutas, adormecidas até o momento, com o intuito de ampliar o olhar sobre a história de Bragança, que teve o protagonismo do anarcossindicalista francês, o professor Joseph Jubert, líder das greves dos operários e defensor dos colonos contra os abusos cometidos pelos ‘coronéis’ fazendeiros. Com isso, fecho este meu trabalho na certeza de que, ainda que modestamente, dei minha contribuição para a história social, política, e, em especial, da Educação de Bragança.

FONTES

Almanaques e Anuários

ALMANACK DE BRAGANÇA (1900; 1918)
 ALMANACH BRAGANTINO (1914)
 ANNUARIO DE BRAGANÇA (1902; 1904)
 ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1909)

Documentos do Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança Paulista

PROCESSO-CRIME (1911)
 ESTATUTOS DA LIGA OPERÁRIA (1910), entranhado ao Processo-crime (1911)
 BOLETIM, entranhado ao Processo-crime (1911)
 ALVARÁ DE LICENÇA-CRIME PARA QUEIXA-CRIME (1911)
 TRANSLADO DOS AUTOS-CRIMES POR INJÚRIAS IMPRESSAS (1911)
 APELAÇÃO (1911)
 INQUÉRITO POLICIAL (1911)

Jornais

A NOTÍCIA. Bragança: A Notícia, 1905-1907.
 A LANTERNA (1910-1915). Biblioteca Nacional. Disponível em:
 <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=366153&PagFis=0&Pesq=>
 >. Acesso em: 14 mar. 2015.
 A VOZ DO TRABALHADOR. Rio de Janeiro: A Voz do Trabalhador, 1908-1915
 CIDADE DE BRAGANÇA. Bragança: Cidade de Bragança, 1897, 1908-1910
 CORREIO PAULISTANO (1910-1915). Biblioteca Nacional. Disponível em:
 <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-paulistano/090972>>. Acesso em:
 14 mar. 2015.
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo: Correio Paulistano, 1901
 O DIÁRIO ESPAÑOL. Biblioteca Nacional. Disponível em:
http://memoria.bn.br/pdf/217867/per217867_1913_01438.pdf>. Acesso em: 14 mar.
 2015.
 O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1901

Revistas

CARETA. Rio de Janeiro: Careta, 1914-1915
 ILLUSTRAÇÃO PAULISTA (1912). Arquivo do Estado. Disponível em:
 <http://200.144.6.120/hemeroteca/hemeroteca_pdf.php?pdf=revistas/IP19120257>.
 Acesso em: 26 jun. 2015.
 O MALHO. Rio de Janeiro: O Malho, 1909
 REVISTA TRABALHADORES. Campinas: Secretaria de Cultura, 1989

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Cônego José de. **Parochia de Bragança**. Bragança, SP: Paternostro Irmãos & C. e Casa Mayença, 1919.

ARAUJO, FRANCISCO CESAR. **História da imprensa bragantina**. Bragança Paulista: Centro de Memória/ USF, 1982.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <www.al.sp.gov.br/norma/?id=136077>. Acesso em: 3 set. 2015.

BARREIRA, Luiz Carlos. **Escola, periodismo e vida urbana: imprensa operária e formação da classe trabalhadora em São Paulo (1888-1925)**. São Paulo, 2002.

BASTOS, Ana Cristina do Canto Lopes. **Nas malhas do judiciário: menores desvalidos em autos de tutoria e contrato de órfãos em Bragança-SP (1889-1927)**. Campinas, SP: [s.n], 2012.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BENJAMIN, Walter. A Paris do segundo império em Baudelaire. In: **Textos de Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985.

_____. **Magia e técnica, arte e política – Obras escolhidas – Vol. 1**, São Paulo: Brasiliense, p. 222-232, 1987.

_____. Experiência e pobreza. In: **O anjo da história**. Trad. João Barrento. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2012.

BERNARDES, Maria Elena. **Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política**. Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2007.

BUENO, Maria de Fátima Guimarães. Fotografias: do olhar do fotógrafo à trama urbana. **CRM. Cadernos do Centro de Memória Regional**, Bragança Paulista: CRM. Universidade São Francisco, vol. 1, n. 2, p. 7-10, 1993.

_____. **O corpo e as sensibilidades modernas: Bragança (1900–1920)**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 2007.

BUSCA BIOGRAFIAS. Disponível em: <<http://www.buscabiografias.com/biografia/verDetalle/6879/Manuel%20Ruiz%20Zorrilla>>. Acesso em 13 dez. 2015.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:
<www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-norma-pl.html>. Acesso em: 3 set. 2015.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Reformas da Instrução Pública**. Eliane M. T. Lopes, Luciano M. de Faria Filho, Cynthia G. Veiga. (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 2. ed.

_____. A escola e a república e outros ensaios. Bragança Paulista: Edusf, 2003. p. 13-66.

CATÁLOGO COLEÇÃO DE JORNAIS BRASILEIROS – Arquivo Edgar Leuenroth – IFCH/Unicamp, 1994. Fonte: CDAPH.

COSTA, Angela Marques; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914 - No tempo das certezas**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília, DF: Flacso, 2005.

D'ANGELO, Márcia. **Caminhos para o advento da escola de aprendizes artífices de São Paulo (1910-1930)**: Um projeto das elites para uma sociedade assalariada. 2000. f. 350. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DIREITO VIRTUAL. Disponível em: www.direitovirtual.com.br. Acesso em 5 jan. /2016.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. n. 14, p. 19-34, maio. jun. jul. ago. 2000.

FELIX, Patrícia da Silva. **Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá: arquitetura e cidade**. 2012. Monografia Graduação em Pedagogia – Universidade São Francisco, Bragança Paulista, 2012.

FERREIRA, Valdelice Borghi. Instrução para todos: a educação escolar na imprensa **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 21, p. 153-165, mar. 2006.

_____. **O movimento operário e a educação na imprensa sorocabana na primeira República**. Tese (Doutorado em Educação) – Unimep. Piracicaba, 2009a.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Diálogos da arqueologia sul-americana: Hermann von Ihering, o Museu Paulista e os museus argentinos no final do século XIX e início do XX. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 19: 63-78, 2009b.

FERRER Y GUARDIA, Francesc. **A escola moderna**. Trad. Ateneu Diego Giménez. Piracicaba: Ateneu, 2010. Disponível em:

<<https://we.riseup.net/assets/160969/Ferrer%20e%20Guardia%20a%20escola%20moderna.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

FRANCESCHI, Marcello Teixeira. **Grupo Escolar José Guilherme: uma história em três atos**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Francisco, Itatiba, 2013.

GEOGRAFIA BRAGANTINA. 2009. Disponível em: <geografiabragantinaregiaooeste.blogspot.com.br>. Acesso em 10 dez. 2015.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Educação e movimento operário**. São Paulo: Cortez, 1987.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GUIMARÃES, Maria de Fátima. **Corpo e cidade: sensibilidades, memórias e histórias**. Jundiaí, SP: Paco, 2013.

_____. **Versões monolíticas de memórias e histórias em questão: a colonização do presente pelo passado**, 2013. Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371302776_ARQUIVO_ANPUH2013-Natal_1_.pdf. Acesso em 19 jan. 2016.

HALL, Michael. Imigrantes. **Trabalhadores**, Campinas, São Paulo, 1989.

_____. Greves e conflitos sociais no século XX. In: **Colóquio Internacional**, 1., 2011, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2011.

HISTEDBR. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_francisco_ferrer_y_guardia1.htm. Acesso em: 13 dez. 2015.

HOBBSAWM, Eric J. Movimento operário. **Trabalhadores**, Campinas, São Paulo, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**, 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

IBGE. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos>>. Acesso em: 2 set. 2015.

ISHIZU, Andrea Luri. **Evolução da malha urbana e a arquitetura de Bragança Paulista 1884-1967**. 2009. 278 f. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP, São Paulo, 2009.

KUHLMANN JR., Moysés. **As grandes festas didáticas** – a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista: Ed. USF, 2001.

LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. In: **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. Disponível em:
<https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ac&id=794>. Acesso em: 14 dez. 2015.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. O aprendiz de feiticeiro e o mestre historiador: quem faz a história? In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. vol. 1: séculos XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

MARTINS, Nelson Silveira; LAURITO, Domingos. **Bragança 1763*1942**. Vol. III São Paulo: Mario M. Ponzini & Cia, 1943.

MEDEIROS, Daniel Amaro Cirino de. **O Grupo Dr. Jorge Tibiriçá: das escolas isoladas à escola idolatrada (1890-1910)**. 2013. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2013.

MIMESSI, Eliane. A criação da Escola Moderna em uma comunidade italiana no ano de 1918. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 350, 2009. Disponível em:
 <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao35/materia04/texto04.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2015.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **A socialização da força de trabalho: a instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo (1873-1934)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. 480 p.

_____. RIGHI, Daniel; SANTOS, Luciana; CALSAVARA, Tatiana. Inventário de fontes das escolas dirigidas pelo educador anarquista João Penteado (1912-1961): dimensão pedagógica e contribuição para a história da relação trabalho e educação no Brasil. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas-SP, v. 11, n. 1 (25), p. 117-142, jan./abril. 2011.

NAGLE, Jorge. Introdução ao estudo da Escola Nova no Brasil. **Boletim da Cadeira de Teoria Geral da Educação**, v. 1, n. 2, 1964.

_____. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Disponível em:
<http://observatorioidaimprensa.com.br/jornal-de-debates/a-menor-e-mais-impactante-manchete-de-todos-os-tempos/>. Acesso em: 14 dez. 2015.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Estado, nação e escrita da História: propostas para debate. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Org.). **Repensando o Brasil dos Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PERES, Fernando Antonio. **Estratégias de aproximação: um outro olhar sobre a educação anarquista em São Paulo na Primeira República**. 2004. f Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo-USP, 2004.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

_____, Paulo Sérgio. O proletário industrial na primeira república. In: FAUSTO, Bóris. **História geral da civilização brasileira: sociedade e instituições (1889-1930)**. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1978.

REIS Fº., Casemiro dos. **Índice básico da legislação do ensino paulista: 1890-1945**. Campinas, SP: Gráf. /FE, Gráf. Central UNICAMP, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A; SEVCENKO, Nicolau. (Org.). **História da vida privada no Brasil 3: república da Belle Époque à era do rádio**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SILVA, Josué Pereira da. **Três discursos, uma sentença: tempo e trabalho em São Paulo – 1906/1932**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 1996.

TABORDA, Marcus Aurélio. O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa em história da educação: culturas escolares, currículo e educação do corpo. **Revista Brasileira da Educação**, n. 16, p. 147-169, jan. abr. 2008.

_____. Entre a invenção e a tradição: possíveis contribuições da obra de Eric Hobsbawm para uma história social da educação. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Fº., Luciano Mendes de. **Pensadores sociais e a história da educação II**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. **A escola da república: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2011.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina e trabalho. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 267-304.

TOLEDO, Edilene. Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na primeira república. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato:** uma proposta de estudo sobre a memória histórica. In: O império do fato. São Paulo: Hucitec, 1997.

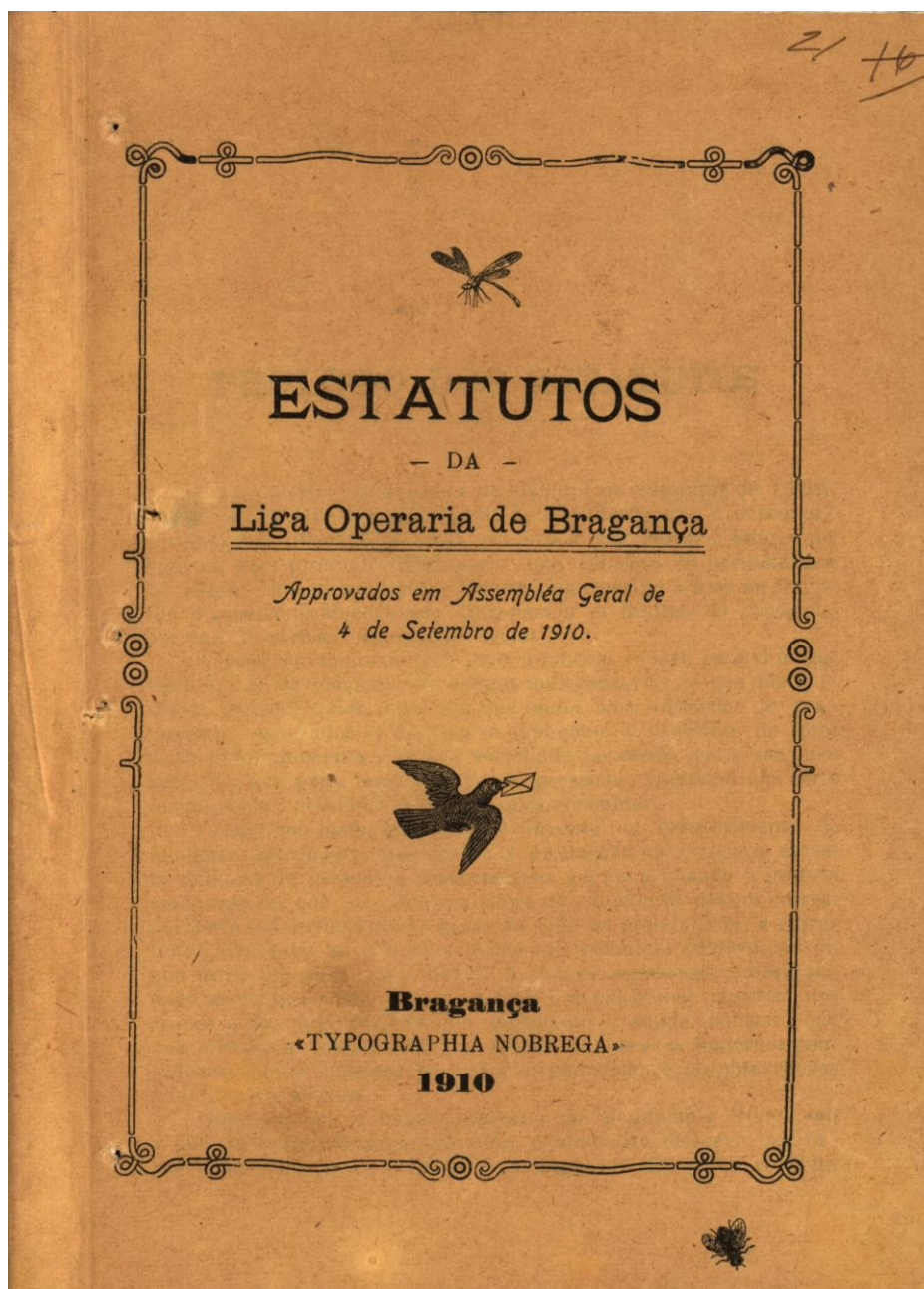
VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelectuais e o discurso da modernidade na I Conferência Nacional de Educação (Curitiba -1927). In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas:** itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 379-400.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade:** a arquitetura como programa. Trad. Alfredo Veiga Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1. Estatutos da Liga Operária 20,5x15cm, anexo ao processo-crime (1911)

Fonte: Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança Paulista, depositado no CDAPH-USF



PROLOGO DOS ESTATUTOS

A Comissão encarregada de elaborar os estatutos da LIGA OPERARIA DE BRAGANÇA, considerou que o desenvolvimento scientifico, tende cada vez mais a economizar o esforço do homem, para produzir o necessario que satisfaça as necessidades de todos, e que a abundancia, sempre traz consigo a crise no trabalho d'aquella produccão que ultrapassou os limites do consumo, em face da viciosa organização social.

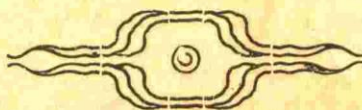
Considerou tambem, que todo o homem requer para si e sua familia, um certo numero de artigos indispensaveis, e que não podendo produzir todos, necessita que tenha uma variação de produções; que todos os homens se applicuem ao trabalho de produzir differentemente o que a sociedade necessita para seu bem estar, e que para esse fim todos precisam empregar um certo tempo, como proclama a justiça mais elemental.

Considerou mais, que todo o invento ou descobrimento de qualquer instrumento que facilita a produccão ou a riqueza, arrasta milhares de pessoas á desoccupação e á fome, quando a propria razão nos diz que os melhores meios de produccão devem corresponder a um melhoramento geral da vida do proletariado, e entretanto vemos dar se esse phenomeno em completa contradição do que devia succeder e isto, devido á viciosa organização e desigualdade social que ainda impera, a qual é a causa das guerras, dos crimes e das degenerações que perturbam o amplo conceito que nos offerece a humanidade por intermedio dos seus modernos pensadores, que se baseiam em todos os phenomenos das observações scientificas e sociaes.

Observou que o homem moderno não se adapta a viver sob a pressão das leis Draconianas e na continuação de servo ou escravo, se bem que as Constituições burguezas, lhe dão o conceito

de «homem livre» e que essa liberdade é reconhecida pelo proprietário, pelo capitalista e pelo explorador que lhe dão o direito somente de morrer de fome, quando delle não necessitam mais para augmentar o seu capital ou para a conservação da *sua propriedade*.

Vendo que a Revolução franceza, não libertou o homem quando proclamou seus direitos, porque continua até hoje a ser escravo e servo de todas as formas de governos, de proprietarios e capitalistas: Sente a necessidade de reunir um numero illimitado de hommens que vivem honradamente do trabalho e que sejam livres de qualquer peia politica e religiosa a fim de se unirem pela força da cohesão e pelo estímulo do seu brio, e lutar sem treguas pela revendicação dos seus direitos e tomarem assento no banquete da vida, pelo comunismo social.



ESTATUTOS

— DA —

Liga Operaria de Bragança

Approvados na Assembléa Geral de

4 Setembro de 1910

Capitulo 1

Da Liga e seus fins

ART. 1. A Liga Operaria de Bragança, Estado de São Paulo, fundada a 14 de Agosto de 1910, por iniciativa dum grupo de operarios que se associaram, pela necessidade de defender os direitos da classe, compõe-se de numero illimitado de socios, e della só poderão fazer parte operarios de toda e qualquer nacionalidade sem distincção de côr.

§ unico. Não pôdem fazer parte na Liga:

Os advogados.

Os commerciantes de qualquer ramo.

Os padres de qualquer seita religiosa.

Os proprietarios que vivem de rendimentos.

Os capitalistas.

Os accionistas de empresas, bancos e companhias etc.

Os fazendeiros.

Os administradores de qualquer serviço.

Os velhos maiores de 70 annos.

Os menores de 14 annos.

Os ebrios e desordeiros (conhecidos como tal).

Os fins da Liga

ART. 2. A Liga tem por fim obter a diminuição das horas do trabalho e o aumento dos ordenados de conformidade e em relação ao trabalho e ao lugar; assim como os melhoramentos hygienicos, technicos, intellectuaes e moraes da classe;

a) Obter que os ordenados sejam pagos pontualmente todos os fins de mez;

e) Introduzir uma tarifa para o trabalho, estabelecendo o salario minimo e o horario maximo;

i) Estimular o espirito de solidariedade entre todos os operarios;

o) Installar o mais breve possivel uma escola racionalista, que possa ser frequentada pelos associados;

u) Promover um protesto no 1. de Maio de cada anno, e todas as vezes que certos factos ou injustiças o exijam;

y) Prestar todo o apoio moral e de defesa aos seus associados.

ART. 3. Promover todos os meios de propaganda nas fazendas e entre os colonos

ART. 4. Abster-se de se envolver em questões politicas ou religiosas, salvo nos casos em que houver relação directa com os fins da mesma ou com o interesse da classe geral dos operarios.

Capitulo II

Da admissão dos socios

ART. 5. Todo e qualquer operario que desejar associar-se na Liga, deverá fazer o seu pedido por escripto directamente ao Conselho da Liga, provando com documentos ou testemunha ser trabalhador.

ART. 6. Os operarios provenientes de qualquer outra associação co-irmã que se apresentarem ao Conselho da Liga, só serão admitidos se fizerem o pedido por escripto, provando não terem sido expulsos e, não terem exercido a «krumiragem», contra seu companheiro.

ART. 7. Se o Conselho da Liga, indeferir o pedido de qualquer operario que queira associar-se: por odios, antipathias ou vinganças, etc. haverá recurso para a Assembléa Geral, devendo o prejudicado se fazer propor por um socio numa sessão ordinaria.

Capitulo III

Deveres dos associados

ART. 8. Todo o socio contribuirá com um mil reis, para os estatutos, e mais a quota mensal de 1\$000, e 500 reis para os diplomas.

ART. 9. O socio deverá ser solidario em todas as questões de interesse commum, e observar escrupulosamente as disposições deste estatuto.

ART. 10. Os socios desempregados deverão communicar o seu estado de desoccupação no prazo maximo de cinco dias, explicando o motivo que determinou a desoccupação ao Conselho, que tomará as providencias exigidas.

ART. 11. Os socios não deverão trabalhar em officinas, fazendas, estradas de ferro, fabricas, machinas, etc. que tenham sido impedidas pela Liga em Assembléa Geral, sem previa autorização desta.

ART. 12. O socio que tiver conhecimento de alguma vaga de trabalho, deverá communicar-o o mais breve possivel ao Conselho da Liga.

ART. 13. O socio que mudar ou se retirar desta cidade, deverá communicar ao Conselho, assim como os fins que determinaram a mudança.

ART. 14. Os socios deverão aceitar todas os cargos para os quaes forem eleitos, independente de qualquer remuneração, sendo admittidas as excusas por reeleição ou força maior sómente.

ART. 15. Os socios deverão ser sempre intermediarios da paz e harmonia entre os associados, desfazendo intrigas quando as houver; serem todos por um e um por todos.

Capitulo IV

Direitos dos socios

ART. 16. Os socios que ficarem desempregados por falta de trabalho e tendo esgotado seus recursos, terão o auxilio de 1\$000 por dia, durante o tempo que estiverem sem trabalho.

ART. 17. Os socios que, por motivo de solidariedade, ficarem desempregados, ou por desempenho de algum cargo incumbido pela Liga e, não tendo recurso algum, perceberão a quota de 1\$500 diários, devendo o Conselho providenciar urgentemente sobre o caso, para alliviar a caixa.

ART. 18. Serão dispensados da quota mensal, os socios doentes e os desoccupados durante o seu estado anormal.

ART. 19. Todos os socios terão o direito de votar e professar qualquer idéa politica ou religiosa.

ART. 20. Os socios que não encontrarem serviço nesta cidade, e quizerem procual o em outras localidades, poderão exigir do Conselho uma recommendação e um auxilio, se estiverem sem recursos.

ART. 21. Todos os socios começarão a gosar das prerogativas deste estatuto quatro mezes depois da sua approvação pela Assembléa Geral, excepto em casos extraordinarios que deverão ser justificados.

ART. 22. Todos os socios terão o direito da palavra em qualquer sessão da Liga.

ART. 23. Todos terão direito a convocar uma sessão extraordinaria, mediante um requerimento assignado por cinco socios, idoneos e quites para com a Liga, ao qual deverão juntar o talão de recibo do ultimo mez. Essa petição deve ser apresentada ao Conselho, que convocará a reunião pela imprensa ou por boletins.

Capitulo V

Da Administração

ART. 24. A administração da Liga é confiada ao Conselho, composto de um thesoureiro, um secretario e tres conselheiros;

Uma commissão de propaganda e syndicancia composta de seis socios.

ART. 25. Compete ao Conselho:

Cumprir e fazer cumprir estes estatutos;

Zelar de todos os interesses da Liga;

Convocar as Assembléas Geraes e extraordinarias quando julgar conveniente ou lhe forem requeridas na formalidade do Art. 22;

Tratar de todo o assumpto economico da Liga;

Presidir as Assembléas Geraes e extraordinarias;

Qualificar os que quizerem associar-se;

Intervir nas questões que surgirem entre patrões e socios, dando conhecimento ás Assembléas Geraes;

Receber pareceres, queixas, pedidos, e deliberar a proposito;

Gastar em despesas extraordinarias ao maximo até a quantia de 50\$000;

PAGINA DOS ESTATUTOS

5

Apresentar de trez em trez mezes um relatório e balancete relativo ao trimestre;

Apresentar uma lista dos nomes dos socios activos annualmente;

Reunir-se uma vez por semana para tratar de todos os assumptos referentes ás suas attribuições;

Nomear comissões, delegados, e exonerar-os quando julgar conveniente;

Diffundir por todos os meios possíveis os fins a que se propõe a Liga.

ART. 26. Compete ao Thesoureiro:

Receber as mensalidades e qualquer outra quantia pertencente á Liga;

Conservar sob sua guarda e responsabilisar-se pelas quantias recebidas, não podendo conservar em seu poder mais do que 100\$000, salvo plena authorisação da Assemblêa Geral;

Fazer pagamentos mediante a ordem do Secretario e assignada por dois membros do Conselho;

Registrar no livro da caixa as entradas e sahidas das quantias, e bem assim em outros livros, os pagamentos que por ordem fizer;

Exhibir os livros, todas as vezes que os socios quizerem examinal-os;

Nomear em caso de impedimento, uma pessoa de sua inteira confiança, da qual será responsavel por qualquer irregularidade que houver

ART. 27. Compete ao Secretario:

Fazer as correspondencias, proclamações, avisos de que fôr encarregado pelo Conselho;

Conservar a escripturação em ordem;

Registrar, assignar, cartas e documentos recebidos ou expedidos pela Liga;

Registrar em livro para esse fim determinado, todo o movimento dos associados;

Estar sempre presente nas Assemblêas Geraes, e lavrar as actas e proceder a leitura das mesmas e outras communicações á Assemblêa;

Expedir mandados de pagamentos mediante a assignatura de mais dois membros do Conselho excluido o thesoureiro;

Registrar as deliberações do Conselho.

ART. 28. Compete á commissão de propaganda e syndicança;

Estudar todas as questões que lhe forem submittidas pelo Conselho, e dar seu parecer a fim de ser submittido á approvação da Assembléa Geral;

Diffundir e propagar por todos os meios possiveis os fins da Liga;

Fiscalisar e dar conhecimento ao Conselho das condições dos socios, officinas, fazendas estradas de ferro, machinas, emfim, onde houver socios trabalhando;

Elaborar as tarifas e horarios.

ART. 29. Por impedimento ou molestia de algum dos membros do Conselho, será substituido por um membro da commissão de propaganda e syndicança.

Capitulo VI

Das Assembléas Geraes

ART. 30. A Assembléa Geral ordinaria se reunirá de tres em tres mezes, começando a primeira no dia dois de Outubro.

§ 1. Nas Assembléas Geraes se tratará de todos os assumptos concernentes á ordem do dia.

ART. 31. As Assembléas serão validas todas as vezes que se notar a presença minima de trinta socios.

§ Unico. Tendo sido convocada a Assembléa pela imprensa ou por meio de boletins e não comparecendo o numero sufficiente, depois de uma hora de espera, será aberta a sessão, e valida com qualquer numero.

ART. 32. As Assembleas deverão ser annunciadas cinco dias antes.

ART. 33. As Assembléas serão presididas pelo conselho, e um presidente aclamado na occasião.

§ Unico. As actas serão asignadas pelo presidente e secretario da sessão.

ART. 34. A Assembléa acclamará uma commissão composta de dois membros, a fim de proceder o exame de contas e verificar o balancete apresentado; a qual dará o seu parecer na primeira sessão seguinte.

ART. 35. De seis em seis mezes a contar de dois de Outubro, se fará a eleição do Conselho Administrativo, podendo entre-

tanto serem reeleitos os que continuarem a merecer a confiança da Assembléa Geral.

Capitulo VII

Das representações

ART. 36. A Liga Operaria é representada collectivamente pela Assembléa Geral.

ART. 37. A Assembléa, é representada pelo Conselho Administrativo composto de 5 membros.

ART. 38. Em juizo ou perante terceiros, será representada por um socio com procuração do Conselho Administrativo, ou por seu advogado.

ART. 39. Perante os Congressos Regionaes e Federaes, a Assembléa, resolverá o melhor meio de se fazer representar.

Capitulo VIII

Das eleições

ART. 40. As eleições do Conselho Administrativo serão feitas em uma só cedula, com explicita designação do Thesoureiro, com cedulas abertas, e por maioria de votos.

§ Unico. Ninguem poderá votar com procuração.

ART. 41. Os membros da commissão de propaganda e syndicancia, serão eleitos por indicação de seus companheiros de trabalho e aclamados nas Assembléas.

ART. 42. O Conselho Administrativo e as commissões de propaganda e syndicancia exercerão o cargo por seis mezes.

Capitulo IX

Do Estandarte, Bandeira e Distinctivos

ART. 43. A Liga Operaria, fará uso de um Estandarte de seda ou damasco, de côr vermelha encarnada, com uma franja de bambolins pretos ao redor, com as seguintes palavras em linha circular de ambas as faces: «LIGA OPERARIA DE BRAGANÇA», em letras bordadas a prata.

ART. 44. A Bandeira, a Liga usará aquella que melhor resolver em sua Assembléa.

ART. 45 O Conselho, se encarregará de mandar fazer, o quando basto para a associação, os respectivos distintivos e distribuir um a cada socio.

Capitulo X

Da moralidade social

ART. 46 A Liga em sua Assemblêa, em seu Conselho e em cada um de seus socios, combaterá por todos os meios que lhe fôr possível, o jogo, o alcool e a prostituição.

Disposições Geraes

ART. 47 Nenhum socio poderá occupar o seu distinctivo em festas de character religioso ou politico; mas só nente em festas e protestos operarios, passeatas, recepções etc.

ART. 48 Todo o socio que c mpletar tres mezes sem pagar as mensalidades, a não ser por motivo de molestias, prisões e desoccupação, será eliminado.

ART. 49 O Conselho poderá expulsar o socio que se tornar indigno por actos praticados, não obedecendo porém a paixões, devendo dar conta desse acto à Assemblêa Geral.

ART. 50 Serão considerados socios fundadores todos aqueles que tiverem pago a sua mensalidade e mais 1\$000 reis dos estatutos até 30 de Setembro de 1910.

ART. 51 A Liga Operaria, usará para sua defesa, todos os meios que forem approvados na Assemblêa Geral e os que são approvados pelos Congressos do proletariado.

ART. 52 Todas as communicações deverão ser feitas por escripto ou verbaes ao Secretario, e este por sua vez fará sciente o Conselho.

ART. 53 Todos os casos não previstos por estes estatutos serão julgados pelo Conselho Administrativo que dará conhecimento à Assemblêa, na primeira reunião.

ART. 54 Os membros do Conselho que deixarem de comparecer nas reuniões sem alegar motivos que os impossibilitem de comparecer, serão exonerados e substituidos na primeira Assemblêa que houver.

ART. 55 O capital social sempre que cobrir a quantia de cem mil reis, será depositado num estabelecimento de credito a pprovado pela Assemblêa Geral, ao juro nunca menos de 4% ao anno.

ART. 56. Declarar-se-á dissolvida a Liga Operária, quando o numero de socios estiver reduzido a oito.

ART. 57. O Conselho Administrativo será responsavel pelo extravio de dinheiros e mais objectos pertencentes á Liga Operária, por motivos de negligencia ou má administração.

ART. 58. Os presentes estatutos só poderão ser reformados ou alterados por eleição, prevalecendo a maioria de votos.

ART. 59. A Liga Operária, será absolutamente autonoma em sua vida interna e em suas relações e solidariedade.

ART. 60. Em casos de dissolução da Liga Operária, os bens pertencentes á ella, serão arrecadados e inventariados e entregues á direcioria da Escola Moderna de São Paulo, a fim de ser difundida a instrucção racionalista na classe proletaria.

Bragança, 28 de Agosto de 1910.

A Comissão de elaboração

Joseph Tubert

Benedicto Antonio Ricci

João Buenaparte

O Conselho administrativo

Julio Gonçalves da Silva

João Buenaparte

Luciano Candido Ribeiro

Benedicto Antonio Ricci, Thesoureiro.

Joseph Tubert, Secretario



ANEXO 2

CRONOLOGIA

1. Joseph Jubert em Atibaia (1907)
2. Joseph Jubert em Bragança (1908-1911)
3. Joseph Jubert em Votorantim (1912)
4. Joseph Jubert em Sorocaba (1912-1913)
5. Joseph Jubert em São Paulo (1913)
6. Joseph Jubert em Bauru (1914-1915)

ANEXO 3

CRONOLOGIA DAS GREVES NO BRASIL

GREVES	ANO
Greve em Santos	1897
Greve no Rio de Janeiro (indústria de sapatos)	1902
Primeira Greve geral (vários setores)	1903
Greve nas Docas de Santos (gráficos de São Paulo e marítimos do Rio de Janeiro também aderiram em solidariedade)	1904
Greve Ferroviária em São Paulo (maior de todo estado)	1906
Greve em Jundiaí (Cia Paulista)	1906
<u>Paralisação em Bragança por apoio aos ferroviários de Jundiaí</u>	1906
Greve em São Paulo (construção civil no dia 1º. de maio que se alastrou para outras cidades como Santos, Ribeirão Preto e Campinas)	1907
Greve em Bragança Paulista (colonos)	1911
Greve em Campinas	1911
Greve em Ribeirão Preto	1912-1913
Greve em Ribeirão Preto (greve dos colonos)	1915
Greve em decorrência da 1ª Guerra Mundial, por conta da inflação	1917

